



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

A noção de significado em B. F. Skinner e em

M. Sidman

Tony Nelson

Belém, Pará

2001



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

*A noção de significado em B. F. Skinner e em
M. Sidman*

Tony Nelson

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Dissertação apresentada ao Colegiado do
Programa de Pós-graduação em Teoria e
Pesquisa do Comportamento, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Belém, Pará

2001

AGRADECIMENTOS

À minha família, com quem posso sempre contar: Samuel, Ingrid, Elizabeth, Regina, Helena e Tommy.

Ao Prof. Olavo Galvão, por me introduzir no mundo instigante da pesquisa.

Ao Prof. Emmanuel, meu orientador, pela paciência e pelos conselhos.

Ao Marcus Bentes, pela amizade e por todo o incentivo que deu para a minha formação acadêmica. Um agradecimento especial à família do Marcus, em particular ao “Seu” Roberto e à Dona Adalgisa, pela hospitalidade e pelas longas conversas.

Ao Romariz, pela amizade. Agradeço também à família do Romariz, pela hospitalidade que me ofereceram.

Ao Fernando “Bagaceira”, pela amizade e pelo empréstimo constante do seu computador.

Ao Paulo Goulart, pela amizade e pela troca de conhecimentos (muito) variados.

Aos meus amigos, Paulo, Mariana, Aline Beckman, Vicente, Aline (“Xará”), Flavinha, Stélio e outros, pela paciência e por impedir que eu perdesse totalmente o contato com a realidade enquanto escrevia a dissertação.

Às minhas amigas, Roberta, Yanne, Nazaré, Francynete, Catarina e outras, por tudo o que representam desde os “princípios dos tempos” na Universidade.

Ao pessoal do Laboratório de Psicologia (Pós-graduação, Departamento e Cantina).

À **CAPES**, pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço, sinceramente, a todas as pessoas que tornaram esta dissertação possível.

ÍNDICE:

RESUMO	ii
ABSTRACT	iv
APRESENTAÇÃO	1
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	22
CAPÍTULO 1. ALCANCE DO MODELO EXPLICATIVO PARA A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO VERBAL.	27
CAPÍTULO 2. SIGNIFICADO COMO VARIÁVEIS CONTROLADORAS DA RESPOSTA VS. SIGNIFICADO COMO RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA ENTRE ESTÍMULOS.	66
CAPÍTULO 3. O PAPEL DA SUBSTITUTABILIDADE NA LINGUAGEM: FUNÇÃO E LIMITES.	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	136

Nelson, Tony. **A noção de significado em B. F. Skinner e em M. Sidman**. Belém, 2001, 142 páginas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

RESUMO

Apresentam-se alguns aspectos do debate sobre a relação entre a interpretação de Skinner para o comportamento verbal e a pesquisa na área de equivalência de estímulos. Fornece-se uma descrição das noções de significado veiculadas por Skinner e Sidman em suas tentativas de produzir uma interpretação da linguagem de caráter analítico-comportamental. Os modelos explicativos de Skinner e Sidman são analisados em termos de seu alcance para a análise do comportamento verbal; em seguida, são comparadas as noções de significado como variáveis controladoras da resposta e como relações de equivalência entre estímulos; por último, o papel da substitutabilidade na linguagem, sua função e limites, é examinada. A análise de Skinner pretende ser mais abrangente do que a de Sidman, no sentido de tentar abarcar a totalidade do comportamento verbal. Skinner, ao contrário de Sidman, busca comparar sua proposta com as teorias da linguagem existentes. As análises de Skinner apontam para o significado como as variáveis explicativas do comportamento, enquanto que, as de Sidman, para o significado como estímulos equivalentes. A noção de significado proposta por Sidman fundamenta-se em relações entre estímulos (contingência de quatro termos, ou mais) e sua substitutabilidade (a equivalência entre estímulos). Na sua conceituação do comportamento verbal, Skinner considera uma distinção entre as funções de falantes e ouvintes como sendo importante, enquanto que em Sidman esta distinção não aparece. As análises de Sidman para o significado apresentam alguns aspectos que as diferem das teorias tradicionais criticadas por Skinner; entretanto, considera-se que a noção de significado proposta por Sidman

continua problemática. Critica-se a substitutabilidade como uma boa base para se tratar o significado. Conclui-se que a equivalência pode ser um instrumento valioso na compreensão da linguagem, especialmente no que diz respeito à produção de comportamentos verbais não diretamente treinados, auxiliando a avançar as análises sobre o comportamento verbal.

Palavras-Chave: Behaviorismo radical, análise do comportamento, comportamento verbal, equivalência de estímulos, significado, referência.

Nelson, Tony. **The notion of meaning in B. F. Skinner and M. Sidman**. Belém, 2001, 142 pages. Master's Thesis. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

ABSTRACT

Some aspects of the debate about the relationship between Skinner's approach to verbal behavior and the research in the field of stimulus equivalence are addressed. A description of the conceptions of meaning presented by Skinner and Sidman, in their attempts to generate a behavior-analytic interpretation about language, is provided. Skinner's and Sidman's analyses of verbal behavior are examined in terms of their scope; the notions of meaning as controlling variables, and as stimuli equivalence relations are compared; and finally, the role of substitutability in language, its function and limits, is examined. Skinner's analysis is broader than Sidman's, in the sense that it tries to embody the totality of verbal behavior. Skinner is different from Sidman, in that the first tries to compare his proposal to the existing theories of language and the second, not. Skinner's analyses point to meaning as the variables that explain behavior, while Sidman's analyses, to the meaning as equivalent stimuli. The notion of meaning proposed by Sidman is based in stimuli relations (four-term contingencies, or more than four) and its substitutability (stimulus equivalence). In his conceptualization of verbal behavior, Skinner considers the distinction between functions of speakers and listeners as an important one, while this distinction doesn't appear in Sidman's work. Sidman's analyses of meaning present some aspects that distinguish them from the traditional theories criticized by Skinner; however, the notion of meaning proposed by Sidman remains problematic. The substitutability, as a good basis to interpret meaning, is criticized. Equivalence can be a useful tool to understand language, specially with respect to the production of verbal behavior that is not directly trained, helping to improve verbal behavior analyses.

Key Words: Radical Behaviorism, behavior analysis, verbal behavior, stimuli equivalence, meaning, reference.

APRESENTAÇÃO

O presente estudo aborda as noções de significado veiculadas por dois autores da Análise do Comportamento, Skinner e Sidman, selecionados em razão de suas contribuições teóricas e experimentais neste campo de conhecimento. Tanto Skinner quanto Sidman pretendem fornecer instrumentos para a análise científica da linguagem, a partir do arcabouço teórico-conceitual da Análise Experimental do Comportamento (Skinner, 1957/1992¹; Sidman, 1994). Entretanto, apesar de ambos recorrerem em grande parte “à mesma fonte”, o modo como cada um discute significado é, pelo menos aparentemente, distinto. Resta saber se as posições de um e de outro são ou não conciliáveis. Para isto requer-se, entretanto, uma descrição de cada uma das propostas de modo a explicitar semelhanças e diferenças. O objetivo deste trabalho é analisar as obras de Skinner e Sidman, com vistas à identificação de aspectos que caracterizam um distanciamento de seus modelos interpretativos para o tema do significado, assinalando em que medida representam perspectivas diversas de concepção/explicação para a linguagem. Inicialmente será necessário fazer uma descrição sucinta das propostas de Skinner e Sidman, no que diz respeito à análise do comportamento verbal e à equivalência de estímulos, respectivamente.

Em relação a Skinner, uma breve apresentação da trajetória de seu livro “O Comportamento Verbal”, feita a seguir, pode indicar os percalços com que sua proposta vem se deparando desde sua publicação e o porquê de retomar suas análises. O livro “O Comportamento Verbal” foi publicado em 1957, mas parte do material que deu origem ao livro foi sendo preparado ao longo de mais de 20 anos (Skinner, 1957/1992). Abib (1994a) aponta que o vocabulário utilizado por Skinner é original, alternativo, para termos como “comportamento verbal”, “linguagem” e “significado”. Um reconhecimento mais amplo do

¹ A primeira data corresponde ao ano de publicação original; a segunda, ao da edição consultada.

livro “O Comportamento Verbal” pode ter sido postergado devido, entre outras coisas, a uma revisão do livro, publicada por Noam Chomsky em 1959, criticando o programa ali apresentado. Esta revisão foi bastante difundida, a ponto de ser tão conhecida e provavelmente até mais lida do que o próprio livro, e teve tal repercussão que era considerada uma crítica definitiva (Abib, 1994a; Andresen, 1991; MacCorquodale, 1969; MacCorquodale, 1970). Além disso, Abib (1994a) aponta que os behavioristas cometeram uma falha ao não responder imediatamente e de maneira sistemática à crítica de Chomsky; a primeira resposta behaviorista sistemática foi publicada somente onze anos depois, de autoria de MacCorquodale (1970). Abib (1994a) sugere também que havia dificuldades conceituais e empíricas presentes no livro.

Por outro lado, o trabalho de Sidman insere-se na tradição da Análise Experimental do Comportamento e apresenta sugestões para a análise da linguagem. Sidman argumenta que a área de “equivalência de estímulos”, da qual foi um dos fundadores e é um dos principais pesquisadores, fornece contribuições importantes para a compreensão da linguagem, sugerindo que essa área pode prover explicações sobre o significado que as palavras e outros símbolos têm para as pessoas. A área de investigação em equivalência tem sido bastante explorada por analistas do comportamento, com aplicações tecnológicas diversas. Entretanto, a literatura indica que haveria uma divergência entre as propostas de Sidman e Skinner (de Rose, 1994; Ribeiro, 1995).

Embora Sidman tenha fundado a área da equivalência, seu tratamento para o fenômeno da equivalência não é o único existente dentro da Análise Experimental do Comportamento (AEC). De acordo com Clayton & Hayes (1999), existem três grandes tratamentos teóricos que se destacam para a questão da equivalência: Sidman (1994), Hayes (1994) e Horne & Lowe (1996). Como seria inviável tratar todas estas propostas de uma maneira sistemática, aprofundada, dentro do âmbito deste trabalho, optou-se por lidar apenas com o trabalho de Sidman, pelas justificativas já expostas anteriormente.

O debate sobre a relação entre a interpretação de Skinner para o comportamento verbal e a pesquisa na área de equivalência de estímulos.

A literatura que trata a equivalência e o comportamento verbal é muito extensa. Como mencionado, além da formulação de Sidman, existem mais dois outros tratamentos para o fenômeno da equivalência (cf. Clayton & Hayes, 1999). É freqüente que um texto discuta a relação entre a interpretação skinneriana para o comportamento verbal e a equivalência conforme interpretada por uma destas três formulações. Tentar resumir todas as possibilidades seria inviável em apenas um capítulo, além do que exigiria, por vezes, um conhecimento de cada formulação específica. A solução mais viável consistiu em restringir os comentaristas, dando preferência àqueles que trataram mais especificamente a proposta de Sidman ou que deram um tratamento mais geral, sem lidar especificamente com uma ou outra teoria.

A relação entre a proposta skinneriana para a interpretação do comportamento verbal e a equivalência de estímulos tem sido abordada de diferentes maneiras na literatura analítico-comportamental: 1) a equivalência auxiliaria a compreensão do comportamento verbal (Catania, 1998); 2) as relações de equivalência podem ser interpretadas dentro do quadro conceitual dos operantes verbais de Skinner (Hall e Chase, 1991); 3) a interpretação skinneriana para o comportamento verbal e a pesquisa na área de equivalência são compatíveis, sendo que a equivalência é um mecanismo que explica o efeito de transferência abordado por Skinner (Stemmer, 1995); 4) a equivalência teria algum aspecto incompatível com a proposta de Skinner, no que se refere à expansão da unidade de análise (relações entre estímulos) e à substituição entre estímulos (De Rose, 1994); 5) a equivalência distanciaria-se de uma análise do comportamento verbal como comportamento, coisificando-o (Ribeiro, 1995). Nota-se, então, que há posicionamentos distintos sobre a aproximação entre a interpretação de Skinner para o comportamento verbal e a pesquisa na área da equivalência de estímulos. Cada um destes posicionamentos

será sumariamente comentado.

Para Catania, a equivalência poderia auxiliar na compreensão do comportamento verbal: “comunidades verbais estabelecem correspondências entre palavras e eventos. As correspondências operam em ambas as direções, como em classes de equivalência” (Catania, 1998, p.270). Seria, inclusive, útil no entendimento acerca de significado.

[As] correspondências [entre tatos e eventos ambientais] podem ser importantes quando falamos de significado, porque a linguagem de significado é independente de se as palavras funcionam como estímulos ou como respostas. Esta pode ser a maneira mais importante pela qual a equivalência entra no comportamento verbal (Catania, 1998, p.274).

Para Hall e Chase (1991), as diferentes terminologias utilizadas para se falar de equivalência e comportamento verbal dificultam uma compreensão precisa das relações entre uma e outra área:

A despeito da aparente similaridade entre equivalência de estímulos e comportamento verbal, estes fenômenos tem sido descritos em termos diferentes. O comportamento verbal tem sido primariamente descrito usando a terminologia de Skinner (1957), enquanto a equivalência de estímulos tem sido descrita usando o sistema conceitual de Sidman e Tailby. Com diferentes terminologias para cada fenômeno, é difícil determinar a natureza precisa de sua relação (Hall e Chase, 1991, p.108).

Hall e Chase (1991) sugerem que existe uma certa sobreposição nos fenômenos descritos em termos de comportamento verbal e equivalência. Sugerem que os exemplos de equivalência podem ser descritos em termos de comportamento verbal, embora muitos exemplos de comportamento verbal não possam ser descritos em termos de relações de equivalência. Consideram a equivalência um fenômeno verbal. “Há sobreposição entre os objetos de estudo da equivalência de estímulos e comportamento verbal (...). Apesar de

muitos exemplos de comportamento verbal não serem equivalência de estímulos, parece provável que todos os exemplos de equivalência de estímulos sejam verbais.” (Hall e Chase, 1991, p.118). Aparentemente, para Hall e Chase (1991), as dificuldades entre a interpretação de Skinner para o comportamento verbal e a área de equivalência de estímulos seriam terminológicas: os dados produzidos pela pesquisa na área de equivalência poderiam ser traduzidos para uma terminologia de comportamento verbal.

Stemmer (1995) sugere que Skinner aborda o “efeito de transferência” e, como tal efeito estaria baseado na equivalência de estímulos, a equivalência seria um componente central do que Skinner chama de “longo processo de condicionamento verbal”. A equivalência seria um mecanismo relacionado ao que Skinner analisa como efeito de transferência oriundo de um longo processo de condicionamento verbal. Assim, a equivalência seria não apenas compatível com a proposta skinneriana para o comportamento verbal, mas Skinner teria incorporado em suas análises este tipo de fenômeno sem especificar o mecanismo em si.

De Rose (1994) sugere que existem aspectos nos quais a interpretação skinneriana para o comportamento verbal opõe-se à teoria sobre equivalência. De Rose menciona a unidade de análise como um aspecto de incompatibilidade, pois a expansão da unidade de análise da contingência de três termos acarretaria uma mudança fundamental em sua natureza devido ao fato desta expansão pressupor relações entre estímulos. Esta noção de relações entre estímulos reintroduziria a noção de significado como referência, sendo o significado tratado como substituição de estímulos. Esta noção referencial de significado seria incompatível com a proposta de Skinner.

Ribeiro (1995) sugere que a análise de Sidman afasta-se da posição de Skinner, aproximando-se de um tratamento da linguagem como referência e como uso de palavras. Sugere que Sidman “coisifica” as palavras, deixando de tratar o comportamento verbal como comportamento. Assim, Sidman faria algumas análises incompatíveis com a

proposta skinneriana.

As divergências citadas podem estar refletindo aspectos diferentes que estão sendo considerados pelos autores; entretanto, indicam a preocupação em se discutir o assunto. Diversos autores comparam a proposta de Skinner com a área da equivalência partindo de algumas análises elaboradas por Sidman. Isto é compreensível, visto que Sidman foi um dos fundadores da área de equivalência de estímulos e bastante responsável pelo modo como a equivalência vem sendo pesquisada e pensada contemporaneamente. Sidman também foi selecionado neste trabalho com o intuito de servir de referência para se investigar a relação entre aspectos do pensamento skinneriano e aspectos da área de equivalência de estímulos.

O programa de pesquisas proposto por Skinner

Skinner (1957/1992) aborda o comportamento verbal como um operante e, por conseguinte, sujeito aos mesmos princípios comportamentais que outros operantes. O livro de Skinner é um exercício de interpretação do comportamento verbal, aplicando os princípios derivados de observações empíricas de outras instâncias de comportamento.

Skinner considerava que uma análise do comportamento verbal deveria ter os mesmos objetivos que uma ciência do comportamento: previsão e controle. A “compreensão” do comportamento verbal seria avaliada pela extensão com que se poderia prever casos específicos e, também, produzir ou controlar tal comportamento, alterando-se as condições sob as quais ocorrem (Skinner, 1957/1992).

O comportamento verbal, como um operante, deveria ser analisado enquanto relação. A contingência de três termos (ou contingência tríplice) é um recurso de análise para se estudar esta relação. “Contingência”, na Análise Experimental do Comportamento (AEC), refere-se à relação de dependência entre eventos; a contingência tríplice, em especial, especifica a relação de dependência existente entre os termos: a) um evento antecedente (estímulo discriminativo) que sinaliza a ocasião na qual uma dada resposta produzirá

conseqüências reforçadoras e na ausência da qual não produzirá estas conseqüências; b) a resposta; c) uma alteração no ambiente (conseqüência) produzida pela resposta e que altera sua probabilidade de ocorrência futura (Todorov, 1985).

Skinner faz uma distinção entre operante e resposta em vários momentos de sua obra (cf. Skinner, 1969; 1957/1992; 1989). Afirma, por exemplo, que “um operante é uma classe, da qual uma resposta é um caso ou membro” (Skinner, 1969, p.131). Sustenta também que

o que reforçamos, no sentido de fortalecer, é o operante, a probabilidade de que respostas similares ocorram no futuro. Isto é mais do que a distinção entre classe e membro de uma classe.... Respostas não são nunca exatamente iguais, mas mudanças ordenadas aparecem se contarmos apenas aquelas instâncias que tem uma propriedade definidora. Um operante é uma classe de respostas, não uma instância, mas é também uma probabilidade (Skinner, 1989, p.36)

Esta distinção é importante porque Skinner toma o operante verbal como unidade de análise para o comportamento verbal (Skinner, 1957/1992). Assim sendo, o foco de suas análises serão *relações* e não respostas isoladas. Ademais, é importante porque irá destacar que não basta observar a forma (topografia) da resposta, mas também a *função* da mesma: duas respostas podem ter uma topografia similar mas estar sob controle de variáveis diferentes, não podendo ser consideradas membros de um mesmo operante.

Segundo Skinner, o comportamento verbal tem tantas “propriedades dinâmicas e topográficas que um tratamento especial é justificado e, na verdade, exigido” (1957/1992, p.2). Este “tratamento especial” está relacionado com a própria definição do que é comportamento verbal, não com princípios comportamentais novos.

O Comportamento Verbal.

De acordo com Skinner (1957/1992), o comportamento verbal é o comportamento de um falante individual, cujas conseqüências são mediadas por um ouvinte. Assim, a

diferença entre o não-verbal e o verbal é que o primeiro produz mudanças no ambiente físico diretamente e, no segundo caso, o comportamento produz alterações no ambiente físico apenas de forma indireta, através da mediação de ouvintes (atuando, portanto, diretamente sobre os ouvintes). Skinner elegerá o comportamento de um falante individual como foco de sua análise. Sugere que tal delimitação é justificável na medida em que o comportamento do ouvinte não é necessariamente verbal².

Pela definição skinneriana, qualquer comportamento que viesse a produzir alterações no ambiente físico de forma mediada seria verbal. Incluem-se aí não apenas vocalizações, mas também gestos, expressões faciais ou a escrita, entre outros. Entretanto, Skinner (1957/1992) toma o comportamento verbal-vocal como um protótipo do comportamento verbal, dando assim uma atenção especial a esta topografia em particular: “Porque o comportamento verbal-vocal é a forma mais comum [de comportamento verbal], lidaremos com ele como representativo. Onde for necessário ou de utilidade, problemas paralelos em outras formas podem ser considerados” (p.14).

Outro esclarecimento importante é que, para Skinner, “falante” refere-se àquele que se engaja em, ou que executa, um comportamento verbal; sendo assim, o termo não está limitado a vocalizações (como se poderia interpretar pela expressão “falante”). Do mesmo modo, “ouvinte” não se refere apenas àquele que responde aos estímulos auditivos emitidos por um falante, mas àquele que responde a qualquer outra topografia empregada pelo falante, como a escrita, o gestual, etc. O ouvinte é especialmente treinado para reagir ao comportamento do falante (Skinner, 1957/1992).

A Linguagem.

Segundo Abib (1994b), um equívoco freqüente em relação ao livro “O Comportamento Verbal” é supor tratar-se de uma obra sobre a linguagem, quando de fato

² Apesar disto, Skinner considera que o comportamento do ouvinte é importante para uma compreensão adequada do comportamento do falante.

não é, pelo menos em sua concepção tradicional. Skinner (1957/1992) avalia que a utilização do termo “linguagem” tinha uma implicação mentalista (esta questão será abordada adiante); ademais, sugere que o termo estaria mais ligado às práticas de uma comunidade lingüística do que ao comportamento de um falante individual: “‘Linguagem’ ... veio a se referir às práticas de uma comunidade lingüística ao invés do comportamento de qualquer membro [dessa comunidade]” (Skinner, 1957/1992, p.2).

Assim, Skinner se propõe a trabalhar com o conceito de “comportamento verbal”, deixando o termo “linguagem” para se referir às práticas de uma comunidade lingüística, sendo esta composta por ouvintes (Skinner, 1989). É certo que a discussão sobre o comportamento verbal está relacionada à linguagem; entretanto, a distinção de Skinner será mantida, pois reflete o foco de sua análise: o comportamento de um falante individual.

Skinner (1957/1992) destaca que o ouvinte não pode ser omitido da descrição, pelo fato de ser ele quem instala e mantém os comportamentos verbais de um falante. Assim, o comportamento de um falante individual é compreendido tomando-se por pressuposto (pelo menos) um ouvinte e, conseqüentemente, as práticas de uma comunidade verbal. A interação falante-ouvinte é chamada de “episódio verbal total” (Skinner, 1957, p.2).

De fato, Skinner (1957/1992) sustenta que o comportamento deste ouvinte deve ter sido condicionado exatamente com a finalidade de reforçar o comportamento do falante.

Assim;

o condicionamento especial do ouvinte é o x do problema. O comportamento verbal é modelado e mantido por um ambiente verbal – por pessoas que respondem ao comportamento de certo modo devido às práticas do grupo do qual são membros. Estas práticas e a interação resultante de falante e ouvinte geram os fenômenos que são considerados aqui sob a rubrica de comportamento verbal (1957/1992, p.226).

Críticas skinnerianas às formulações tradicionais.

Esta seção trata das críticas apresentadas por Skinner às formulações tradicionais

acerca da linguagem. Quando necessário serão apresentados alguns conceitos skinnerianos para esclarecer o porquê de suas contraposições.

* Linguagem como “ferramenta”:

Em uma interpretação tradicional, a linguagem é vista como sendo o uso de instrumentos ou ferramentas (que seriam as palavras) para expressar alguma idéia ou significado presente na mente de um falante. Skinner (1957/1992; 1974) rejeita este tipo de interpretação por considerar que ela sugere a idéia de “posse” de algo, ou seja, a linguagem é vista como uma “coisa” que é possuída, e isto implicaria dizer que o comportamento verbal possui uma existência independente de um falante.

A linguagem tem o caráter de uma coisa, algo que uma pessoa adquire e possui. Os psicólogos falam da *aquisição da linguagem* pela criança. As palavras e sentenças das quais uma linguagem é composta são ditas serem instrumentos usados para expressar significados, pensamentos, idéias, proposições, emoções, necessidades, desejos, e muitas outras coisas dentro ou sobre a mente do falante. Um ponto de vista muito mais produtivo é o de que o comportamento verbal é comportamento (Skinner, 1974, p.88)

Skinner (1957/1992) considera o comportamento verbal como uma forma de ação sobre o mundo e, portanto, não uma coisa. Para ele, é preciso distinguir entre uma *atividade* – o comportamento verbal – e seus *traços* – registros, tais como livros, por exemplo. Reconhece que as propriedades formais do comportamento verbal podem ser de interesse, mas que este é *comportamento* e, como tal, só existe enquanto está ocorrendo (Skinner, 1957/1992). Diz Skinner (1957/1992):

É verdade que o comportamento verbal usualmente produz entidades objetivas.... Mas apesar das propriedades formais dos registros serem interessantes, devemos preservar a distinção entre uma atividade e seus traços. Em particular devemos evitar a formulação artificial de comportamento verbal como ‘uso de palavras’. Não temos

maiores razões em dizer que um homem ‘usa a palavra *água*’ para pedir uma bebida do que em dizer que ele ‘usa um ato de estender [a mão, o braço]’ para pegar o copo oferecido (p.7).³

Em outro momento, afirma: “Indagar onde um operante verbal está quando uma resposta não está em curso de ser emitida é como indagar onde está o movimento do joelho de alguém quando o médico não está batendo o tendão patelar” (Skinner, 1957/1992, p.21).

O termo “vocabulário” também é criticado. Para Skinner (1957/1992), o termo expressa mal o que realmente ocorre porque sugere armazenamento, concedendo um caráter estático ao fenômeno em questão. Skinner argumenta que o termo “repertório” seria mais adequado do que “vocabulário”. O repertório verbal não é uma coisa possuída, descreve apenas uma probabilidade de comportar-se de uma dada maneira frente a um dado conjunto de circunstâncias. Skinner (1957/1992) afirma:

Observamos que um falante possui um *repertório verbal* no sentido de que respostas de várias formas aparecem em seu comportamento de momento a momento em relação a condições identificáveis. Um repertório, como uma coleção de operantes verbais, descreve o comportamento *potencial* de um falante (p.21).

Afirma ainda:

Diz-se que uma pessoa possui um vocabulário de tantos milhares de palavras se estas palavras são observadas em seu comportamento verbal durante um período de tempo. Mas um vocabulário é usualmente considerado como um armazém de ferramentas inanimadas das quais o falante faz seleções apropriadas à medida em que fala. Estamos preocupados aqui não somente com o fato de que certas formas específicas de comportamento verbal são observadas mas que elas são observadas sob

³ Quando Skinner critica a expressão “uso de palavras” (como uso de ferramentas) está provavelmente referindo-se à crença de que as palavras expressam significados ou idéias presentes na mente de um falante, à manipulação mental de elementos. Conforme sugere Tourinho (1994), Wittgenstein utiliza-se desta expressão mas não da maneira criticada por Skinner.

circunstâncias específicas. Estas circunstâncias controladoras adicionam um caráter dinâmico a “repertório”, que falta em “vocabulário” (Skinner, 1957/1992, p.22)

Além de sugerir o uso do termo “repertório verbal” ao invés de “vocabulário”, Skinner sugere o *operante verbal* como unidade do comportamento verbal, e não a palavra.

O que se necessita para o presente propósito – e que a “palavra” tradicional ocasionalmente se aproxima – é uma unidade de comportamento composta de uma resposta de forma identificável, funcionalmente relacionada a uma ou mais variáveis independentes. Em termos tradicionais, poderíamos dizer que necessitamos de uma unidade de comportamento definida em termos de “forma e significado” (Skinner, 1957/1992, p.20)

Ao aplicar o conceito de “operante verbal” Skinner utiliza princípios estabelecidos de uma análise operante na interpretação de eventos comportamentais verbais. Contrapõe isto às especulações que se utilizam de “causas fictícias” para explicar o comportamento, ou seja, construtos hipotéticos derivados de comportamentos (estes construtos são considerados como pertencentes a um outro nível de análise, que não o comportamental) e que são utilizados, por sua vez, para explicar os mesmos comportamentos dos quais foram derivados.

Assim, Skinner (1957/1992) sustenta que as formulações tradicionais negligenciam alguns dos fatos necessários para uma análise funcional ou causal do comportamento verbal. De seu ponto de vista, o lugar de tais fatos em uma análise causal do comportamento teria sido ocupado por causas fictícias. Skinner opõe-se ao que chama de ficções explanatórias ou causas fictícias do comportamento porque fazem com que o investigador não prossiga até as causas reais do comportamento. Dentre tais “causas fictícias” encontram-se, por exemplo, “idéia” e “significado”.

* Linguagem comunicando idéias ou significados⁴:

⁴ Este assunto será retomado ao longo do trabalho.

Uma formulação tradicional para o comportamento verbal consiste na “doutrina da expressão das idéias”, segundo a qual “uma alocação se explicava por apresentar as idéias que expressava” (1957/1992, p.20). Uma dificuldade em relação a isto é a de que as palavras expressavam uma idéia, ao mesmo tempo em que eram o único dado disponível de sua existência⁵.

Nas formulações tradicionais, além de ser tratado como se possuísse uma existência independente do comportamento do falante e do ouvinte, o significado é também visto como uma causa do comportamento, determinando o que o falante verbaliza. O significado é visto como um conteúdo mental que determina as ações do falante. As palavras expressariam um significado e, por este motivo, o significado é tratado como “algo” que tem uma existência independente. Em uma formulação tradicional, um falante transmite algo (informação, significado, etc.) para o ouvinte, no sentido de torná-lo *comum* (daí o termo “comunicação”).

O “significado”, assim como a “idéia”, tem sido entendido como algo que é expresso ou comunicado por uma expressão vocal. Um significado explica a ocorrência de um conjunto particular de palavras no sentido de que, se houvesse um significado diferente a ser expresso, um conjunto diferente de palavras teria sido utilizado. Uma expressão vocal será afetada dependendo do significado ser claro ou vago, e assim por diante (Skinner, 1957/1992, p.7)

Processos comuns são sugeridos quando se diz que a linguagem desperta na mente do ouvinte “idéias presentes na mente do falante”, ou quando a comunicação é tida como bem sucedida só quando uma expressão tem o “mesmo significado para o

⁵ Em parte para resolver esta dificuldade, surgiu o apelo de idéia enquanto imagem: “Outra resposta comum é o apelo a imagens. Diz-se que a idéia é o que passa através da mente do falante, o que o falante vê e ouve e sente quando está ‘tendo’ a idéia” (Skinner, 1957/1992, p.6). Entretanto, apesar deste apelo ser, por vezes, convincente, “somente uma pequena parte das idéias ditas serem expressas em palavras podem ser identificadas com o tipo de evento sensório sobre o qual a noção de imagem se apóia” (1957/1992, p.6).

falante e para o ouvinte”. Teorias do significado são usualmente aplicadas tanto ao falante como ao ouvinte, como se o processo de significação fosse o mesmo para ambos (Skinner, 1957/1992, p.33).

Skinner argumenta que a noção de idéia foi sendo substituída por significado; entretanto, a formulação básica, de que a linguagem transmite idéias, teria sido preservada (Skinner, 1945; 1957/1992). Skinner considera que a substituição de idéia por significado teria sido efetivada por considerar-se que o último, ao contrário do primeiro, poderia atingir uma “objetividade” ao ser colocado no mundo externo:

Esta “colocação” do significado para o lado de fora da pele, no mundo externo, é comentada a seguir.

* Significado e referência⁶:

Skinner (1957/1992) considera que em pelo menos um aspecto o significado teria uma vantagem em relação à idéia. Enquanto a última é necessariamente interna, o primeiro poderia ser identificado com aspectos do mundo externo, como quando se identifica o significado com os objetos do mundo a que “se refere”. Trata-se de uma “teoria referencial do significado”. Entretanto, Skinner considera que esta maneira de entender significado não estaria livre de problemas porque, embora sugira a possibilidade de se identificar de uma forma objetiva o significado de uma alocação em alguns casos (substantivos comuns, etc.), em outros casos isto não seria possível.

A interpretação do significado como referência foi em parte auxiliada pela atribuição de uma existência independente das palavras em relação a um falante e a um ouvinte. Assim, a noção de que palavras são ferramentas parece desvincular as palavras do comportamento de um falante e de um ouvinte, para em seguida colocá-las em uma relação de referência a um objeto (Skinner, 1957/1992). Para Skinner, a “referência” acabou por obscurecer aspectos importantes do comportamento verbal.

⁶ Este assunto também será retomado ao longo do trabalho.

Apesar de parecer contrário a uma redefinição de significado (ou de referência), Skinner prossegue utilizando o termo significado, e também referência, ao longo de seu trabalho, dando a eles uma nova interpretação.

Os operantes verbais.

Uma apresentação sucinta dos operantes verbais de Skinner (1957/1992) será necessária para a compreensão de alguns aspectos a serem discutidos no corpo do trabalho.

Inicialmente, Skinner distingue entre o mando e os demais operantes verbais. O tipo de consequência que se segue a um operante verbal **mando** é bastante específico e relacionado a condições de privação e estimulação aversiva. Portanto, a probabilidade de emissão do mando estaria relacionada a estas condições. O “mando” não teria um estímulo antecedente específico (Skinner, 1957/1992). Como exemplo, uma pessoa solicita a outra uma fatia de pizza e, como consequência de seu pedido, ela a recebe.

De acordo com Skinner (1957/1992), quando a consequência que se segue a um comportamento verbal é um reforço generalizado ou diversos tipos de reforços diferentes, esse comportamento ficaria sob controle de antecedentes específicos (estímulos discriminativos) e seria “liberado” das condições de privação ou estimulação aversiva características do mando. Por exemplo, geralmente se solicita água porque se está privado da mesma, mas não é preciso estar privado de água para se falar ou ler sobre um assunto relativo à água, etc. Após outros comportamentos verbais (que não o mando), não ocorreriam estímulos reforçadores específicos e sim diversos tipos de estímulos reforçadores ou reforçadores generalizados. Estes outros operantes verbais ficariam sob controle de estimulações antecedentes específicas. Estas condições antecedentes podem ser estimulações não-verbais (objetos, eventos ou propriedades de objetos ou eventos) ou verbais.

O operante verbal **tato** é um comportamento cujas consequências são reforços generalizados (ou vários reforçadores) e que fica sob controle de estímulos antecedentes

específicos, que são objetos, eventos, ou propriedades de objetos ou eventos do mundo. Como exemplo, uma pessoa que ao entrar em um carro, diz para outra que está do lado de fora, “está quente aqui dentro”. Este operante é importante no que diz respeito à discussão que Skinner faz sobre “referência”. Os demais operantes verbais ficam sob controle de estímulos verbais antecedentes e são: ecóico, textual e intraverbal. Nos dois primeiros existe uma correspondência ponto-a-ponto entre estímulos discriminativos e respostas, no último não.

Uma correspondência ponto-a-ponto implica em que cada parte de uma seqüência de respostas fica sob controle de cada parte de uma seqüência de estímulos. Por exemplo, se frente à palavra falada “Avenida Presidente Vargas” uma pessoa fala “Avenida Presidente Vargas”, cada parte da seqüência da resposta está sob controle de cada parte da seqüência do estímulo (o som “a” controla “a”, o som “ve” controla “ve” e assim por diante).

O operante verbal **ecóico**, como o próprio nome dá a entender, reproduz uma estimulação sonora antecedente. Por exemplo: se alguém diz o seu número de telefone e alguém repete. O operante verbal **textual** fica sob controle de um estímulo verbal escrito ou impresso. Por exemplo: se alguém, frente a uma placa escrita “ônibus”, diz “ônibus”.

O operante verbal **intraverbal** fica sob controle de uma estimulação verbal antecedente, mas nele não há correspondência ponto-a-ponto. Por exemplo: se alguém, frente à pergunta “dois mais dois?”, responde “quatro”.

Skinner apresenta estes cinco operantes como sendo básicos (Skinner, 1957/1992). Existem outros tipos de relações possíveis (“copiar”, por exemplo), mas que não são importantes para a presente discussão (Skinner não problematiza estas outras possíveis relações em suas discussões sobre “significado” e “referência”, talvez por estar tomando o comportamento verbal vocal como protótipo para análise).

Um outro comportamento verbal que merece ser mencionado é o **autoclítico**. Talvez este seja o conceito mais difícil de lidar, dentre os comportamentos verbais. Basicamente, o

comportamento autoclítico depende de outros comportamentos verbais (básicos) para ocorrer. O autoclítico pode afetar as reações do ouvinte para com estes operantes básicos, de modo a tornar mais provável que o ouvinte responda apropriadamente a eles. Por exemplo, um autoclítico “por favor” acompanhando um mando “água”.

Todas as análises elaboradas por Skinner para o comportamento verbal têm como pressuposto que não há necessidade de princípios comportamentais novos. Alguns autores criticam esta suposição, baseando-se em pesquisas na área de equivalência de estímulos (e.g. Hayes & Wilson, 1993). Sidman (1994) sugere que a área de equivalência fornece instrumentos importantes na análise da linguagem. Restaria saber se haveria alguma diferença fundamental entre a proposta skinneriana para análise do comportamento verbal e esta área em particular.

Pretende-se descrever a proposta de Sidman da equivalência de estímulos. Sidman foi selecionado por suas contribuições na área de equivalência de estímulos e por ser apresentado na literatura como defendendo uma posição diferente da skinneriana, muito embora ele afirme (Sidman, 1994) que adota uma postura coerente com os pressupostos teóricos e filosóficos de Skinner.

A equivalência de estímulos em Sidman.

A equivalência está estreitamente ligada à noção de substituição de estímulos (Sidman, 1994). O próprio termo “equivalente” indica algo que é igual em valor. Por substituição de estímulos entende-se a possibilidade de um estímulo ocupar o lugar e/ou assumir a função de outro estímulo, pelo menos em alguns aspectos. Assim, tais estímulos seriam substituíveis, intercambiáveis.

A substitutabilidade, quando analisada por Sidman, costuma estar vinculada ao procedimento de “matching to sample”⁷. Basicamente, este procedimento consiste na

⁷ Para Sidman, a equivalência não está restrita a este procedimento. Entretanto, como esta é maneira pela qual ele a investiga e através da qual faz suas análises, torna-se necessário um breve comentário a respeito.

apresentação de um estímulo modelo diante do qual se deve escolher um dentre vários estímulos de comparação. Por exemplo, diante do desenho de um jacaré (estímulo modelo) escolhe-se, dentre outras palavras impressas (estímulos de comparação), a palavra “jacaré” (estímulo de comparação correto). A expressão “matching to sample” costuma ser traduzida para o português como “pareamento com o modelo” ou “escolha de acordo com o modelo”. Sidman sugere que se reserve a expressão “matching to sample” (quando não se estiver falando do procedimento) apenas para os estímulos que apresentarem entre si relações de equivalência e não apenas relações condicionais. Isto implica em que o estímulo de comparação correto, caso seja equivalente ao seu modelo, possa substituir a função de seu modelo. Assim, conforme o exemplo anterior, ao apresentar a palavra impressa “jacaré” como estímulo modelo, o desenho do jacaré (estímulo de comparação correto) deve ser selecionado dentre outros desenhos disponíveis e isto deve ocorrer na ausência de reforçamento diferencial.

Em seu estudo de 1971, Sidman utilizou-se do termo equivalência como sinônimo de “substituível por” (cf. Sidman, 1994), indicando então a suposição de que os estímulos de comparação escolhidos em relação aos estímulos modelo eram substituíveis (equivalentes) uns pelos outros. Em 1977, Sidman afirma explicitamente que “estímulos equivalentes são por definição substituíveis uns pelos outros” (p.70). Mas é somente na década de 80 que o termo equivalência passa a se constituir como um termo técnico quando, em dois artigos publicados simultaneamente, Sidman e seus colaboradores (Sidman, Rauzin, Lazar, Cunningham, Tailby e Carrigan, 1982; Sidman e Tailby, 1982) propõem três testes, baseados em propriedades da matemática, pelos quais se saberia se dados estímulos são equivalentes: 1) *reflexividade*, que é a relação de um estímulo com ele próprio (relação de identidade); 2) *simetria*, que é a relação de reciprocidade entre estímulos; e 3) *transitividade*, que é a relação entre estímulos onde “os termos comuns em dois pares ordenados determinam um terceiro par ordenado” (Catania, 1998, p.151).

Como exemplo dessas propriedades, poder-se-ia treinar – supondo tratar-se de um sujeito ingênuo em relação aos estímulos usados – as seguintes relações: na presença da palavra escrita “um” reforça-se a escolha do numeral “1” (treino A-B) e, em outro treino, na presença do numeral “1” reforça-se a escolha da palavra escrita “one” (treino B-C). A partir daí, poderia-se testar as três propriedades⁸: 1) reflexividade - se na presença de cada um destes elementos ocorre a escolha do estímulo similar, por exemplo, a escolha da palavra “um” na presença da palavra “um”; 2) simetria - se na presença do numeral “1” ocorre a escolha da palavra “um” (B-A) e se na presença da palavra “one” ocorre a escolha do numeral “1” (C-B); e transitividade - se na presença da palavra “um” ocorre a escolha da palavra “one” (A-C). A *simetria da transitividade* ou *teste de equivalência* (assim chamado por exigir como pré-requisito as três propriedades), consiste em verificar se na presença da palavra “one” ocorre a escolha da palavra “um” (C-A).

Sidman (1986) defendia que a equivalência somente ocorria em uma contingência de quatro termos (ou acima) mas mudou de posição (Sidman, 1994) e passou a sugerir que a equivalência pode surgir de uma contingência de três termos. Sidman (1994) afirmava que a equivalência ocorria a partir da contingência de quatro termos porque estava preso à exigência dos três testes (reflexividade, simetria e transitividade), que dependem de uma contingência de quatro termos para verificar se ocorreu a formação de classes de estímulos equivalentes. Além disso, em relação ao número mínimo de estímulos que devem compor uma classe, Sidman (1994) defende que a equivalência de estímulos pode existir entre dois estímulos, mas os testes (das propriedades) que indicariam se ambos são equivalentes só podem ocorrer se pelo menos três estímulos forem utilizados no treino, caso contrário não é possível verificar a “transitividade”. Portanto, a utilização dos testes como critério para verificar a equivalência exige, para a sua avaliação, a contingência de quatro termos e uma classe de pelo menos três estímulos. Sidman (1994) considera que os benefícios oriundos

⁸ As propriedades são testadas sem reforçamento.

da adoção dos testes justificam as limitações decorrentes, pois os testes aumentaram a capacidade de previsão dos analistas do comportamento. Portanto, mesmo sugerindo a possibilidade da equivalência ocorrer em uma contingência de três termos, a contingência de quatro termos (da qual o procedimento de matching é um exemplo) é ainda necessária para se avaliar a equivalência.

Sidman sugere que, quando se treinam relações entre estímulos, vários tipos de relações podem surgir entre os mesmos, entre as quais a equivalência. A equivalência seria uma relação potencial entre os estímulos, que poderia ou não emergir dependendo de outras condições favoráveis. A aplicação dos testes, por exemplo, limitaria os outros tipos de relações possíveis.

Sidman (1994) sugere que a equivalência é uma função primordial do estímulo e que ao mesmo tempo depende de reforçamento. Por função primordial do estímulo entende-se uma função básica, fundamental, que teria sido selecionada através de um processo evolutivo (seleção natural). Assim, os estímulos agrupar-se-iam em classes, tornando-se equivalentes, a menos que algo determinasse o contrário. Ao contrário de autores – Sidman (1994) menciona Hayes – que sugerem que as relações de equivalência são aprendidas, que dependem de uma história prévia, Sidman (1994) sugere que o processo contrário deve ser seriamente considerado: aprende-se que os estímulos não são equivalentes. As contingências de reforçamento fragmentariam as classes de modo que os estímulos não formassem uma única e gigantesca classe e sim várias classes menores. Sugere ainda um mecanismo que permitiria que a formação destas classes ocorresse de maneira ordenada: as contingências de quatro termos ou mais, que indicariam quando estímulos são ou não equivalentes. Além disso, permitiria que um mesmo estímulo pertencesse a muitas classes diferentes, dependendo do contexto.

Sidman enfatiza que apesar da relação de equivalência ser uma função primordial do estímulo ela ocorre desde que haja reforçamento. A equivalência, assim como a

discriminação, é um processo básico mas que é derivado de contingências de reforçamento.

Sidman faz questão de esclarecer, todavia, que não trata a equivalência como sendo uma entidade independente. Ele passa a tratar a equivalência como sendo uma maneira de resumir um conjunto de observações: “A *relação de equivalência* não se refere quer a uma entidade teórica (...) quer a processos ou entidades que estão além da observação, mas antes, resume um conjunto de regularidades observadas” (Sidman, 1994, p.387). Isto é reafirmado e enfatizado em outro artigo (Sidman, 1997). Sidman (1997) também afirma: “Eu não acredito que o que propomos seja um modelo teórico. Antes, eu acredito que seja um modelo descritivo, um quadro útil dentro do qual descrevemos nossos dados” (Sidman, 1997, p.127).

É importante salientar que o presente trabalho pretende ser um estudo sistemático de Skinner e de Sidman, restringindo-se especificamente à noção de **significado** proposta por ambos. A área da equivalência (não se limitando apenas a Sidman) e os estudos atuais em comportamento verbal permitiriam muitos outros aspectos a serem abordados, provavelmente com outras implicações. Entretanto, o objetivo aqui é mais restrito.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O trabalho desenvolveu-se conforme se segue. Selecionou-se um conjunto de textos de Skinner e Sidman. Criaram-se as seguintes *categorias de registro*, que indicavam os tipos de informações que seriam transcritas das obras destes autores: significado, referência/referente, substituição/substitutabilidade, símbolo, semântico (a). Extraíram-se dos textos selecionados as partes relacionadas com as categorias de registro. Com base no exame do conteúdo selecionado por meio das categorias de registro, foram elaboradas *categorias de análise* que sintetizavam aspectos importantes das proposições dos autores. As análises obtidas serviram de base para a constituição do corpo da dissertação.

A seleção dos textos de Skinner foi feita através de seus títulos, do ano 1945 ao ano 1989. Os textos que apresentassem em seu título alguma relação com “comportamento verbal” foram selecionados. Uma exceção a esta regra foi a inclusão do artigo de 1945 (texto 1), selecionado por ser a primeira vez em que Skinner trata do comportamento verbal de maneira sistemática.

As obras de Skinner selecionadas para análise foram as seguintes:

Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277/291-294.

Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Acton, MA: Copley Publishing Group. Publicado originalmente em 1957.

Skinner, B. F. (1959). The programming of verbal knowledge. Em E. Galanter (Ed.), *Automatic teaching: The state of the art* (pp. 63-68). New York: John Wiley.

Skinner, B. F. (1960). Special problems in programming language instruction for teaching machines. Em F.J. Oinas (Ed.), *Language teaching today* (pp. 167-174). Bloomington, Indiana: Indiana University Research Center in Anthropology, Folklore, and Linguistics.

Richards, A. & Skinner, B. F. (1962). Verbal behavior. *Encounter*, 42-44.

Skinner, B. F. (1973). Reflections on meaning and structure. Em R. Brower, H. Vendler & J. Hollander (Eds.), *I. A. Richards: Essays in his honor* (pp.199-209). New York: Oxford University Press.

Skinner, B. F. (1974). Verbal Behavior. Em B. F. Skinner (1974). *About Behaviorism* (pp.88-101). New York: Alfred A. Knopf.

Epstein, R., Lanza, R. P., e Skinner, B. F. (1980). Symbolic communication between two pigeons. *Science*, 207, 543-545.

Skinner, B. F. (1985). Reply to Place: “Three senses of the word ‘tact’”. *Behaviorism*, 13, 75-76.

Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 45, 115-122.

Skinner, B. F. (1988). Signs and countersigns. *Behavioral and Brain Sciences*, 11, 466-467.

Skinner, B. F. (1989). The listener. Em B. F. Skinner (1989), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 35-47). Columbus, OH: Merrill. Publicado originalmente em 1988.

Em relação à obra de Sidman, foram selecionados, de início, os textos teóricos relacionados à equivalência de estímulos, do ano de 1971 até o ano de 1997⁹. Um dos textos selecionados foi um livro de Sidman publicado em 1994. Visto que neste livro foram reimpressos diversos artigos escritos por Sidman (em autoria ou co-autoria), selecionaram-se estes artigos para se ter acesso aos originais. Quando fosse necessário citar algum trecho de um destes artigos reimpressos, foi dada preferência ao original.

⁹ Uma observação sobre a seleção dos textos de Sidman é a não inclusão de um artigo de Sidman publicado em 1997, pois neste artigo são apenas reimpressas partes do livro de Sidman de 1994. O texto em questão é: Sidman, M. (1997). Equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 68, 258-266. Sidman publicou recentemente um artigo teórico (Sidman, 2000) que ficou de fora das análises apresentadas devido ao fato deste estar fora dos critérios adotados por ocasião da seleção e transcrição de textos. Este artigo não menciona a questão do significado. Ele discute, especificamente, a possível origem da equivalência.

Ao final, as obras de Sidman selecionadas para análise foram as seguintes:

- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research, 14*, 5-13.
- Sidman, M. (1973). Reading and crossmodal transfer of stimulus equivalences in severe retardation. *American Journal of Mental Deficiency, 77*, 515-523.
- Sidman, M., Cresson, O., Jr., & Willson-Morris, M. (1974). Acquisition matching to sample via mediated transfer. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 22*, 261-273.
- Sidman, M. (1977). Teaching some basic prerequisites for reading. Em: P. Mittler (Ed.), *Research to practice in mental retardation. Education and training. Volume II* (pp.353-360). Baltimore, MD: University Park Press.
- Sidman, M. (1981). Remarks. *Behaviorism, 9*, 127-129.
- Sidman, M., Rauzin, R., Lazar, R., Cunningham, S., Tailby, W., & Carrigan, P. (1982). A search for symmetry in the conditional discriminations of rhesus monkeys, baboons, and children. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 37*, 23-44.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 37*, 5-22.
- Sidman, M., Kirk, B., & Willson-Morris, M. (1985). Six-member stimulus classes generated by conditional-discrimination procedures. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 43*, 21-42.
- Sidman, M. (1986). Functional analysis of emergent verbal classes. Em T. Thompson & M. D. Zeiler (Eds.), *Analysis and integration of behavioral units* (pp.213-245). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sidman, M., Willson-Morris, M., & Kirk, B. (1986). Matching-to-sample procedures and the development of equivalence relations: The role of naming. *Analysis and*

Intervention in Developmental Disabilities, 6, 1-19

- Bush, K. M., Sidman, M., & de Rose, T. (1989). Contextual control of emergent equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 51, 29-45
- Sidman, M., Wynne, C. K., Maguire, R. W., & Barnes, T. (1989). Functional classes and equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 51, 29-45.
- Sidman, M. (1990). Equivalence relations: Where do they come from? In D. E. Blackman & H. Lejeune (Eds.), *Behavior analysis in theory and practice: Contributions and controversies* (pp.93-114). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sidman, M. (1992) Equivalence relations: some basic considerations. Em Hayes, S. C. e Hayes, L. J. (Eds.). *Understanding verbal relations*, (pp.15-27). Reno, Nevada: Context Press.
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Sidman, M. (1997). Equivalence: A theoretical or a descriptive model? *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 23, 125-145.

Os trechos fichados foram organizados dentro de cada categoria de registro. Para facilitar sua identificação imediata, utilizou-se o seguinte sistema de notação: SK, para Skinner, e SID, para Sidman; o número do texto (em sua ordem de apresentação); o número da categoria de registro; e, o número do trecho (no fichamento). Resumindo, tem-se: SK [ou SID][Texto].[categoria].[trecho]. Assim, “SK2.1.2” significa: o segundo texto de Skinner, categoria 1 (significado) e trecho 2; “SID9.1.2” significa: o nono texto de Sidman, categoria 1 (significado) e trecho 2.

Categorias de análise:

Os trechos selecionados por meio das categorias de registro foram analisados e, a partir disto, criaram-se categorias de análise de modo a possibilitar esclarecimentos sobre a noção de significado em Skinner e em Sidman. Um trecho poderia, dependendo do seu

conteúdo, ser incluído em mais de uma categoria de análise, mas nem todos os trechos foram incluídos nessas categorias (isto ocorria apenas caso o trecho fosse, de alguma maneira, relevante para o estudo). Os trechos foram reunidos nas categorias de análise correspondentes e foram comentados.

As categorias de análise elaboradas a partir das categorias de registro foram: 1) Alcance do modelo explicativo para a análise do comportamento verbal; 2) Significado como variáveis controladoras da resposta vs. significado como relações de equivalência entre estímulos; e, 3) O papel da substitutabilidade na linguagem: função e limites.

CAPÍTULO 1

ALCANCE DO MODELO EXPLICATIVO PARA A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO VERBAL.

Ao se discutir o alcance dos modelos de Skinner e Sidman, quando estes abordam termos como significado, referência, e outros, mostra-se pertinente examinar como essas propostas se relacionam com as teorias já existentes no campo da linguagem; em quais aspectos, especificamente, cada autor estava interessado e no que pretendiam contribuir, no sentido de aumentar a compreensão da linguagem; qual alcance pretendiam dar ao seus projetos. Pretende-se apresentar, aqui, um panorama das propostas de Skinner e Sidman discutindo seu alcance na explicação da linguagem.

A PROPOSTA DE SKINNER

Skinner e o Simpósio sobre o operacionismo (Skinner, 1945)

Em seu artigo de 1945, baseado em uma palestra proferida em um simpósio sobre o operacionismo, Skinner (1945) apresenta de maneira mais sistemática o que viria a ser sua interpretação do comportamento verbal. Skinner critica certas concepções tradicionais da linguagem, para as quais o significado seria um substituto para idéia, no sentido de que as palavras seriam usadas para transmitir idéias ou significados de uma pessoa para a outra. Segundo Skinner, esta troca, de idéia por significado, foi feita porque haveria a possibilidade de se encontrar o significado no mundo exterior, em seus referentes; isso para atender a certos critérios de objetividade.

A fraqueza das atuais teorias da linguagem pode ser traçada ao fato de que uma concepção objetiva do comportamento humano ainda está incompleta. A doutrina de que palavras são usadas para expressar ou conduzir significados meramente substitui “idéia” por “significado” (na esperança de que significados possam então de algum modo ser colocadas do lado de fora da pele) e é incompatível com concepções psicológicas modernas do organismo. As tentativas de derivar uma função simbólica do princípio de condicionamento (ou associação) têm sido caracterizadas como uma

análise muito superficial. Não é simplesmente verdade que um organismo reage a um signo “como faria ao objeto que o signo substitui” (...). Somente em uma área muito limitada (principalmente no caso de respostas autonômicas) é possível considerar o signo como um estímulo substituto simples no sentido pavloviano. A lógica moderna, como uma formalização de linguagens “reais”, retém e amplia esta teoria dualista de significado e dificilmente o psicólogo que reconhece sua própria responsabilidade em fornecer uma descrição do comportamento verbal pode apelar a esta teoria (Skinner, 1945, pp.270-271).

Observa-se, então, que Skinner pretendia analisar o comportamento verbal de modo que sua proposta não viesse ter as mesmas “fraquezas” que as teorias então existentes, como será apresentado adiante.

Uma análise funcional do comportamento verbal: O livro “Verbal Behavior” (Skinner, 1957).

O livro “Verbal Behavior” (“O Comportamento Verbal” – Skinner, 1957/1992) desenvolve as críticas às concepções tradicionais e indica a necessidade de uma interpretação alternativa; no caso, uma interpretação baseada em uma análise funcional do comportamento verbal. Skinner critica novamente a utilização do termo significado como uma tentativa de preservar uma concepção mentalista da linguagem.

O sucessor imediato de “idéia” foi “significado” e o lugar do segundo está em perigo de ser usurpado por um novato, a “informação”. Todos estes termos tem o mesmo efeito de desencorajar uma análise funcional e apoiar, ao invés disto, algumas das práticas primeiro associadas com a doutrina das idéias (Skinner, 1957/1992, p.7).

Skinner critica as noções tradicionais de “idéia” e “significado” como sendo ficções explanatórias do comportamento, pois seriam derivadas de observações de comportamentos e em seguida utilizadas como explicação para os mesmos comportamentos dos quais foram derivadas. O problema com tais ficções explanatórias,

para Skinner, é que estas desencorajariam a análise funcional, que é justamente a que vai fornecer uma explicação empírica do comportamento verbal.

Explicar o comportamento verbal a partir de um suposto conteúdo mental (o significado) comunicado de uma pessoa para a outra, seria preservar um modelo internalista, que buscaria a explicação do comportamento *dentro* do organismo. Um dos inconvenientes disto seria o afastamento de uma interpretação que levasse em conta a interação entre o organismo como um todo e o seu ambiente, que caracterizaria um recorte externalista.

No trecho abaixo, novamente, nota-se que Skinner se contrapõe às teorias tradicionais. Skinner estava tentando afastar de seu trabalho os problemas que identificou nas teorias da linguagem então existentes:

Nós poderíamos, indubitavelmente, definir idéias, significados, e assim por diante, de modo que pudessem ser cientificamente aceitáveis e até mesmo úteis em descrever o comportamento verbal. Mas tal esforço em reter termos tradicionais seria caro. É a formulação tradicional que está errada.... Temos que descobrir as relações funcionais que governam o comportamento verbal a ser explicado; chamar tais relações de “expressão” ou “comunicação” é correr o risco de introduzir propriedades e eventos exteriores e ilusórios. A única solução é rejeitar a formulação tradicional de comportamento verbal em termos de significado (Skinner, 1957/1992, pp.9-10).

Skinner argumenta que o termo “significado” poderia ser interpretado com os conceitos da análise do comportamento, mas ao fazê-lo arrisca-se em introduzir questões problemáticas que seriam “exteriores” a uma análise comportamental, no sentido de não serem questões que façam sentido dentro de uma formulação comportamentalista. Além disso, Skinner indica que os termos tradicionais, mesmo redefinidos, seriam de pouca valia para questões relacionadas à modificação do comportamento, visto que as variáveis relevantes foram freqüentemente deixadas de lado pelas teorias tradicionais.

Uma razão para se tentar aperfeiçoar uma análise do comportamento verbal em termos de idéias, significados, informação, atitudes, opiniões, traços, habilidades, e assim por diante, é que tais variáveis, mesmo quando definidas de forma aceitável, tem pouca relevância para o controle prático do comportamento verbal (Skinner, 1957/1992, p.253).

Skinner não deixa, contudo, de discutir o termo significado, até porque este termo é muito utilizado e tem bastante aceitação; ele passa, então, a esclarecer de que modo interpretaria o mesmo. Note-se que Skinner, ao fazer críticas às concepções tradicionais da linguagem, está preocupado em mostrar de quais pontos discorda e como se poderia interpretar conceitos tradicionais de um modo diverso ao que se estava fazendo. Suas análises pretendem, portanto, ser amplas de modo a substituir as concepções tradicionais da linguagem na explicação do comportamento verbal.

O significado não é propriedade do comportamento enquanto tal, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre. Tecnicamente, os significados são encontrados entre as variáveis independentes em uma descrição funcional e não como propriedades da variável dependente. Quando alguém diz que pode ver o significado de uma resposta, ele quer dizer que pode inferir algumas das variáveis das quais a resposta é geralmente uma função. A questão é particularmente importante no campo do comportamento verbal onde o conceito de significado desfruta um prestígio incomum (Skinner, 1957/1992, pp.13-14).

A análise funcional seria capaz de lidar com o comportamento verbal sem recorrer às teorias tradicionais, onde o significado era visto como sendo “comunicado” de um falante para um ouvinte; Skinner argumentava que nada era realmente “tornado comum” no sentido de um conteúdo (mental) ser literalmente transmitido de uma pessoa para outra.

No tratamento tradicional do comportamento verbal, o “significado” de um mando é presumivelmente o reforçamento que caracteristicamente o segue. O significado de

Doce! é o tipo de objeto freqüentemente produzido por aquela resposta. Mas “o que é comunicado” pareceria ser “a necessidade do falante por doce”, que se refere ao estado controlador de privação. O conceito de mando, ou do operante verbal em geral, explicitamente reconhece a contingência de reforçamento e a privação ou estimulação aversiva e é livre para lidar com estas variáveis de modo apropriado sem tentar identificar a relação de referência ou um processo de comunicação (Skinner, 1957/1992, pp.43-44).

Ao utilizar-se da análise funcional, Skinner pretende dar conta, além das relações estudadas pelas teorias tradicionais, de certos tipos de relações comportamentais que teriam sido negligenciadas por estas teorias. Em especial, não se deveriam esquecer as relações envolvendo respostas verbais sob o controle de estímulos verbais: o comportamento ecóico, o textual e o intraverbal.

Os comportamentos ecóico, textual e intraverbal são às vezes rejeitados como “linguagem espúria”. Eles não são importantes para o teórico do significado porque as correspondências entre respostas e variáveis controladoras não levantam problemas importantes de referência. A única relação semântica relevante [para as teorias tradicionais do significado] parece ser entre a resposta e a *fonte* do estímulo verbal no comportamento do falante que originalmente a produziu, e isto está somente distantemente relacionado ao comportamento do falante atual (Skinner, 1957/1992, pp.79-80).

As teorias tradicionais, ao enfatizarem as correspondências entre as palavras e os seus referentes (coisas e propriedades de coisas do mundo), estariam destacando apenas o tipo de relação comportamental característico do operante verbal “tato”. Uma teoria referencial do significado acabaria por deixar de lado outros tipos de controle que a análise funcional revelaria. Não se deveria, ao tentar *explicar a totalidade do comportamento verbal*, deixar que a busca por correspondências entre palavras e coisas obscurecesse

outros tipos de relações não menos importantes. Note-se a abrangência que Skinner pretendia dar às suas análises.

Ao explicar o comportamento verbal *como um todo*, relações funcionais efetivas não devem ser negligenciadas devido a uma preocupação com o significado. Operantes ecóicos e intraverbais e, em pessoas alfabetizadas, operantes textuais, também são, em geral, uma parte importante do comportamento verbal. A contribuição de tais respostas é particularmente importante quando examinarmos como as variáveis se combinam na fala continuada e como o efeito do comportamento do próprio falante o leva a compor e a editar o que ele diz e a manipulá-lo no pensamento verbal (Skinner, 1957/1992, p.80, *itálico acrescentado*).

Aqui, Skinner já indica que estas relações, que envolvem o controle por estimulações verbais, são importantes no que diz respeito à reação do falante para o seu próprio comportamento (o que envolve o operante verbal chamado *autoclítico*). Skinner considerou que as teorias do significado negligenciaram outros tipos de relações exatamente por enfatizarem apenas aquela relação envolvendo palavras e coisas.

Nos operantes ecóicos, textuais e intraverbais o estímulo antecedente é verbal. Existem dois tipos importantes de estímulos controladores que são usualmente não-verbais. Um destes já foi mencionado: uma *audiência* caracteristicamente controla um amplo grupo de respostas através de um processo a ser discutido em detalhe (...). O outro é nada menos que a totalidade do ambiente físico – o mundo de coisas e eventos aos quais se diz que o falante “fala sobre”. O comportamento verbal sob controle de tais estímulos é tão importante que o estudo da linguagem e as teorias do significado lidam exclusivamente com ele (Skinner, 1957/1992, p.81).

A valorização deste tipo de relação (característica do tato) se deu, segundo Skinner, devido à importância que o tato tem para o comportamento de ouvintes, já que o tato parece colocar o comportamento dos ouvintes em contato com as coisas do mundo (os

“referentes”).

(...) uma resposta em um tato difere de uma mesma resposta em um operante ecóico, textual ou intraverbal. O tato *cadeira* tem a vantagem sobre estes outros tipos [de operantes verbais] porque ele parece “dizer algo” sobre o objeto que evoca a resposta. O tato parece contribuir com mais “informação” que os comportamentos ecóico, textual ou intraverbal. Ele fornece uma ligação entre o comportamento do ouvinte e um estado relevante de coisas. Mas a ligação é meramente mais longa quando o comportamento do falante é controlado pelo comportamento verbal de outra pessoa. Todas as gradações de diferenças entre operantes verbais refletem diferentes conjuntos de variáveis no comportamento do falante e do ouvinte. Os processos comportamentais componentes são os mesmos onde quer que ocorram (Skinner, 1957/1992, p.89).

Aqui, Skinner sugere que alguns comportamentos verbais sob controle de estímulos verbais podem, na sua origem, estar relacionados às coisas do mundo, embora em um dado momento estejam apenas sob controle de um estímulo verbal. As respostas verbais sob controle de estímulos verbais podem ter uma “ligação” mais longa com as coisas do mundo; isto não é válido para todas as respostas verbais sob controle de estímulos verbais, algumas respostas verbais não possuem “referentes”. Os “processos comportamentais” envolvidos em todos os tipos de operantes verbais são os mesmos, embora as diferenças existentes permitam descrições que levem em conta aspectos particulares e, assim, criar categorias separadas.

No trecho abaixo, Skinner novamente alerta para o fato de que as teorias tradicionais do significado restringem suas análises ao tipo de relação que prevalece no tato. Sugere, também, que a noção de “operante verbal” permite lidar com os tipos de relações que seriam de interesse destas teorias.

A teoria semântica limita-se freqüentemente à relação entre resposta e estímulo que

prevalece no operante verbal chamado tato. Palavras, partes de palavras, ou grupos de palavras, de um lado, e coisas, partes de coisas, ou grupos de coisas, de outro lado, estão em uma relação mútua chamada de “referência”, “denotação” ou “designação”. A relação pode ser tão vazia quanto uma convenção lógica, ou pode fornecer a intenção do falante. Mas como uma palavra “representa” uma coisa, ou “significa” o que o falante pretendeu dizer, ou “comunica” alguma condição de uma coisa a um ouvinte, nunca foi satisfatoriamente estabelecido. A noção do operante verbal coloca tais relações dentro do alcance dos métodos da ciência natural. Como um estímulo, ou alguma propriedade de um estímulo, adquire controle sobre uma dada forma de resposta é agora bastante conhecido. A forma de uma resposta é modelada pelas contingências que prevalecem em uma comunidade verbal. Uma dada forma é colocada sob controle de estímulo através do reforçamento diferencial de nossa contingência de três termos. O resultado é, simplesmente, a probabilidade de que o falante emitirá uma resposta de uma dada forma na presença de um estímulo com propriedades específicas sob certas condições amplas de privação e estimulação aversiva. *No que diz respeito ao falante*, esta é a relação de referência ou significado. Haveria pouca razão em usar esta fórmula para redefinir conceitos tais como signo, sinal ou símbolo, ou uma relação tal como referência, ou entidades comunicadas em um episódio de fala, tais como idéias, significados ou informação. Estes termos tradicionais carregam muitas conotações irrelevantes, surgindo de seus usos ao descrever as relações entre a resposta do falante e o comportamento do ouvinte e as contingências de reforçamento impostas pela comunidade verbal (Skinner, 1957/1992, pp.114-115).

Novamente, Skinner sugere que os termos tradicionais criam certos problemas desnecessários. Isso o leva a afirmar que o seu interesse é lidar com o fenômeno do qual estas teorias estavam tentando dar conta, mas não estava tentando, simplesmente,

parafrapear os termos tradicionais (como “significado”, ou “referência”), usando uma linguagem comportamentalista, e assim incorporar os problemas que estes termos perpetuavam.

Mesmo dentro da relação restrita representada pelo tato, a noção tradicional de significado não é adequadamente representada, visto que em adição a uma relação de referência temos que considerar aquela da asserção¹⁰ (...) e a questão de se uma resposta verbal é precisa, verdadeira, e assim por diante (...). Presumivelmente, poderíamos descrever o comportamento do lógico ou do lingüista quando ele diz que uma palavra “representa” ou “significa” algo, ou que uma proposição é verdadeira ou falsa e, neste ou algum outro modo, poderíamos estabelecer definições alternativas, mas as definições, provavelmente, não seriam úteis em uma análise do comportamento verbal. *Nós estamos interessados em encontrar termos, não para tomar os lugares tradicionais, mas para lidar com um assunto tradicional* (Skinner, 1957/1992, p.115, itálico acrescentado).

Uma análise funcional pode indicar, por exemplo, que um dado comportamento verbal está sob controle de um estímulo que é verbal; não há, necessariamente, um estímulo não-verbal (um estado de coisas) controlando discriminativamente a resposta, o que é característico do operante verbal *tato*. Observe-se, também, que Skinner refere-se, de novo, à tentativa de explicar o comportamento verbal em sua totalidade.

Em uma formulação comportamental de relações semânticas nós não estamos sob compulsão de explicar todo o comportamento verbal com uma fórmula única. O tato

¹⁰ A questão da “asserção” é tratada por Skinner (1957/1992) como um comportamento autoclítico. O comportamento autoclítico baseia-se em outros comportamentos verbais, aumentando a probabilidade do ouvinte reagir de maneira apropriada a estes comportamentos. Há uma diferença na maneira em que um ouvinte reagiria a “está chovendo lá fora” e “ESTÁ chovendo lá fora”; embora ambos sejam tatos, o segundo exerce uma função que seria similar a dizer “está chovendo lá fora com certeza”. Existe uma função autoclítica nesta entonação que torna mais provável um ouvinte reagir de alguma maneira apropriada a este comportamento.

é obviamente um tipo importante de resposta verbal, particularmente em seu efeito sobre um ouvinte. Entretanto, não devemos por isso concluir que ele é o único tipo genuíno de comportamento verbal, ou que ele estabelece um padrão de acordo com o qual todo comportamento verbal deva ser explicado. Podemos evitar esforços infrutíferos de descobrir os referentes de termos como *que*, *mas*, *por favor*, ou de um espirro. Operantes ecóicos e textuais devido à sua correspondência ponto a ponto com estímulos verbais gerados pelo comportamento de outros, podem parecer com tatos, mas ao lidar com o falante ecóico ou textual os referentes originais podem não ser relevantes. Quando repetimos ou lemos uma passagem de comportamento verbal, não estamos necessariamente nos “referindo a alguma coisa” no sentido especial do tato. Nós vimos que o mando também exige uma formulação diferente. Tradicionalmente, isto tem sido explicado argumentando-se que o falante adquire uma palavra em sua relação significativa com uma coisa e então *usa* a palavra para pedir algo. Esta não é somente uma descrição imprecisa da aquisição de muitos mandos, mas há muitos exemplos que não poderiam ser explicados assim. Não necessitamos tentar identificar os “referentes” de *Sh!* ou *Por favor!* ou *Acorde!* em tal quadro de correspondência (Skinner, 1957/1992, p.128).

Skinner afirma que muitas relações que envolvem controle por estímulos verbais são tratadas como se envolvessem controle discriminativo por parte de um estado de coisas do mundo. Assim, o comportamento intraverbal acaba sendo tratado como se fosse um tato, passando-se a vê-lo como se estivesse “referindo-se” a um estado de coisas.

O comportamento intraverbal tem dado a maior dificuldade na teoria semântica tradicional. Como ele não tem a correspondência ponto a ponto com os estímulos verbais visto no comportamento ecóico e textual, é mais provável ser aceito como uma resposta a um estado não verbal de coisas seguindo o padrão do tato. O que são essencialmente relações entre palavras e palavras vêm a ser tratadas como relações

entre palavras e coisas. Quando nós dizemos que a palavra *César* refere-se a César, embora ele tenha estado morto estes dois mil anos, nós claramente não estamos falando sobre o comportamento de um falante contemporâneo. Uma resposta desta forma é quase certamente intraverbal, se não é textual ou ecóica.... Se excluirmos pinturas, estátuas, personificações, e assim por diante, *César* não pode ser um tato no comportamento de um falante contemporâneo.... No comportamento de um falante do século vinte, *César atravessou o Rubicão* é uma resposta, não a um evento fisicamente específico, mas a um conjunto de estímulos verbais (Skinner, 1957/1992, pp.128-129)

Ou então: “Uma grande parte do discurso científico, matemático e lógico é também intraverbal e, portanto, não é adequadamente representada pela semântica do tato” (Skinner, 1957/1992, p.129)

A relação funcional existente entre as respostas verbais e uma audiência (que seleciona um conjunto amplo de repertório) também foi negligenciada, na opinião de Skinner.

A audiência que determina um conjunto particular de respostas, ao contrário de outro possível conjunto no mesmo repertório, levanta uma questão importante na teoria semântica. O francesismo de uma palavra francesa não parece se *referir* a qualquer propriedade daquilo sobre o que se fala. A relação funcional entre uma resposta e uma audiência não se ajusta aos esquemas habituais de referência e é freqüentemente omitida de análises semânticas. A variável audiência sempre atua em conjunto com pelo menos outra variável, que mais especificamente determina a forma da resposta (Skinner, 1957/1992, p.174).

Outro aspecto é a ênfase na relação funcional e não na forma ou topografia da resposta. Skinner defende que há uma independência funcional entre uma resposta do tipo “mando” e uma resposta do tipo “tato”, mesmo que as duas se assemelhem na forma (esse

argumento também é válido para os outros tipos de operantes verbais). Novamente, a explicação deve ser procurada através da investigação das variáveis relevantes que determinaram o comportamento.

Na terminologia do significado, dizemos que a palavra *boneca* é usada em um momento para “pedir uma boneca” e em outro para “descrever ou referir-se à boneca”. Quando a resposta *Boneca!* foi adquirida como um mando, contudo, não esperamos que a criança então espontaneamente possua um tato correspondente de forma similar. Se encontrarmos ambos os tipos de operantes no repertório da criança, devemos explicá-los separadamente..... Se nós devemos aceitar a total responsabilidade de fornecer uma descrição do comportamento verbal, devemos encarar o fato de que o mando *boneca* e o tato *boneca* envolvem relações funcionais distintas, que podem ser explicadas somente descobrindo-se todas as variáveis relevantes (Skinner, 1957/1992, pp.187-188).

Skinner aponta a direção para onde se deve olhar caso se pretenda analisar o comportamento verbal: as variáveis das quais o comportamento é função. Além de insistir na necessidade de análises distintas para diferentes tipos de operantes verbais, Skinner também aponta a necessidade de analisar os comportamentos de falantes e de ouvintes separadamente, coisa que as outras teorias não faziam: “Apesar das teorias semânticas freqüentemente suporem que o significado seja o mesmo para falante e ouvinte, os processos através dos quais um homem torna-se um ouvinte diferem, como temos visto, daqueles através dos quais ele se torna um falante.” (Skinner, 1957/1992, p.195).

Skinner também sugere que a análise funcional ultrapassa uma análise formal (que seria típica das outras teorias), e que serve ainda para explicar o “uso da linguagem”, o que envolveria aspectos mais complexos.

Uma relação funcional é mais do que uma mera conexão. Os estímulos que controlam uma resposta verbal não somente determinam sua forma, e assim

fornecem um equivalente para significado, eles aumentam a probabilidade de que a resposta será emitida.... Uma vantagem é que podemos agora nos mover de uma classificação de operantes verbais, na qual nosso principal interesse é similar àquele da teoria semântica ou gramática, para os processos complexos que tradicionalmente seriam descritos como o “uso da linguagem” (Skinner, 1957/1992, p.199).

Para Skinner, o operante verbal é algo “dinâmico” em relação ao conceito de signo ou símbolo (conforme usado pelas teorias tradicionais) porque estes estão comprometidos com uma análise estruturalista, enfatizando a resposta verbal em si em detrimento das condições que a determinaram. Ao introduzir o comportamento autoclítico, Skinner indica algumas limitações nos operantes verbais até aquele momento identificados:

O operante verbal é uma unidade viva, em contraste com o signo ou símbolo do lógico, ou a palavra ou sentença do lingüista, mas ele não explica completamente a natureza ativa do comportamento verbal. Podemos demonstrar que uma cadeira enquanto um estímulo aumenta a probabilidade de, e talvez evoque, a resposta *cadeira*, mas não podemos por esta razão dizer que a resposta “assevera a existência da cadeira”. A mera emissão de uma resposta, não importa quão dinâmica, não servirá como substituto para a asserção e não explicará respostas tais como *é* ou o *s* final de muitos verbos¹¹ (Skinner, 1957/1992, p.312).

Do texto acima, depreende-se que uma compreensão completa do comportamento verbal necessita de algo mais (que Skinner identificará como o comportamento autoclítico). Em um momento anterior, Skinner já havia considerado que esse comportamento também acabou sendo negligenciado pelas teorias tradicionais, quando estas tratam o significado como referência:

Outro tipo de resposta verbal que não pode ser representado por um quadro

¹¹ Em inglês, os verbos da terceira pessoa do singular (he/she/it) apresentam, no tempo presente, um “s” final.

semântico derivado da relação de tato é exemplificado por tais respostas como *é*, *talvez*, *não*, *exceto*, e *verdadeiramente*, que dizem respeito à manipulação e qualificação de outros comportamentos verbais. Estes têm sido um fardo pesado para esquemas tradicionais de referência, mas uma provisão [de uma explicação] adequada pode ser feita para eles em outro lugar na análise do comportamento verbal (Skinner, 1957/1992, p.129).

Skinner propõe um modo de ver o significado: “Como é possível, do ponto de vista de uma *teoria funcional do significado*, para alguém “dizer o que não quis dizer” ou “não dizer o que queria dizer”?” (Skinner, 1957/1992, p.370, *itálico acrescentado*). Isto não implica que Skinner pretenda criar uma teoria especial para o significado. Provavelmente, ele utiliza a expressão “teoria funcional do significado” (que só aparece uma vez e como uma nota de rodapé) apenas para indicar que se utiliza de análises funcionais para explicar o comportamento verbal.

Uma crítica de Skinner diz respeito ao fato das teorias tradicionais analisarem os aspectos *formais* do comportamento verbal, o modo como esse comportamento se apresenta, ao invés de relacionar o comportamento às circunstâncias em que foi produzido.

Os lingüistas fazem um amplo uso de fala registrada com pouca ou nenhuma informação das condições sob as quais foram registradas. O lógico analisa sentenças como “forma” somente. O crítico interpreta trabalhos literários escritos séculos atrás apesar de poucos fatos sobre o escritor terem sobrevivido, se é que [estes fatos] existem. Quase todo mundo contará para você o que uma passagem “significa”. Isto é possível somente porque o lingüista, o lógico e o crítico podem observar, adicionalmente ao comportamento registrado, seu efeito sobre eles mesmos como ouvintes ou leitores. Estes dados são fornecidos a despeito das variáveis que faltam (Skinner, 1957/1992, pp.457).

O livro *About Behaviorism* (“Sobre o Behaviorismo” – Skinner, 1974).

Em seu livro de 1974, Skinner mantém suas críticas às teorias existentes no campo da linguagem, embora não de forma tão detalhada como no livro “Verbal Behavior”. Um dos assuntos abordados, novamente, é sua rejeição de uma análise que privilegie meramente os aspectos formais do comportamento, sem levar em consideração as condições que o determinam. No caso, Skinner argumenta que o Behaviorismo não está, simplesmente, interessado em como o comportamento se apresenta, mas nas relações funcionais responsáveis pelo seu estabelecimento (e manutenção).

Aqueles que têm confundido o behaviorismo com o estruturalismo, em sua ênfase sobre a forma ou a topografia, têm reclamado que ele ignora o significado.... Mas o significado de uma resposta não está em sua topografia ou forma (este é um engano do estruturalista, não do behaviorista); ele deve ser encontrado em sua história antecedente. O behaviorista é também acusado de descrever a situação ambiental em termos físicos e negligenciar o que ela significa para a pessoa que responde, mas aqui novamente o significado não está na situação corrente mas em uma história de exposição às contingências, na qual situações similares tiveram um papel (Skinner, 1974, p.90).

Ou então:

“(...) o significado não é propriamente considerado como uma propriedade, seja de uma resposta ou de uma situação, mas sim das contingências responsáveis tanto pela topografia do comportamento quanto pelo controle exercido pelos estímulos.” (Skinner, 1974, pp.90)

Outra afirmação que Skinner reitera é a de que o significado não é uma entidade mental comunicada de um falante para um ouvinte.

Uma das implicações infelizes da teoria da comunicação é que o significado para o falante e ouvinte é o mesmo, que algo é tornado comum a ambos, que o falante transmite uma idéia ou significado, transmite informação, ou concede conhecimento,

como se suas posses mentais então se tornassem as posses mentais do ouvinte. Não há significados que sejam os mesmos no falante e ouvinte. Significados não são entidades independentes (Skinner, 1974, p.92).

Skinner contrapõe, de novo, uma análise formal e uma análise funcional, destacando esta última. Sugere também que a análise funcional pode dar conta do significado das palavras, analisando-se o “uso” das mesmas¹².

Um referente pode ser definido como aquele aspecto do ambiente que exerce controle sobre a resposta da qual se diz ser o referente. Ele o faz devido às práticas reforçadoras de uma comunidade verbal. Em termos tradicionais, significados e referentes não são encontrados em palavras mas nas circunstâncias sob as quais as palavras são usadas por falantes e compreendidas por ouvintes, mas “usadas” e “compreensão” necessitam análises adicionais (Skinner, 1974, p.92).

Uma análise puramente formal, que tome as palavras desvinculadas do contexto em que foram emitidas, negligencia partes importantes do comportamento verbal.

A disponibilidade de comportamento verbal nesta forma aparentemente objetiva [como em registros escritos ou gravados] tem causado muito problema. Dividindo tais registros em palavras e sentenças sem considerar as condições sob as quais o comportamento foi emitido, negligenciamos o significado para o falante ou escritor e quase metade do campo do comportamento verbal foge portanto à atenção (Skinner, 1974, p.98).

O artigo “A evolução do comportamento verbal” (Skinner, 1986)

Em outro texto, Skinner (1986) aponta alguns limites no uso dos termos tradicionais (como significado ou referência). De acordo com Skinner, a própria relação de tato não é

¹² Neste aspecto, Skinner aproxima-se da análise do filósofo da linguagem L. Wittgenstein (em sua segunda fase). Na verdade, para Skinner, a palavra (ou a sentença) não é a unidade de análise para o comportamento verbal; esta unidade seria o operante verbal.

bem descrita quando se recorre a termos como significado e referência.

Como uma mera probabilidade de responder, *a natureza do tato é mais clara quando não falamos de significado ou referência*. Digamos que estamos visitando alguém que tenha um grande agulhão-bandeira fixado na parede de seu escritório. Começamos a procurar por algo em nossa pasta e, quando indagados o que estamos fazendo, dizemos “Estou pescando uma carta que quero mostrar-lhe”. O peixe na parede fortaleceu peixe como um tato e entrou na escolha de um sinônimo. (Se, ao invés disso, houvesse uma mostra de armas de fogo na parede, poderia ser mais provável dizermos “Estou caçando uma carta”). Em tal caso não dizemos que “pescando” refere-se ao peixe da parede, ainda que ele tenha sido fortalecido por ele (Skinner, 1986, pp.118-119, *itálico acrescentado*).

Skinner argumenta que a mesma análise feita para a relação de tato é válida para os outros tipos de operantes verbais.

Como uma mera probabilidade de responder, um tato tem o mesmo status de três tipos de operantes verbais dos quais não se diz significarem ou referirem-se às suas variáveis controladoras.... Não dizemos que *peixe* significa ou refere-se a peixe quando é uma resposta ecóica, textual ou intraverbal. Se nós tendemos a dizê-lo quando ela é um tato não é porque há um tipo diferente de relação de controle entre estímulo e resposta, mas porque o ouvinte responde de maneiras mais úteis com respeito ao estímulo de controle (Skinner, 1986, p.119).

Significado, palavras e sentenças

Quando Skinner analisa o “significado de sentenças”, ele apresenta críticas adicionais à concepção de significado tomado como uma entidade independente, mental, ou de buscar o significado olhando para os referentes das palavras. Skinner apresenta o significado como algo que não pode ser esgotado na palavra tomada isoladamente, extraída

de uma sentença. O “significado” particular de cada uma das palavras que constituem uma sentença não seria suficiente para explicar a sentença como um todo.

A existência de significados torna-se ainda mais duvidosa quando nós avançamos de simples palavras para aquelas colocações que “dizem algo”. O que é dito por uma sentença é algo mais do que o significado das palavras que a compõem. As sentenças não se referem meramente a árvores, céus e chuva, elas dizem algo sobre eles (Skinner, 1957/1992, p.8).

Olhar para os referentes de cada uma das palavras (pelo menos as que têm referentes) buscando descobrir o significado das palavras que constituiriam uma sentença seria insuficiente para explicar a complexidade desta sentença.

Suponha que iniciemos a leitura de um artigo razoavelmente difícil. Nós respondemos corretamente a todas as palavras que ele contém, até onde os significados do dicionário vão, e nós estamos familiarizados com o quê está sendo falado; ainda assim, podemos não compreender o artigo.... Nós possuímos cada uma das respostas no sentido em que elas são parte de nosso repertório verbal, mas não tendemos a emití-las sob as mesmas circunstâncias que o autor do artigo (Skinner, 1957/1992, p.278).

A compreensão do significado das palavras, tomadas isoladamente, não implica o uso adequado destas quando da construção de sentenças, pois estas envolvem uma complexidade maior, que não pode ser entendida apelando-se apenas para a referência. A sentença também deve ser explicada em seu uso, através de uma análise funcional; sentenças que tem a mesma função possuem o mesmo “significado”.

A noção tradicional de significado e referente fica sujeita a problemas quando começamos a analisar respostas verbais mais amplas sob controle de circunstâncias ambientais complexas. Quais são os referentes de sentenças – para não mencionar parágrafos, capítulos ou livros? Uma sentença certamente significa mais do que o

significado de suas palavras isoladas. As sentenças fazem mais do que se referir a coisas, elas *dizem* coisas. Mas quais são as coisas que elas dizem? Uma resposta tradicional é “proposições”. Mas proposições são tão evasivas quanto significados. A visão de Bertand Russell tem sido parafraseada como se segue: “O significado de uma sentença é o que há de comum em uma sentença em uma língua e sua tradução em outra língua. Por exemplo, ‘Estou com fome’ e ‘J’ai faim’ tem em comum elementos que constituem o significado da sentença. Este elemento em comum é a proposição”. Mas o que *é* este elemento comum? Onde ele é encontrado? Um dicionário que fornecesse os significados de sentenças conteria simplesmente outras sentenças possuindo os mesmos significados (Skinner, 1974, p.95).

Skinner também avalia que sua proposta explica a complexidade das sentenças. Sua análise para o significado das palavras também se aplica às sentenças. Alguns componentes das sentenças podem, contudo, nunca aparecer isoladamente.

O conceito de controle de estímulos substitui a noção de referente com respeito não somente a respostas que ocorrem isoladas e são chamadas de palavras (tais como substantivos e adjetivos) mas também àquelas respostas complexas chamadas sentenças.... A criança responde em sentenças a eventos em seu ambiente – eventos envolvendo mais que uma propriedade ou coisa, ou relações entre coisas, ou relações entre o agente e a coisa que sofreu a ação [por parte do agente], e assim por diante, e suas respostas contêm elementos que ela nunca teve qualquer ocasião de emitir isoladamente (Skinner, 1974, p.96)

Como já foi dito anteriormente, a unidade de análise de Skinner para o comportamento verbal é o *operante verbal* e não a palavra (ou a sentença); estes não são termos técnicos: “Dificilmente eu poderia evitar falar ocasionalmente de ‘palavras’, ‘sentenças’ e ‘referências’, mas eu tomei um cuidado razoável em distinguir entre discurso técnico e casual.” (Skinner, 1985, p.75). Skinner frequentemente recorre a termos não

técnicos quando discute sobre o comportamento verbal – isto é comum, inclusive, no livro “Verbal Behavior” – embora utilize-se do aparato conceitual da Análise do Comportamento.

Alguns aspectos são recorrentes nos trechos citados. Há uma preocupação em demonstrar a utilidade que uma análise funcional teria para a compreensão do comportamento verbal e em quais aspectos ela seria superior a outras teorias já existentes no campo da linguagem. Skinner identifica alguns pontos falhos nestas teorias e oferece uma solução alternativa, que pretende ser abrangente de modo a explicar o comportamento verbal em sua totalidade.

A PROPOSTA DE SIDMAN

As propriedades indicativas da equivalência.

Sidman utiliza-se de um método experimental, conhecido como “pareamento¹³ ao modelo” (“matching-to-sample”) para estudar a equivalência de estímulos. Em um texto de 1982, Sidman e Tailby (1982) demonstram que um treino de discriminações condicionais pode produzir algo além de relações condicionais: os estímulos envolvidos tornam-se intercambiáveis em suas funções de modelo e de comparação. Eles propõem a verificação de certas propriedades como critério para verificar se determinados estímulos são ou não substituíveis entre si. Quando ocorre a apresentação destas propriedades, o desempenho em questão é chamado pelos autores de “matching-to-sample” (que indica equivalência). Como os estímulos envolvidos neste desempenho não apresentam similaridade física entre si – nada que pudesse ser explicado como uma generalização – este pareamento entre estímulos é chamado de “não-identidade”, “arbitrário” ou “simbólico”.

Supõe-se que uma discriminação condicional bem estabelecida demonstre não

¹³ A palavra inglesa traduzida como “pareamento” aqui é “matching”, que não possui um correspondente exato na língua portuguesa.

apenas relações condicionais entre estímulos, mas relações de equivalência também.... Investigadores que têm pressuposto, explícita ou implicitamente, que o procedimento de discriminação condicional gera relações de equivalência, freqüentemente chamam o desempenho do sujeito de “pareamento ao modelo”.... Quando todos os estímulos modelo e de comparação são fisicamente diferentes, a equivalência é sugerida chamando-se o desempenho de pareamento de “não identidade”, “arbitrário” ou “simbólico” (Sidman & Tailby, 1982, pp.5-6).

De todos os textos analisados, o primeiro momento em que Sidman relaciona explicitamente a equivalência com um “significado referencial” é no trecho abaixo.

Apontar para uma figura em resposta a uma palavra impressa indica compreensão de leitura somente se a palavra e a figura estão relacionadas por equivalência e não somente por condicionalidade. *Classes de estímulos formadas por uma rede de relações de equivalência estabelecem a base para o significado referencial.* O paradigma da equivalência fornece exatamente o teste que é necessário para determinar se uma discriminação condicional envolve ou não relações semânticas (Sidman & Tailby, 1982, p.20, itálico acrescentado).

O treino envolvendo discriminações condicionais é que permitiria a formação de correspondências “semânticas”, desde que essas relações fossem também de equivalência. As relações semânticas seriam relações de equivalência entre estímulos.

Sidman prossegue suas análises em um artigo de 1986 (Sidman, 1986), onde discute a equivalência e classes verbais. Neste artigo, propõe a expansão da unidade de análise de três termos para quatro ou mais termos.

Para verificar se as relações condicionais entre estímulos também envolveriam a equivalência de estímulos, Sidman propõe a aplicação de testes para avaliar a ocorrência de três propriedades: reflexividade, simetria e transitividade. Caso os estímulos apresentassem estas três propriedades, eles seriam equivalentes entre si e, portanto, os estímulos seriam o

“significado” um do outro.

Quando relações condicionais possuem as três propriedades definidoras das relações de equivalência, os estímulos que foram relacionados uns aos outros tornam-se membros equivalentes de uma classe.... A formação de tais classes permite-nos dizer que um número e um nome tem o mesmo significado, ou que um é o significado do outro. Desta maneira, a correspondência semântica emerge de relações não lingüísticas “se ... então”. A ampliação da unidade de análise de três para quatro termos estabelece o potencial para que classes verbais emergjam (Sidman, 1986, pp.231, 233).

Sidman discute o modelo de equivalência como podendo prover uma análise de relações semânticas. Entretanto, ele parece restringir um pouco a extensão em que essa análise é aplicável quando afirma que está tratando de uma forma *elementar* de significado. Muito embora ele complemente afirmando que se trata de uma propriedade especial da linguagem, o fato dele ver este significado como sendo elementar parece ser indicativo de que percebe ser este um modelo de abrangência restrita no que diz respeito a uma análise do termo “significado”.

(...) nós vemos o significado emergindo de estruturas construídas a partir de unidades de quatro termos. *É, na verdade, uma forma elementar de significado, no entanto é uma propriedade especial da linguagem.* Nosso sujeito pode representar uma quantidade por meio de um símbolo numérico e pode reagir ao símbolo como se fosse uma quantidade sem ter sido ensinado explicitamente a relacionar os dois. A emergência das quatro novas unidades no teste justifica a afirmação de que as contingências não somente geraram discriminações condicionais, mas, também, que ensinaram ao sujeito um vocabulário de duas palavras significativas (Sidman, 1986, p.235, itálico acrescentado).

No trecho abaixo, Sidman afirma que a equivalência seria explicativa de

correspondências semânticas simples. Aqui, o significado é visto principalmente como correspondência entre palavras e coisas (ou propriedades de coisas). Ao mesmo tempo, Sidman apresenta um aspecto que considera de interesse em suas investigações: a emergência de novos comportamentos.

Reagindo a uma palavra como a um estímulo equivalente – o significado da palavra – uma pessoa pode comportar-se adaptativamente em um ambiente sem ter sido previamente exposto a ele. A emergência de equivalência da condicionalidade permite à Análise do Comportamento explicar o estabelecimento de pelo menos correspondências semânticas simples sem ter que postular uma história de reforçamento direto para cada instância. Ao invés de apelar a cognições, representações, e correspondências armazenadas para explicar a ocorrência inicial de um novo comportamento apropriado, pode-se encontrar uma explicação completa nas unidades de quatro termos que são os pré-requisitos para o comportamento emergente (Sidman, 1986, p.236).

No trecho a seguir, destaca-se o interesse de Sidman em explicar os casos em que pessoas demonstram compreensão lingüística sem ter tido qualquer experiência direta prévia com uma dada situação.

A emergência da equivalência da unidade de quatro termos do controle condicional prepara o terreno para a análise da determinação contextual do significado. Por si só, a contingência de quatro termos fornece somente uma unidade para descrever o controle contextual de contingências de três termos, um nível de análise que não abrange o papel do contexto em determinar correspondências semânticas. Poderíamos, por exemplo, tentar caracterizar as pessoas construindo catálogos das unidades de quatro termos em seus repertórios. Tais catálogos seriam de utilidade restrita porque o ambiente também estabelece restrições sobre contingências de quatro termos. Nós nos encontraríamos capazes de explicar somente um número

limitado de instâncias nas quais as pessoas apresentam compreensão lingüística na ausência de experiência direta com uma unidade lingüística particular. Ao colocar as próprias contingências de quatro termos sob restrição ambiental, contudo, podemos colocar a própria emergência do significado sob controle contextual (Sidman, 1986, p.237).

Note-se que Sidman fala em emergência do significado ao invés de emergência de relações de equivalência, tomando assim, um como sinônimo do outro.

Em um artigo de 1990, Sidman (1990) argumenta que seu interesse no termo “significado” deriva do uso que as pessoas fazem cotidianamente do mesmo¹⁴. Ele tenta explicar tal uso recorrendo à noção de equivalência.

No discurso cotidiano, as pessoas falam sobre os “significados” de palavras. Às vezes elas falam sobre significados do dicionário (uma palavra e seu sinônimo); às vezes elas falam sobre uma palavra e seu referente (objeto, desenho, qualidade, etc.); ou elas falam sobre símbolo e substância (i.e., número e quantidade). A segunda parte de minha teoria afirma simplesmente que em todos estes exemplos – quando as pessoas falam deste modo – os itens relacionados (palavra e sinônimo, palavra e referente, símbolo e substância) serão equivalentes uns aos outros. Esta é agora uma proposição testável.¹⁵ (Sidman, 1990, p.97)

Para Sidman, é a formação de classes de estímulos equivalente que permite às pessoas falarem em significado, referência, etc.

Pode-se dizer que, dentro de uma classe, o dígito, o nome inglês e o nome francês têm o mesmo significado. É sob estas circunstâncias – a formação de classes de

¹⁴ A partir deste texto, Sidman destaca que seu interesse em significado advém do *uso* que as pessoas fazem deste termo. Esta mudança é, possivelmente, resultado da troca de correspondência entre o autor e W. Day, o que será comentado adiante. A correspondência é do período de 1986 a 1988 (cf. Sidman, 1994).

¹⁵ Este artigo não foi reproduzido na íntegra no livro de Sidman (1994). Este trecho, em particular, ficou de fora, mas Sidman não fez nenhum tipo de comentário que indicasse mudanças em relação às afirmações citadas (cf. Sidman, 1994).

equivalência – que as pessoas dizem tais coisas como “palavras são símbolos para números” e “two significa deux” e, à medida que outros estímulos tornam-se membros de cada classe, “números são símbolos para quantidades”, “objetos são referentes dos nomes”, etc.¹⁶ (Sidman, 1990, p.103)

Em seu artigo de 1992, Sidman (1992) sugere que, além da equivalência estar envolvida quando as pessoas falam sobre significado ou outros termos (como referência), ela também viabilizaria a ação efetiva no mundo com base nestas relações. Aqui já existe uma interpretação que tenta aplicar os dados observados nos experimentos de equivalência para situações mais amplas.

Quando as pessoas falam sobre o significado de palavras no dicionário, ou sobre palavras e seus referentes, ou sobre símbolo e substância, ou sobre comportamento governado por regras versus governado por contingências, ou sobre outros tipos similares de relações entre estímulos de diferentes tipos, descobriremos que tais itens relatados são equivalentes entre si. De acordo com esta teoria, é quando classes de equivalência existem que as pessoas dizem tais coisas como “numerais são símbolos para quantidades”, “números são os referentes de nomes de números”, ou “dois significa two”. As relações de equivalência nos tornam possível manipular numerais em um papel e desse modo determinar o número de caixas que deverão ir para um caminhão, dirigir em uma localidade estranha consultando um mapa, adquirir itens específicos em uma loja após dar uma olhada em uma lista de compras, operar um computador após ler um manual, ou ensinar uma pessoa qualquer coisa somente dando instruções. Com os procedimentos delineados acima, estas afirmações teóricas são agora diretamente testáveis (Sidman, 1992, p.20).

Segundo Sidman, a equivalência entre estímulos permite a correspondência entre palavras (ou outros símbolos) e coisas do mundo (que são arbitrários entre si), de modo

¹⁶ Este trecho também não foi reproduzido em Sidman (1994).

que, na presença de certas estimulações verbais, as pessoas seriam capazes de comportar-se efetivamente frente a estimulações do mundo sem o envolvimento de uma aprendizagem direta.

Sidman argumenta que as relações de equivalência podem explicar os discursos cotidianos que envolvem termos tais como “significado” ou “referência”.

Esta sugestão teórica final não lida com as origens da equivalência, mas simplesmente com a relação entre a equivalência e algumas das coisas que as pessoas dizem tipicamente (em voz alta, ou no papel, ou via sinais, etc.). Skinner (1957) afirmou que o significado de um comportamento verbal (ou qualquer comportamento, quanto a isso) situa-se nas variáveis que determinam esse comportamento. Relações de equivalência podem ser vistas como uma variável desse tipo, que ajuda a explicar o que as pessoas dizem e suas reações ao que outras pessoas dizem. Em particular, a existência de relações de equivalência pode explicar declarações como “significado”, “referente”, e “governado por regras” (Sidman, 1992, p.20).

Ou então:

Eu simplesmente tenho exposto o que parece ser um conjunto útil de testes para determinar se relações de equivalência existem ou não entre estímulos, e tenho indicado como relações de equivalência podem ajudar-nos a entender porque nós falamos sobre coisas como significados, referentes verbais ou símbolos (Sidman, 1992, p.20).

Em seu livro de 1994, Sidman (1994) esclarece melhor seu posicionamento em relação ao uso de termos como “significado”, “referência”, etc. Ele argumenta que termos como “significado”, “referência”, e outros, resumem certos fenômenos que poderiam ser observados no cotidiano. Sidman afirma algo similar ao dizer que “relações de equivalência” resumem certas observações empíricas, assim fazendo, parece aproximar

mais ainda “significado” de “equivalência”: ambos resumem observações de comportamentos. Esclarece que tais termos não são explicativos do comportamento verbal. Defende que a existência de relações de equivalência entre estímulos é que permite que as palavras (ou outros símbolos) refiram-se às coisas do mundo, permitindo que as pessoas reajam de maneira apropriada a estas coisas. Segundo Sidman, embora significado, referência, e outros termos, não sejam explicações aceitáveis para o comportamento verbal, o fenômeno que embasa o uso de tais termos existe e merece atenção.

Eu acho que podemos concordar que palavras tem significados, mesmo que reconheçamos que o próprio termo *significado* pode ter muitos significados (...). Um tipo de significado de palavra é a referência simbólica: muitas palavras são *símbolos*; elas se *referem* a outras coisas ou eventos. Como Skinner destacou argumentando contra o que ele chamou teorias referenciais do significado (...), declarações sobre significados, símbolos e referentes não explicam o comportamento verbal. Tais declarações *são* comportamentos verbais e como tais elas mesmas requerem explicação. No entanto, elas resumem observações reais. Nós podemos especificar o referente de uma palavra ou outro símbolo – e o fazemos – dando ao referente outros nomes, apontando-o ou agindo de outras maneiras com respeito a ele, especificando seu oposto em um nome ou em outra ação, falando ou de outro modo atuando diferentemente na sua ausência e assim por diante. Mas, para mim, uma das mais fascinantes observações é que nós freqüentemente reagimos às palavras e outros símbolos como se eles *fossem* as coisas ou eventos às quais eles se referem. Mesmo que nós não tratemos a palavra e seu referente como iguais em todos os aspectos, nós atribuímos algumas das mesmas propriedades a ambos. Este tratamento de formas lingüísticas como equivalentes aos seus referentes permite-nos ouvir e ler com compreensão, resolver problemas na ausência [destes referentes], instruir outros por meio da fala ou texto, planejar adiante, armazenar informação para uso no futuro e a

pensar abstratamente – tudo isso por meio de palavras que são faladas, escritas ou pensadas na ausência das coisas e eventos às quais elas se referem (Sidman, 1994, pp.2-3).

A questão que Sidman coloca é: como é que as pessoas são capazes de comportar-se de uma maneira eficaz frente a condições do mundo apenas com base em palavras (ou outros símbolos), se estes estímulos são arbitrários? Podem, inclusive, ser de modalidades diferentes, como quando a palavra é um estímulo sonoro e as coisas do mundo são estímulos visuais.

No trecho abaixo, Sidman apresenta uma vantagem da sua proposta em relação ao significado referencial das teorias tradicionais. Embora Sidman demonstre um especial interesse na correspondência entre estímulos verbais e aspectos do mundo (os referentes), as relações de equivalência não precisam, necessariamente, restringir-se a estes tipos de relações. Os estímulos que podem ser equivalentes entre si não necessitam ter correspondentes nas coisas do mundo (podem ser relações entre estímulos verbais).

O tratamento de palavras como equivalentes aos seus referentes não é necessariamente desvantajoso ou ilusório. Grandes realizações surgem de nossa habilidade para manipular palavras na ausência de seus referentes e até mesmo manipular palavras que não têm referentes exceto outras palavras (Sidman, 1994, p.7).

Em um certo ponto, Sidman (1994) comenta um experimento realizado por Epstein, Lanza e Skinner (1980), no qual estes obtiveram, através de treinamento, que dois pombos se “comunicassem” entre si, através de certos discos presentes nas paredes das câmaras experimentais (cada um estava em sua própria câmara, sendo que um era visível para o outro). Um pombo “informava” ao outro sobre certos aspectos a que o outro não tinha acesso, ao que o pombo reagia apropriadamente a certa contingência. Sidman argumenta que tal desempenho, mesmo que fosse considerado um exemplo de comportamento verbal,

não seria um exemplo de equivalência e, portanto, não seria um comportamento “simbólico”: o desempenho dos pombos demonstrava relações condicionais, mas nada sugeria que estas também fossem relações de equivalência.

Epstein, Lanza e Skinner, obviamente, não reivindicaram nenhuma significância lingüística especial para o comportamento de seus pombos.... Entretanto, de acordo com a definição de Skinner para comportamento verbal (...), eles consideraram o comportamento dos pombos e dos chimpanzés como sendo verbal. Se os pombos estavam comportando-se verbalmente, contudo, os aspectos do ambiente que controlaram seu comportamento verbal eram relacionados por condicionalidade e não por equivalência. Na extensão em que a equivalência define uma relação à qual nós aplicamos o termo cotidiano *simbólico* (...), o comportamento do pombo, se foi verbal, não foi contudo simbólico (Sidman, 1994, p.126).

Este comentário, por parte de Sidman, parece sugerir a seguinte possibilidade: um comportamento verbal pode, em alguns casos, envolver apenas relações condicionais; nesse caso, nem todo exemplo de comportamento verbal teria, necessariamente, que envolver relações de equivalência. Sidman não demonstra uma certeza absoluta de que os comportamentos dos pombos tenham sido verbais; entretanto, ele parece indicar uma possibilidade de que a equivalência não precisa ser aplicada a todas as instâncias de comportamento verbal.

Sidman indica que grande parte de seu interesse em equivalência de estímulos se deve a possíveis interpretações que estes estudos propiciam.

(...) finalmente, a relevância de nosso trabalho em relações equivalência para compreensão de leitura, e mais amplamente para *representação simbólica e significado (correspondência semântica) na linguagem* é em grande parte responsável pela continuação desse programa de pesquisa por mais de 25 anos (Sidman, 1994, pp.323-324).

Sidman esclarece, porém, que o termo “significado” e outros não possuem nenhum status explicativo dentro de sua proposta.

Minhas freqüentes referências a significado, simbolismo e referência (...) não devem ser tomadas como sugestões de que estes termos representam entidades independentes. Eles não explicam o comportamento nem representam propriedades comportamentais, princípios, ou processos que exigem explicação. A principal questão comportamental é, “Por que usamos (falamos ou escrevemos) tais termos?” A teoria está presente quando sugiro que sempre que as pessoas usam estes termos, nós descobriremos (através de testes apropriados) que as palavras e seus referentes estarão relacionados por equivalência. Esta é uma proposição relativamente clara, facilmente checada por meio dos métodos descritos nestas páginas. Entretanto, termos como significado, simbolismo e referência tornam muitos analistas do comportamento inquietos porque eles são habitualmente tratados como conceitos explicativos, não como comportamento que exige explicação em si. Minha própria opinião sobre estes termos foi extremamente esclarecida pela necessidade de responder às dúvidas cordiais, porém aguçadas, que Willard Day expressou sobre o meu uso deles (Sidman, 1994, pp.561-562).

Para Sidman, a reserva em relação a estes termos (significado, etc.), por parte de analistas do comportamento, poderia ser explicada pelo fato de que, geralmente, estes termos são utilizados como explicação para o comportamento. Sidman sugere também que o seu próprio comportamento verbal foi modificado em virtude dos questionamentos levantados pelo filósofo Willard Day em relação ao modo como ele utilizava estes termos.

Sidman (1994) reproduz sua correspondência com Willard Day¹⁷, na qual ambos discutem a noção de significado e argumenta em favor de suas análises. No trecho abaixo,

¹⁷ Willard Day trabalhou com questões filosóficas e foi um dos primeiros a abordar as semelhanças nas análises de Skinner e de Wittgenstein (em sua segunda fase) no que se refere à linguagem.

extraído de uma de suas cartas, Sidman argumenta que concorda com as análises e críticas de Skinner, no que diz respeito à noção de significado e referência. Contudo, Sidman aponta que estas noções tem uma razão em existir e ser utilizadas pelas pessoas no cotidiano.

Eu estou perfeitamente à vontade com a definição de Skinner para significado como as condições determinantes do comportamento verbal e com suas objeções a “referência” como uma explicação. E, no entanto, parece-me também verdadeiro que “significado”, em pelo menos um de seus sentidos tradicionais – significado semântico – é baseado em um dado real.... O termo “comportamento governado por regra” resume a observação de que com palavras você pode levar as pessoas a fazerem coisas mesmo sem elas terem experienciado as contingências relevantes. Neste sentido, palavras tem significados; elas se referem a coisas, ações e eventos. Como eu *faço* para lidar com essa observação? (Sidman, 1994, pp.562-563)

Esses fenômenos estariam relacionados inclusive com novos comportamentos, que não foram diretamente ensinados. Para Sidman, é a equivalência que permite a existência deste significado.

No caso mais simples, uma palavra torna-se equivalente à “coisa que representa”. É por isso que as pessoas chamam as palavras de “símbolos”. Quando eu estive no Brasil a última vez, eu reagi a 10.000 cruzeiros – que eu havia visto antes apenas como um termo impresso – como eu reagiria, em geral, a uma nota de um dólar. Meu neto, a quem ensinei somente a parear uma figura de uma vaca à palavra escrita vaca, agora diz “mu” quando vê a palavra [vaca], mesmo que ele nunca tenha feito isso antes. Agora, eu não considero “símbolo” como uma explicação para nada, mas eu o considero um nome para algo real, um fenômeno observado que *requer explicação* (Sidman, 1994, p.563).

Sidman argumenta, de novo, sobre a importância da equivalência na compreensão

dos fenômenos que são geralmente denominados de “simbólicos” pelo senso comum. Afirma que, pelo menos, a equivalência é uma maneira através da qual se estabelece um significado referencial das palavras.

Eu acho que o paradigma da equivalência demonstra uma maneira pela qual os símbolos estabelecem-se como tais, uma maneira por meio da qual as palavras podem vir a “significar” aquilo que elas “representam”. Os fenômenos são reais; nós os vemos ao nosso redor e podemos reproduzi-los em laboratório. Eu acho que os fenômenos são importantes por eles mesmos e eu acho que são também “uma propriedade especial da linguagem” no sentido que eles podem ajudar a fazer a linguagem tão poderosa quanto ela é (Sidman, 1994, p.563).

Sidman não tem a pretensão de dar conta da problemática apresentada pelas teorias da linguagem no que diz respeito ao seu uso dos termos “significado” ou “referência”. A utilização que faz de tais termos está limitada a certos fenômenos cotidianos. Ele não pretende, portanto, apresentar alguma proposta que viesse a ocupar o lugar das teorias tradicionais. Neste ponto, portanto, ele difere de Skinner.

Eu sei que os lingüistas estão sempre falando sobre significado e sobre muitos tipos de significados. Mas não é verdade que qualquer um que fale sobre significado deva portanto tornar-se envolvido em lingüística. Uma de minhas preocupações inicia-se somente com algumas observações cotidianas: primeiro, as pessoas de algum modo fazem-se compreender umas às outras (...) quando elas perguntam e a elas é dito qual o significado (o referente) de uma palavra. Segundo, eu noto que as pessoas podem agir efetivamente em relação a aspectos não familiares do mundo ao seu redor simplesmente como resultado de palavras que outras falaram ou escreveram (Eu acho que esta é a mesma observação que faz Skinner falar sobre comportamento governado por regras) (Sidman, 1994, p.565).

Segundo Sidman, as interpretações que faz não tem relação com os conceitos de

significado tal como discutido no campo da lingüística; estes conceitos seriam mais elaborados do que Sidman se propõe a discutir quando fala sobre significado.

O fato de que profissionais em diversos campos discutem sobre “o conceito de significado” é realmente irrelevante para mim. Minha palavra “referente” não necessita ter qualquer relevância para o conceito lingüístico de referência – um conceito que eu estou certo ser muito mais sofisticado que as simples observações que me dizem respeito.... Eu não estou tentando reformular o conceito, nem mesmo reconhecendo a necessidade de fazê-lo. Quando eu falo sobre “referente” e “símbolo”, eu estou me referindo a unidades comportamentais que qualquer um pode facilmente observar. Eles não são, em nenhum sentido, “conceitos-chave” que tenham que ser “esclarecidos” (Sidman, 1994, p.566).

Os termos “referente” ou “símbolo” não seriam termos técnicos utilizados por Sidman. Ele utiliza tais termos quando trata de relações de equivalência, verificadas em pesquisas experimentais. Ele pretende, também, interpretar certos fenômenos cotidianos a partir das observações feitas em situações experimentais.

Uma consequência do meu caminho dos dados para a teoria ao invés da teoria para os dados é que eu não tento primeiro definir significado e então usar esta definição para explicar a equivalência; antes, eu defino a equivalência empiricamente e então uso essa definição para ajudar a explicar significado. Talvez eu esteja errado sobre a relevância das relações de equivalência para o comportamento verbal, mas não deveria haver erro acerca da direção explicativa (Sidman, 1994, pp.570-571).

O trecho abaixo contém algumas informações interessantes para entender a posição de Sidman. Uma delas é que concorda com a noção de significado proposto por Skinner. Contudo, afirma que Skinner não identificou todas as variáveis relevantes para a explicação do comportamento verbal (no texto de 1992, Sidman afirma explicitamente que a equivalência seria uma destas variáveis). Ele não vê, portanto, suas afirmações sobre o

significado como antagônicas às afirmações de Skinner.

Eu não atribuo uma existência independente a significados; Eu não dou ao significado qualquer status *explicativo*.... Skinner fez muito para esclarecer essa situação e sua definição de “significado” como as variáveis responsáveis por um discurso é algo que eu, não menos que você, tenho tomado como pressuposto. O que Skinner não fez, e que provavelmente nunca será feito completamente, é identificar todas as variáveis relevantes.... Dizer que Skinner não contou a história completa não é rejeitar ou reduzir a importância de suas realizações. Eu acho que o meu trabalho oferece a ele a maior forma de respeito construindo sobre a fundação que ele estabeleceu (Sidman, 1994, p.571).

Aparentemente, Sidman defende que a maneira como trata o “significado”, apelando para relações de equivalência, seria complementar ao modo tratado por Skinner. Entretanto, apesar de Sidman afirmar que acata a interpretação de significado dada por Skinner, a maneira dominante como ele aborda o significado, ao longo de sua obra, é a de um estímulo equivalente, o que contraria a abordagem skinneriana para o assunto. Sidman apresenta também um motivo prático para se tentar interpretar o significado em seu uso cotidiano: o futuro da Análise do Comportamento dependeria de que fosse capaz de lidar com esse tipo de fenômeno.

(...) uma ciência do comportamento tem que fazer contato com a vida cotidiana, se é para ser tratada respeitosamente e se também é para ter um efeito sobre o mundo. As pessoas têm sempre perguntado sobre significados e os fornecido. Uma ciência do comportamento que tente pará-las de fazer isso não somente está pedindo por zombaria, mas é provavelmente suicida (Sidman, 1994, p.571).

Sidman também diz que suas análises, relacionando significado à equivalência, podem não ser aplicáveis a todas as circunstâncias em que “significado” é usado. Assim, a abrangência do paradigma da equivalência para a compreensão do comportamento verbal

seria restrita. Haveria casos em que o paradigma da equivalência não precisaria ser utilizado.

Para mim, a área de relações de equivalência abre um conjunto inteiramente novo de variáveis que ajudam a explicar a emissão de declarações como ‘A significa B’. *Nem todos os exemplos para os quais as pessoas aplicam o termo ‘significado’ são explicáveis como relações de equivalência, mas muitos casos importantes são....*

Além disso, relações de equivalência ajudam a explicar a primeira ocorrência de muito comportamento verbal que nunca esteve envolvido em verdadeiras contingências de reforçamento – por exemplo, a ampliação de vocabulários, novos arranjos de sintaxe, o desenvolvimento de regras.... (Realmente, eu considero o problema das primeiras instâncias a omissão mais séria da formulação de Skinner para o comportamento em geral; eu acredito que relações de equivalência ajudam a preencher a lacuna.)” (Sidman, 1994, pp.571-572, itálico acrescentado)

Para Sidman, a equivalência supriria uma lacuna existente na teoria de Skinner no que diz respeito à emissão da primeira resposta e/ou do surgimento de novas respostas verbais que não foram diretamente reforçadas. Esta poderia ser uma das grandes contribuições da equivalência para a análise do comportamento verbal.

Sidman argumenta, no trecho abaixo, que nunca tentou impor o termo “significado” na interpretação do comportamento verbal.

Eu não acho que eu tenha solicitado a ninguém que olhasse para o comportamento verbal em termos de palavras, significados e referentes.... O que eu fiz foi usar a formação de relações de equivalência para ajudar a explicar o que está acontecendo quando as pessoas falam sobre palavras, significados, símbolos e referentes (Sidman, 1994, p.572).

Na verdade, uma análise da repercussão das proposições de Sidman em outros autores da Análise do Comportamento, no que diz respeito à noção de significado,

necessária de uma investigação à parte. As afirmações de Sidman podem ter tido um impacto muito maior do que ele pretendia que tivessem.

Finalmente, em um texto de 1997, Sidman esclarece, mais uma vez, que não pretendia criar conceitos que ocupassem o lugar de conceitos mais antigos. Apresenta a equivalência como algo complementar às formulações skinnerianas para o comportamento verbal, estendendo as categorias *tato* e *autoclítico*.

Por outro lado, a linguagem da equivalência não esvazia quaisquer termos ou conceitos clássicos; em vez disso, ela estende alguns deles. Por exemplo, as observações comportamentais que definem uma relação de equivalência podem ser vistas como pertencendo às categorias de *tato* e *autoclítico* na formulação de Skinner para o comportamento verbal. Longe de dispensar os conceitos de *tato* e *autoclítico*, a relação de equivalência pode ser vista como expondo características previamente não especificadas daquelas relações. A relação de equivalência, por exemplo, pode ser vista como um substituto rigoroso para o conceito popular de *correspondência* entre palavras e coisas, um conceito que, como Skinner argumentou convincentemente, não é esclarecedor (...). A relação de equivalência não fornece uma teoria de correspondência. O que ela fornece é uma descrição experimentalmente verificável de pelo menos alguns dos fenômenos que levam as pessoas a falar sobre correspondência. Eu acredito que sempre que as pessoas falam sobre *significado* como correspondência, relações de equivalência estão envolvidas (Sidman, 1997, p.144).

Observe-se que Sidman destaca a pertinência da equivalência apenas para os operantes verbais *tato* e *autoclítico*. Isto não quer dizer, necessariamente, que a equivalência não poderia ser aplicada a nenhum outro dos operantes verbais de Skinner.

Verifica-se, nestas citações, que Sidman não pretende criar uma proposta que substitua, nem as teorias tradicionais do significado, nem a proposta de Skinner para a

análise do comportamento verbal. Pelo contrário, Sidman pretende que suas análises complementem, estendam, as análises de Skinner. A equivalência seria um aspecto a ser considerado dentro da análise do comportamento verbal.

O alcance das propostas de Skinner e Sidman.

Skinner constrói uma análise funcional do comportamento verbal, enquanto o trabalho de Sidman seria explicativo das circunstâncias nas quais há substitutabilidade de estímulos (relações que caracterizariam o tato, por exemplo). Aparentemente, a noção de equivalência poderia ser aplicada a diversas situações envolvendo o comportamento verbal, embora não todas. Sidman (1997) propõe que a equivalência pode expandir a compreensão que se tem dos operantes verbais tato e autoclítico, sem a necessidade de abandonar tais conceitos. Entretanto, teoricamente, a equivalência não precisaria restringir-se apenas a estes dois operantes verbais.

O enfoque principal de cada autor parece diferente: Skinner está preocupado em indicar as variáveis para as quais se deveria olhar para *explicar* o comportamento verbal em sua totalidade, enquanto que Sidman está interessado em explorar os tipos de relações que se estabelecem na produção dos repertórios verbais (não diretamente treinados) e as relações que se estabelecem entre estímulos verbais e as coisas do mundo (correspondências; cf. Sidman, 1997).

Diferentemente de Sidman, Skinner está mais preocupado com o uso tradicional de termos como “significado”, “referência”, e outros, nas interpretações existentes para a linguagem. Faz questão de que não se confunda o uso que ele mesmo faz destes termos com os usos tradicionais. Para Skinner, o problema parece ser a possibilidade de, ao utilizar tais termos, comprometer-se com (pseudo) explicações internalistas do comportamento (ou qualquer outra explicação que retire o foco das variáveis externas das quais o comportamento é função). Para Skinner, apontar objetos/eventos externos como fornecendo o significado não era uma explicação convincente. A teoria referencial do

significado apresentou tantos problemas que freqüentemente voltava-se para o interior do falante para explicar o comportamento através de suas intenções, etc.. Skinner enfatiza constantemente que as relações existentes entre palavras e coisas não devem obscurecer outros tipos de relações possíveis, como as teorias tradicionais fizeram. Neste sentido, a equivalência permite um tipo de análise que difere de outras teorias no campo da linguagem.

Embora Sidman não esteja interessado nos usos que os lingüistas fazem de significado, referência, etc., sua utilização de tais termos, acaba vinculando-o (pelo menos aparentemente) a toda uma tradição lingüística. Ao utilizar a expressão “significado referencial” Sidman compromete-se, desnecessariamente, com essas correntes tradicionais.

Tanto Skinner quanto Sidman opõem-se à noção de significado como algo subjacente ao comportamento e que o explica. Sidman, em particular, pretende elaborar uma maneira de verificar empiricamente se dadas palavras possuem “significado” para as pessoas. Esta verificação consiste na observação da ocorrência de certos comportamentos: o próprio desempenho da pessoa revelaria, através de testes, se as palavras possuiriam ou não “significado”.

Skinner oferece uma explicação externalista do comportamento verbal, indicando as variáveis externas das quais o comportamento é função e criticando as teorias existentes (internalistas, estruturalistas, etc.). Sidman oferece uma maneira de investigar a emergência de novos comportamentos e um modo de entender, assim, a ocorrência das primeiras respostas; oferece, também, uma maneira empírica de verificar se as pessoas “entendem” o “significado” de certas palavras. A equivalência oferece uma verificação empírica da existência de respostas apropriadas a certos objetos e eventos do mundo – sem um treino direto – e que se julga tão importante para determinar a compreensão do significado das palavras.

Embora não seja o caso de Sidman, falar sobre “significado” ou “referência”, parece

indicar uma tentativa de lidar com a totalidade da linguagem. O fato de falar em “significado” ou “referência” não implica que Sidman esteja tentando uma aproximação entre a área da equivalência e a Lingüística. Na verdade, essa aproximação não foi feita no que se refere a “significado” ou “referência”, pelo menos não por Sidman. Ele afirma que ao utilizar aqueles termos, não os está relacionando ao modo como são utilizados na área da linguagem (Sidman, 1994). Não que seja impossível tal aproximação. A utilização desses termos pode, portanto, gerar a falsa impressão da existência de uma espécie de intercâmbio. Isso não desqualifica, de modo algum, o valor da pesquisa em equivalência, nem impede aproximações futuras entre a Lingüística e a Análise Experimental do Comportamento (no que diz respeito, especificamente, à área da equivalência). A questão é simplesmente a de constatar que, caso se pretenda propor a equivalência como uma maneira de ver o “significado”, seria interessante que isto fosse discutido à luz das teorias existentes na Lingüística.

CAPÍTULO 2

SIGNIFICADO COMO VARIÁVEIS CONTROLADORAS DA RESPOSTA VS. SIGNIFICADO COMO RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA ENTRE ESTÍMULOS.

Segundo Skinner, falar em significado implica procurar as variáveis que controlam uma dada resposta; para Sidman estaria relacionado a apresentar algum estímulo equivalente. Pretende-se examinar a questão da contingência e sua relação com os termos utilizados para a análise do “significado” em Skinner e em Sidman. Também se apresentam questões relacionadas aos comportamentos de falantes e de ouvintes. Algumas questões que serão discutidas aqui foram de alguma maneira abordadas no capítulo anterior; entretanto, será necessário repeti-las de modo a aprofundar outras análises.

A PROPOSTA DE SKINNER

Em seu artigo de 1945, Skinner (1945) já afirmava que os significados deveriam ser encontrados nas condições que determinam o comportamento: “Significados, conteúdos e referências são encontrados entre os determinantes, não entre as propriedades da resposta” (Skinner, 1945, p.271). Embora o propósito principal do artigo seja discutir o controle discriminativo de eventos privados sobre respostas verbais, esses eventos não são, para Skinner (1945), de uma natureza diferente dos eventos públicos; os comentários de Skinner podem valer, portanto, para o comportamento verbal como um todo. No trecho abaixo, o estímulo discriminativo para certas respostas verbais é identificado como “referente”. Este controle discriminativo é adquirido e mantido por reforçamento provido por uma comunidade verbal.

O que nós queremos saber, no caso de muitos termos psicológicos tradicionais é, primeiro, as condições estimuladoras específicas sob as quais são emitidas (isto corresponde a “encontrar os referentes”) e, segundo (e esta é uma questão sistemática muito mais importante), porque cada resposta é controlada pela sua condição correspondente. A última não é necessariamente uma questão genética. O indivíduo

adquire a linguagem da sociedade, mas a ação reforçadora da comunidade verbal continua a ter um papel importante na manutenção de relações específicas entre respostas e estímulos que são essenciais para o funcionamento apropriado do comportamento verbal. Como a linguagem é adquirida é, portanto, somente parte de um problema mais amplo (Skinner, 1945, p.272).

Assim, quando certos eventos adquirem uma função discriminativa sobre certos comportamentos, este controle se manterá somente se contingências sociais, mantidas por uma comunidade verbal, promoverem isso. Em seguida, Skinner (1945) comenta: “Podemos generalizar as condições responsáveis pela relação “semântica” padrão entre uma resposta verbal e um estímulo particular sem entrar na teoria do reforçamento em detalhe.” (p.272). Skinner complementa falando sucintamente sobre a contingência de três termos. Skinner (1945) lida com o conceito tradicional de significado recorrendo à contingência tríplice para explicar o comportamento.

A explicação do comportamento verbal.

Em seu livro “O comportamento verbal”, Skinner (1957/1992) apresenta sua proposta de análise funcional do comportamento verbal, retomando a discussão de como o discurso acerca do “significado” e da “referência” seria tratado no âmbito de uma proposta comportamentalista. Para Skinner (1957/1992), a indagação acerca do significado de um comportamento verbal é uma indagação relativa ao que *explica* o comportamento. Por isso, uma análise do comportamento verbal deveria levar em conta as variáveis das quais o comportamento é função. “O significado não é propriedade do comportamento enquanto tal, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre. Tecnicamente, os significados são encontrados entre as variáveis independentes em uma descrição funcional ao invés de como propriedades da variável dependente” (Skinner, 1957/1992, pp.13-14).

Um aspecto interessante de Skinner definir significado como sendo uma relação funcional entre uma resposta verbal e suas variáveis de controle refere-se a uma possível

relação desta resposta com mais de uma variável. “(...) uma resposta (...) funcionalmente relacionada *a uma ou mais variáveis independentes*” (Skinner, 1957/1992, p.20, itálico acrescentado). Skinner reconhece a determinação do comportamento por mais de uma variável: “A emergência da forma simbólica segue a dinâmica da *causação múltipla* (...)” (Skinner, 1957/1992, p.397, itálico acrescentado); ou então: “A *causação múltipla* do comportamento verbal (...)” (Skinner, 1957/1992, p.246, itálico acrescentado). Falar sobre o “significado” como sendo relativo às variáveis que determinam o comportamento está a um passo de afirmar a possibilidade de significados múltiplos: “Uma preparação temática paralela mostra o lado do ouvinte no significado múltiplo” (Skinner, 1957/1992, p.284).

Um escritor produz uma obra sob controle de certas variáveis, mas estas podem não estar disponíveis (pelo menos em sua totalidade) a um leitor. Saber o significado do comportamento de um escritor implicaria em conhecer tais variáveis, o que nem sempre é possível. Assim, quando um leitor interpreta o “significado” de um texto – sem conhecer as variáveis originais – ele poderá estar simplesmente identificando algumas variáveis que estão controlando seu próprio comportamento (eventualmente, ele poderia identificar alguma variável que tenha sido relevante para o próprio escritor).

Os lingüistas fazem um amplo uso de fala registrada com pouca ou nenhuma informação das condições sob as quais foram registradas. O lógico analisa sentenças como “forma” somente. O crítico interpreta trabalhos literários escritos séculos atrás, apesar de poucos fatos sobre o escritor, se é que existem, terem sobrevivido. Quase todo mundo contará para você o que uma passagem “significa”. Isto é possível somente porque o lingüista, o lógico e o crítico podem observar, adicionalmente ao comportamento registrado, seu efeito sobre eles mesmos como ouvintes ou leitores. Estes dados são fornecidos a despeito das variáveis que faltam. (Skinner, 1957/1992, pp.457-458).

Skinner argumenta que entender o significado de um texto implica conhecer as

variáveis que determinaram o comportamento de escrevê-lo. Ao escrever sobre um soneto de Shakespeare, Skinner afirma que “para chegar mais perto do significado deveríamos olhar para as circunstâncias sob as quais o soneto [referindo-se ao soneto 129 de Shakespeare] foi escrito.” (Skinner, 1973, p. 200).

Em sua obra de 1974, Skinner (1974) reafirma que sua análise enfatiza aspectos funcionais do comportamento verbal. O significado não é encontrado na situação atual, mas na história de contingências de reforçamento responsáveis pela aquisição e posterior manutenção das respostas. O trecho a seguir traz um aspecto novo: indagar sobre o significado é levar em conta, também, as variáveis históricas. “(...) o significado não está na situação corrente mas em uma história de exposição às contingências na qual situações similares tiveram um papel” (Skinner, 1974, p.90).

Olhar para a situação atual não é suficiente para indicar o significado porque a explicação do comportamento atual deve ser encontrada nas contingências passadas. Entender porquê as pessoas se comportam da maneira que se comportam e nas circunstâncias em que se comportam não pode ser compreendido olhando-se apenas para o seu comportamento atual. “O significado não é propriamente considerado como uma propriedade, seja de uma resposta ou de uma situação, mas sim das contingências responsáveis tanto pela topografia do comportamento quanto pelo controle exercido pelos estímulos” (Skinner, 1974, p.90).

Isto está de acordo com a concepção de que, em última instância, a determinação do comportamento deve ser encontrada na história de exposição às contingências¹⁸. É razoável supor que, quando Skinner indica que o “significado” de um comportamento nada mais é do que as variáveis de controle do mesmo, ele está levando em conta que este controle atual só é possível devido a uma história de exposição a contingências de reforçamento.

¹⁸ No modelo causal adotado por Skinner, o modelo de “seleção pelas conseqüências”, existem três níveis de determinação do comportamento: a história filogenética, a história ontogenética e a cultura (cf. Skinner, 1984a).

Skinner argumenta que o significado não é uma entidade independente que possa ser desvinculado dos comportamentos (de falantes e de ouvintes). Por isso, diz que os dicionários não fornecem significados (Skinner, 1957/1992; 1973;1974;1989), no máximo, informariam ao leitor outras palavras que poderiam ser utilizadas em algumas situações similares; portanto, o leitor já vai a um dicionário, de certa maneira, “provido” com significados. Ao procurar, em um dicionário, uma palavra que “desconhece”, alguém encontra outras palavras que “conhece” – no sentido de responder apropriadamente a certas circunstâncias “usando” estas palavras – e aprende que aquela palavra pode ser utilizada em certas situações similares a estas. “Significados não são entidades independentes. Podemos procurar o significado de uma palavra no dicionário, mas dicionários não fornecem significados; quando muito, fornecem outras palavras tendo os mesmos significados. Devemos chegar a um dicionário já ‘providos com significados’” (Skinner, 1974, p.92)

Skinner reconhece que, no cotidiano, é comum fornecer o significado de uma palavra dando uma outra palavra (ou outras) que equivaleriam àquela em termos do efeito sobre o comportamento do ouvinte, mas isso de fato não seria suficiente para *explicar* o comportamento verbal. Segundo Skinner, parafrasear o que alguém diz não é dar o significado da palavra, pois substituir um termo por um sinônimo não explica o comportamento verbal. Neste aspecto, Sidman entra em desacordo com a interpretação skinneriana ao propor que o significado de uma palavra pode ser encontrado em um estímulo equivalente, embora o interesse de Sidman, ao lidar com a noção de significado, não seja a de procurar o que explica o comportamento.

O impulso para explicar um significado é facilmente compreensível. Perguntamos “O que você quer dizer?” porque a resposta é freqüentemente útil. O esclarecimento dos significados, neste sentido, tem um lugar importante em qualquer tipo de empreendimento intelectual. O método da paráfrase geralmente é suficiente para os

propósitos do discurso efetivo; podemos não precisar de referentes extraverbais. Mas não se deve permitir que a explicação do comportamento verbal gere um senso de realização científica. Alguém não *explicou* um comentário parafraseando “o que ele significa” (Skinner, 1957/1992, p.9)

Retomando a questão sobre buscar o significado em um dicionário, o fato de uma pessoa ser capaz de fornecer sinônimos de palavras isoladas encontradas em um texto não significa que ela entendeu este texto.

Os melhores exemplos disto estão no campo do discurso científico e filosófico. Suponha que iniciemos a leitura de um artigo razoavelmente difícil. Nós respondemos corretamente a todas as palavras que ele contém, até onde os significados do dicionário vão, e nós estamos familiarizados com o quê está sendo falado; ainda assim, podemos não compreender o artigo.... Nós possuímos cada uma das respostas no sentido em que elas são parte de nosso repertório verbal, mas não tendemos a emití-las sob as mesmas circunstâncias que o autor do artigo. Este significado de compreender está de acordo com o uso da palavra pelo leigo (Skinner, 1957/1992, p.278).

Afirma, de novo, em 1989, que freqüentemente se oferece o significado no dia-a-dia fornecendo “sinônimos”.

Quando perguntamos o que alguém disse, pode ser que se nos dêem ou as mesmas palavras (a declaração) ou outras palavras que tenham o mesmo efeito sobre o ouvinte e portanto “dizem a mesma coisa” (Skinner, 1989, p.37).

Skinner reconhece que, no cotidiano, quando se solicita a alguém o significado de uma palavra, é comum o fornecimento de uma resposta verbal funcionalmente equivalente. Entretanto, isto não é suficiente como *explicação* do comportamento. Parafrasear uma resposta verbal não deve ser visto como fornecendo o significado para a resposta. Neste ponto, é possível que exista uma divergência entre Skinner e Sidman, visto que, para

Sidman, é possível falar em significado de uma palavra apresentado-se um estímulo equivalente.

As relações de controle nos comportamentos verbais.

Skinner descreveu os operantes verbais baseado nos tipos de variáveis envolvidas no controle do comportamento e, portanto, explicativas do mesmo.

Se tomar como exemplo o tipo de relação comportamental comum no *mando* (um pedido, etc.), este operante verbal leva em conta esse tipo de relação verbal sem precisar recorrer a uma explicação internalista, como faziam as teorias tradicionais.

No tratamento tradicional do comportamento verbal, o “significado” de um *mando* é presumivelmente o reforçamento que caracteristicamente o segue. O significado de *Doce!* é o tipo de objeto freqüentemente produzido por aquela resposta. Mas “o que é comunicado” pareceria ser “a necessidade do falante por doce”, que se refere ao estado controlador de privação. O conceito de *mando*, ou do operante verbal em geral, explicitamente reconhece a contingência de reforçamento e a privação ou estimulação aversiva e é livre para lidar com estas variáveis de modo apropriado sem tentar identificar a relação de referência ou um processo de comunicação (Skinner, 1957/1992, pp.43-44).

Nos demais operantes verbais que não o *mando*, o controle se dá por meio de um estímulo antecedente específico. O que se convencionou chamar de referência nada mais seria do que o controle de uma resposta verbal por parte de um estímulo antecedente que poderia ser um objeto, um evento, ou propriedades de ambos.

No *tato*, contudo, (bem como no comportamento ecóico, textual e intraverbal) enfraquecemos a relação com qualquer privação específica ou estimulação aversiva e estabelecemos uma relação única a um estímulo discriminativo.... O controle resultante é através do estímulo. Uma dada resposta “especifica” uma dada propriedade do estímulo. Esta é a “referência” da teoria semântica (Skinner,

1957/1992, p.83).

A noção de controle discriminativo permite lidar com outros operantes verbais que não poderiam ser abordados como se estivessem se “referindo” a alguma coisa. O tipo de controle discriminativo que um estímulo não-verbal exerceria sobre uma resposta de tato seria similar ao controle exercido por um estímulo sonoro sobre um comportamento intraverbal, por exemplo, sendo que se diz, no primeiro caso, que a relação chama-se referência.

Pode ser tentador dizer que em um tato a resposta “refere-se a”, “menciona”, “anuncia”, “fala sobre”, “nomeia”, “denota” ou “descreve” seu estímulo. Mas a relação essencial entre a resposta e o estímulo controlador é precisamente a mesma como no comportamento ecóico, textual e intraverbal. Não é provável que digamos que o estímulo intraverbal é “referido” por todas as respostas que evoca, ou que uma resposta ecóica ou textual “menciona” ou “descreve” sua variável controladora. A única relação funcional é expressa na afirmação que a presença de um dado estímulo aumenta a probabilidade de ocorrência de uma dada forma de resposta. Esta é também a essência do tato (Skinner, 1957/1992, p.82).

A noção de controle de estímulos é a maneira utilizada por Skinner para analisar correspondências entre palavras e coisas. Entretanto, Skinner analisa que, no caso do comportamento verbal tato, não se pode apontar um objeto único como sendo o referente da resposta. O controle discriminativo envolve um reforçamento por parte de uma comunidade verbal e que se dá em relação a diversos objetos ao longo do tempo; o critério para o reforçamento se dá pela presença de determinadas propriedades e não de outras, isto significa dizer que, embora algumas propriedades sejam imprescindíveis, outras não são e podem, portanto, variar. Assim, embora a resposta “cadeira” possa ocorrer frente a uma cadeira específica, ela ocorre pela presença de propriedades relevantes para sua inclusão na classe “cadeira” em detrimento da presença de outras propriedades irrelevantes para a

inclusão na classe (por exemplo, a cor da cadeira). Assim sendo, fica difícil identificar uma cadeira específica como sendo o “referente” de “cadeira”.

A mesma regra se mantém para o tato. Supõe-se freqüentemente que o referente de uma resposta pode ser identificado em toda ocasião quando a resposta é feita. Quando o estímulo parece ser um objeto, o objeto é tomado como o referente da resposta, contudo há sempre um elemento de abstração. Não podemos apontar uma cadeira individual que seja o referente da resposta *cadeira* (Skinner, 1957/1992, p.117).

A análise funcional indica outras variáveis de controle que teriam sido negligenciadas pelas concepções tradicionais do significado. Nem sempre é possível identificar um referente para as palavras e, outras vezes, embora se possa indicar um referente (um estado de coisas do mundo) para uma dada palavra, a palavra pode não estar “referindo-se” a esse estado de coisas; a resposta pode estar sob controle discriminativo de estímulos verbais.

Em uma formulação comportamental de relações semânticas nós não estamos sob compulsão de explicar todo o comportamento verbal com uma fórmula única. O tato é obviamente um tipo importante de resposta verbal, particularmente em seu efeito sobre um ouvinte. Não devemos portanto concluir, entretanto, que ele é o único tipo genuíno de comportamento verbal, ou que ele estabelece um padrão de acordo com o qual todo comportamento verbal deva ser explicado. Podemos evitar esforços infrutíferos de descobrir os referentes de termos como *que, mas, por favor*, ou de um espirro. Operantes ecóicos e textuais, devido à sua correspondência ponto a ponto com estímulos verbais gerados pelo comportamento de outros, podem parecer com tatos, mas ao lidar com o falante ecóico ou textual, os referentes originais podem não ser relevantes. Quando repetimos ou lemos uma passagem de comportamento verbal, não estamos necessariamente nos “referindo a alguma coisa” no sentido especial do

tato. Nós vimos que o mando também exige uma formulação diferente. Tradicionalmente, isto tem sido explicado argumentando-se que o falante adquire uma palavra em sua relação significativa com uma coisa e então *usa* a palavra para pedir algo. Esta não é somente uma descrição imprecisa da aquisição de muitos mandos, mas há muitos exemplos que não poderiam ser explicadas assim. Não necessitamos tentar identificar os “referentes” de *Sh!* ou *Por favor!* ou *Acorde!* em tal quadro de correspondência (Skinner, 1957/1992, p.128).

Em 1986, Skinner (1986) indica que não é tão problemático falar em referência, desde que se esteja falando em controle de estímulos.

Um tato emerge como uma probabilidade de dizer peixe na presença de um peixe quando diferentes exemplos são seguidos por diferentes conseqüências reforçadoras, totalmente à parte de qualquer outra característica da situação. *Talvez não haja então nenhum prejuízo particular em usar palavras tradicionais e dizer que peixe ‘refere-se a peixe’ ou ‘significa peixe’, onde o significado ou referente é simplesmente o peixe como a principal variável controladora.* Contudo, dizer que o falante usa a palavra para querer dizer peixe ou para se referir a peixe, contudo, é ir além da nossa estória (Skinner, 1986, p.118, itálico acrescentado).

Ou então: “O sentido [sense] de um tato é a variável de controle - tradicionalmente, o que significa.” (Skinner, 1986, p.120)

O referente pode ser visto, segundo Skinner, como a principal variável de controle no que diz respeito ao tato e pode, portanto, ser visto como o significado de um dado comportamento. (Entretanto, dizer que o referente – no caso do tato – é a principal variável de controle não esgota a análise. O controle atual de estímulo e a topografia da resposta foram estabelecidos através de uma história de reforçamento para esse tipo de relação). Ele descarta também a possibilidade de se falar em significado como um conteúdo mental que determina a resposta. Nem sempre é possível falar em referência quando se fala em tato. A

noção de controle de estímulo abrange algumas situações onde dificilmente se poderia falar em referência; permite lidar com outros tipos de relações, que não possuem correspondentes não-verbais.

Como uma mera probabilidade de responder, um tato tem o mesmo status de três tipos de operantes verbais dos quais não se diz significarem ou referirem-se às suas variáveis controladoras. Um é ecóico (seria mais provável dizermos pesca [fishing] se alguém acabou de dizer *peixe* [fish]). Outro é textual (seria mais provável dizermos pesca [fishing] se houvesse um signo na parede dizendo PEIXE [fish]); e um terceiro é intraverbal (seria mais provável dizermos pesca [fishing] se houvéssemos acabado de ler ou ouvir uma palavra que ocorreu freqüentemente na proximidade de peixe). Não dizemos que *peixe* significa ou refere-se a peixe quando é uma resposta ecóica, textual ou intraverbal. Se nós tendemos a dizê-lo quando ela é um tato não é porque há um tipo diferente de relação de controle entre estímulo e resposta, mas porque o ouvinte responde de maneiras mais úteis com respeito ao estímulo de controle (Skinner, 1986, p.119).

A noção de referência deveria ser vista, então, com cautela. Elaborar a referência como se tratando de controle comportamental por estímulos do mundo está longe de ser uma defesa de uma noção referencial de significado. Embora seja possível, em se tratando do tato, falar sobre um controle de respostas verbais por seus “referentes” (e isso seria aceitável apenas de um modo restrito), não seria recomendável lidar com todo o comportamento verbal como sendo deste tipo.

Aspectos formais e funcionais do comportamento verbal.

Ao discutir as formulações tradicionais para o significado, Skinner comenta que estas tentaram tomar “palavras” e “significados” como se possuíssem uma “existência separada”, provavelmente referindo-se ao fato destes serem tratados como se fossem entidades independentes dos comportamentos de falantes e ouvintes.

Tem sido tentador buscar estabelecer a existência separada de palavras e significados porque uma solução razoavelmente elegante de certos problemas torna-se então disponível. Teorias de significado geralmente lidam com arranjos correspondentes de palavras e coisas. Como as entidades lingüísticas, de um lado, correspondem às coisas ou eventos que são o seu significado, de outro lado, e qual é a natureza da relação entre elas, chamada de ‘referência’? (Skinner, 1957/1992, pp.8-9).

Nesta concepção tradicional, as palavras, desvinculadas de quaisquer comportamentos, são vistas em uma relação de correspondência com coisas ou eventos do mundo (os “referentes”) que seriam os “significados” das palavras.

Skinner trata o comportamento verbal como o comportamento de um falante individual. O ouvinte, que reage ao comportamento do falante, não pode ser omitido de uma análise do comportamento verbal, visto ser este comportamento (por parte do falante) reforçado pela mediação de um ouvinte. Através da análise funcional, Skinner distingue os comportamentos de falante e ouvinte; ele tem uma certa preocupação em deixar bem clara essa diferença, pois para ele o comportamento do falante e do ouvinte envolvem análises separadas, embora relacionadas. Uma das críticas de Skinner às teorias tradicionais da linguagem é que estas não fazem a distinção entre falante e ouvinte.

Nossa definição de comportamento verbal aplica-se somente para o falante, mas o ouvinte não pode ser omitido de nossa descrição. A concepção tradicional de comportamento verbal (...) tem, em geral, implicado que certos processos lingüísticos básicos eram comuns ao falante e ao ouvinte. Processos comuns são sugeridos quando se diz que a linguagem desperta na mente do ouvinte “idéias presentes na mente do falante”, ou quando a comunicação é tida como bem sucedida só quando uma expressão tem o “mesmo significado para o falante e para o ouvinte”. Teorias do significado são geralmente aplicadas tanto ao falante como ao ouvinte, como se o processo de significação fosse o mesmo para ambos (Skinner, 1957/1992, p.33).

Skinner (1957/1992) defende que se façam análises funcionais separadas dos comportamentos do falante e do ouvinte. As respostas por parte do falante funcionam como estímulos verbais para o ouvinte. O ouvinte reage, portanto, ao produto do comportamento do falante. O comportamento do falante e a conseqüente reação do ouvinte são chamados de “episódio verbal total”. O falante pode também ser seu próprio ouvinte, reagindo ao seu próprio comportamento verbal.

De acordo com Skinner, ao não distinguir entre o comportamento do falante e do ouvinte, sendo estes considerados simultaneamente, as teorias tradicionais acabam não levando em conta as variáveis que controlam o comportamento de um e de outro. A noção de “uso das palavras” – as palavras usadas como um meio de comunicar conteúdos mentais – teria contribuído com essa prática, desvinculando a palavra dos comportamentos de falantes e de ouvintes.

As teorias do significado geralmente consideram os comportamentos do falante e do ouvinte ao mesmo tempo. A prática é encorajada pela noção do “uso das palavras” que parece libertar a palavra do comportamento do falante e do ouvinte de modo a estar em alguma relação de referência a um objeto. A resposta do ouvinte a um tato é obviamente influenciado pela correspondência entre a forma da resposta e o estímulo controlador, mas o lugar desta correspondência no comportamento do falante raramente tem sido analisado (Skinner, 1957/1992, pp.86-87).

O mesmo tipo de paradigma usado para analisar o comportamento do falante na caracterização do operante tato (e demais operantes) deveria ser utilizado para analisar o comportamento do ouvinte. O comportamento “tato” deveria ser visto como produzindo uma estimulação verbal que serviria de estímulo discriminativo para o ouvinte, sendo que o comportar-se apropriadamente frente a este estímulo gera alguma conseqüência reforçadora para o ouvinte.

O comportamento prático do ouvinte com respeito ao estímulo verbal produzido por

um tato segue a mesma relação de três termos que foi usada para analisar o comportamento do falante.... O estímulo auditivo *raposa* é a ocasião na qual virar-se e procurar [ao redor] é freqüentemente seguido pelo reforçamento de ver uma raposa. Tecnicamente, o comportamento de virar-se e procurar é um operante discriminado, e não um reflexo condicionado. A diferença é importante. O estímulo verbal *raposa* não é um substituto para uma raposa, mas uma ocasião na qual certas respostas foram, e provavelmente serão, reforçadas por ver uma raposa. O comportamento que é controlado pela própria raposa – olhar em direção a ou perseguir a galope [a raposa] – não pode ser evocado pelo estímulo verbal, e não há, portanto, possibilidade de uma substituição de estímulos como uma analogia de signo ou símbolo (Skinner, 1957/1992, pp.87-88, itálico acrescentado).

O trecho abaixo também sugere que o comportamento do ouvinte necessita de uma análise à parte do comportamento do falante e esta análise deve ser feita através da contingência tríplice.

Quando uma cozinheira tateia um dado estado de coisas com o simples anúncio *Jantar!*, ela cria uma ocasião na qual pode-se sentar à mesa de modo bem sucedido. Mas o ouvinte não se senta, ou come, um estímulo verbal. O tipo de resposta que pode ser feita tanto ao jantar quanto ao estímulo verbal *Jantar!* é exemplificado pela resposta de salivação condicionada de acordo com a fórmula pavloviana. *O comportamento prático do ouvinte* (cujas conseqüências são, em última instância, responsáveis pelo desenvolvimento da resposta verbal em primeiro lugar) *deve ser formulado como um operante discriminado envolvendo três termos*, os dois não fornecendo um paralelo para a noção de símbolo (Skinner, 1957/1992, p.88, itálico acrescentado).

O trecho a seguir acrescenta que os operantes verbais sugeridos por Skinner foram elaborados tendo em vista as diferenças existentes tanto nos comportamentos do falante

quanto do ouvinte. “Todas as graduações de diferenças entre operantes verbais refletem diferentes conjuntos de variáveis no comportamento do falante e do ouvinte” (Skinner, 1957/1992, p.89).

As diferenças nos comportamentos dos ouvintes são importantes na caracterização dos operantes, pois são os ouvintes que fornecem os reforçamentos para os comportamentos dos falantes (que podem ser, por exemplo, específicos ou generalizados) e sob certas situações apropriadas (que podem ser coisas do mundo, textos, etc.). A contingência de três termos forneceria o tipo de análise que permitiria entender a referência ou significado tradicionais. Os objetos e eventos do mundo, e suas propriedades, adquiririam controle discriminativo sobre respostas verbais (características da relação “tato”). Estas variáveis teriam relevância na explicação do comportamento do falante. O comportamento do ouvinte, entretanto, ficaria sob controle dos estímulos verbais gerados pelo comportamento do falante, seriam variáveis de controle diferentes, o que levaria (ou deveria levar, para Skinner) a uma análise diferente.

Embora Skinner trate de analisar os comportamentos a partir de uma contingência tríplice, às vezes ele sugere outras variáveis que poderiam afetar as contingências de três termos em vigor. Uma destas variáveis é a audiência. A audiência seleciona um grupo de respostas frente a um estado de coisas de modo que, por exemplo, frente a um pão, uma pessoa pode, na presença de uma audiência de língua alemã, dizer “Brot”, enquanto que, na presença de uma audiência de língua inglesa, dizer “bread”.

A audiência que determina um conjunto particular de respostas, ao contrário de outro possível conjunto no mesmo repertório, levanta uma questão importante na teoria semântica. O francesismo de uma palavra francesa não parece se *referir* a qualquer propriedade daquilo sobre o que se fala. A relação funcional entre uma resposta e uma audiência não se ajusta aos esquemas habituais de referência e são frequentemente omitidas de análises semânticas. A variável audiência sempre atua

em conjunto com pelo menos outra variável, que mais especificamente determina a forma da resposta. No comportamento de alguém que fala inglês e alemão, um certo objeto mais uma audiência que fala o inglês evoca a resposta *bread* [“pão”]; enquanto que o mesmo objeto mais uma audiência que fala o alemão evoca a resposta *Brot* [“pão”]. Outro objeto evoca as respostas *water* [“água”, em inglês] e *Wasser* [“água”, em alemão]. Para a maioria dos propósitos semânticos, a diferença entre *bread* e *water* [“pão” e “água”, em inglês] é maior do que a diferença entre *bread* e *Brot* [“pão”, em inglês e em alemão]. A noção de referência é, portanto, aplicada somente à relação que distingue *bread* e *water*. A diferença, contudo, é simplesmente que a variável que controla *bread* ao invés de *water*, ou *Brot* ao invés de *Wasser*, é específica a estas respostas, enquanto a variável que controla *bread* ao invés de *Brot* controla um grupo amplo de respostas. O tipo de controle é o mesmo (Skinner, 1957/1992, p.174).

A variável “audiência” é vista, portanto, como tornando mais provável a ocorrência de um grupo de respostas – por exemplo, falar em português – enquanto a coisa em si – um pão, por exemplo – poderia ser visto como tornando mais provável a ocorrência da resposta verbal “pão” (em português). É possível que Skinner interpretasse isso como sendo um caso de estímulo composto. (Seria possível, entretanto, interpretar esse exemplo como uma contingência de quatro termos, sendo a audiência um estímulo condicional).

Novamente, Skinner indica que na teoria tradicional, as funções do falante e do ouvinte são consideradas simultaneamente. “(...) é característico da teoria semântica lidar com o falante e com o ouvinte ao mesmo tempo, e dizer que a resposta de um contém a mesma palavra que o estímulo para o outro” (Skinner, 1957/1992, p.187).

Em seguida, Skinner argumenta que, apesar de duas respostas terem a mesma topografia, isso não quer dizer que as duas são explicadas da mesma maneira. Skinner afirma que os operantes verbais devem ser explicados de maneira independente mesmo

quando possuem uma topografia similar; a aquisição de um operante não implicaria o surgimento de outro operante de topografia similar. A noção de “palavra” não deveria confundir uma análise do comportamento verbal, tratando vários exemplos de respostas verbais de topografia similar (a “mesma” palavra) como se fosse um mesmo tipo de relação.

Na terminologia do significado, dizemos que a palavra *boneca* é usada em um momento para “pedir uma boneca” e em outro para “descrever ou referir-se à boneca”. Quando a resposta *Boneca!* foi adquirida como um mando, contudo, não esperamos que a criança então espontaneamente possua um tato correspondente de forma similar. Se encontrarmos ambos os tipos de operantes no repertório da criança, devemos explicá-los separadamente. Isto parece tornar a tarefa de explicar o comportamento verbal mais difícil, mas a vantagem que se parece obter pelo conceito tradicional da “palavra *boneca*” é contrabalançada pelo problema que permanece de explicar como uma criança pode aprender a usar uma palavra para “expressar um desejo” e também para “descrever um objeto”. A formulação total não foi simplificada, parte da tarefa foi meramente adiada. Se nós devemos aceitar a total responsabilidade de fornecer uma descrição do comportamento verbal, devemos encarar o fato de que o mando *boneca* e o tato *boneca* envolvem relações funcionais distintas, que podem ser explicadas somente descobrindo todas as variáveis relevantes (Skinner, 1957/1992, pp.187-188).

No trecho abaixo, Skinner novamente critica a tentativa de tratar o significado do comportamento de falantes e ouvintes como sendo o mesmo. Os modos pelos quais as pessoas se tornam falantes e ouvintes merecem tratamentos separados. Skinner também sugere que as funções de falante e de ouvinte não se transferem espontaneamente de um para o outro, ou vice-versa.

Apesar das teorias semânticas freqüentemente suporem que o significado é o mesmo

para o falante e para o ouvinte, os processos através dos quais um homem torna-se um ouvinte diferem, como nós vimos, daqueles através dos quais ele se torna um falante. Ao adquirir um repertório verbal, o falante não necessariamente torna-se um ouvinte, e ao adquirir o comportamento característico de um ouvinte ele não se torna, espontaneamente, um falante. Após “aprender o significado de uma palavra” como um ouvinte, não se pode usá-la como um falante, ou vice-versa. (Skinner, 1957/1992, p.195).

No trecho abaixo, Skinner comenta que as teorias tradicionais do significado lidam, geralmente, com as reações de ouvintes. Estas reações podem ser reflexas, como quando algumas palavras adquirem, através de um pareamento clássico, a capacidade de eliciar comportamentos respondentes, que poderiam ser descritos como reações emocionais. Outros tipos de reação por parte do ouvinte seriam operantes discriminados, quando o ouvinte reage aos estímulos verbais gerados pelo falante e comporta-se apropriadamente.

Estímulos suplementares possuem um papel importante e freqüentemente negligenciado no comportamento do ouvinte (ou leitor). Análises tradicionais de “significado” estão em geral limitadas àquelas atividades do receptor do comportamento verbal que classificaríamos aqui ou como reflexos condicionados (principalmente emocionais) ou como operantes discriminados (Skinner, 1957/1992, p.268).

Skinner acrescenta que, além destes comportamentos reflexos e operantes (no caso, não verbais), um ouvinte pode reagir a um estímulo verbal comportando-se verbalmente (operante verbal), o que o torna um falante também (seria o caso dos operantes verbais ecóico, intraverbal e textual). Adicionalmente, Skinner também afirma que, algumas vezes, as condições que afetam o falante também afetam o ouvinte; como tanto o falante quanto o ouvinte estão em contato com um mesmo estado de coisas, não seria adequado descrever esta interação dizendo que algo foi “comunicado”. No caso, o falante poderá estar,

simplesmente, fortalecendo algum comportamento por parte do ouvinte naquela situação, fornecendo estímulos verbais suplementares, de modo a colocar algum comportamento do ouvinte sob controle de aspectos dessa situação.

Ao comentar sobre o comportamento autoclítico, Skinner indica que este está relacionado ao comportamento do ouvinte: “O comportamento autoclítico diz respeito à ação prática ou com respostas da parte do ouvinte que dependem de uma correspondência entre o comportamento verbal e um estado estimulador de coisas.” (Skinner, 1957/1992, pp.344-345)

Quando Skinner trata de como um falante pode editar seu próprio comportamento verbal, ele comenta sobre como um falante pode reagir ao seu próprio comportamento, modificando-o. O falante pode, portanto, atuar como um ouvinte de si próprio.

Como é possível, do ponto de vista de uma *teoria funcional do significado*, para alguém “dizer o que não quis dizer” ou “não dizer o que queria dizer”? A expressão autoclítica *Isso não é o que eu quis dizer* [*That is not what I meant to say*] é fácil de explicar quando o ouvinte reagiu inapropriadamente, como se [fosse] para outra resposta. *Eu quis dizer “light”* [luz/leve] *no sentido de iluminação, não como o oposto de pesado* [*I meant ‘light’ in the sense of illumination, not as opposed to ‘heavy’*] é uma especificação adicional das variáveis responsáveis pelo comportamento do falante, que terá presumivelmente um efeito mais apropriado sobre o ouvinte. Mas não é provável que o falante compreenda mal *a si mesmo* neste sentido. Quando ele descobre que não disse o que quis dizer, ele está atuando em seu papel de seu auto-ouvinte. Seu lapso verbal, por exemplo, vem como uma surpresa e ele relata que “quis dizer” outra palavra. Ou quando um estado de coisas sutil ou difícil exerce somente um controle de estímulo fraco, mas condições gerais de força produzem, apesar disso, comportamento verbal, ele pode comentar sobre as inadequações de seu comportamento dizendo *Isso não é bem o que eu quero dizer*.

Ele reage a, e comenta sobre, a adequação de seu comportamento a certas variáveis de controle (Skinner, 1957/1992, p.370).

Em 1974, Skinner (1974) reafirma que o falante torna-se seu próprio ouvinte. Entretanto, isso não elimina a necessidade de se manter uma distinção entre as funções de falante e ouvinte.

A linguagem tem o caráter de uma coisa, algo que uma pessoa adquire e possui. Os psicólogos falam da “aquisição da linguagem” pela criança. As palavras e sentenças das quais uma linguagem é composta são ditas serem instrumentos usados para expressar significados, pensamentos, idéias, proposições, emoções, necessidades, desejos, e muitas outras coisas dentro ou sobre a mente do falante. Um ponto de vista muito mais produtivo é o de que o comportamento verbal é comportamento. Ele tem um caráter especial somente porque é reforçado pelos seus efeitos sobre as pessoas – *a princípio sobre outras pessoas, mas eventualmente sobre o próprio falante* (Skinner, 1974, pp.88-89).

Às vezes, Skinner trata de situações complexas de estímulo e que se assemelham muito a uma discriminação condicional (contingência de quatro termos), embora não sejam especificadas por ele deste modo. É bem mais provável que ele analise isso como um estímulo discriminativo composto. Para Skinner, entretanto, o que importa (no que diz respeito ao significado) não é o número ou a complexidade dos estímulos antecedentes envolvidos; a questão continua sendo sempre a de olhar para as variáveis responsáveis pela aquisição e manutenção do comportamento.

Para tomar um exemplo primitivo; se um rato pressiona uma barra para obter comida quando faminto enquanto outro o faz para obter água quando sedento, as topografias de seus comportamentos podem ser indistinguíveis, mas pode-se dizer que eles diferem no significado: para um rato, pressionar a barra ‘significa’ comida; para o outro, ‘significa’ água. Mas estes são aspectos das contingências que colocaram o

comportamento sob controle da situação atual. Similarmente, se um rato é reforçado com comida quando pressiona uma barra na presença de uma luz intermitente mas com água quando a luz está constante, então pode-se dizer que a luz intermitente significa comida e a luz constante significa água, mas novamente estas são referências não a alguma propriedade da luz mas de contingências das quais as luzes tomaram parte (Skinner, 1974, pp.90-91).

No trecho abaixo, Skinner indica novamente que se deve analisar os comportamentos do falante e do ouvinte apelando-se para as contingências de três termos. Ele analisa o comportamento de um ouvinte reagindo a uma estimulação verbal, gerada pela resposta de um falante, e produzindo assim uma consequência.

A mesma questão pode ser feita, mas com muito mais implicações, ao falar sobre o significado do comportamento verbal. A função global do comportamento é crucial. Em um padrão exemplar, um falante está em contato com uma situação na qual um ouvinte está disposto a responder, mas que não está em contato. Uma resposta verbal da parte do falante torna possível para o ouvinte responder apropriadamente.... Os três termos que aparecem nas contingências de reforçamento gerando um operante são divididos entre duas pessoas: o falante responde à situação e o ouvinte adota um comportamento e é afetado pelas consequências. Isto acontecerá somente se os comportamentos de falante e de ouvinte são apoiados por contingências adicionais dispostas pela comunidade verbal (Skinner, 1974, p.91).

Em um exemplo que Skinner comentará no trecho abaixo, um falante, sendo solicitado, responde dizendo o horário atual, ao que o ouvinte responde apropriadamente – como se tivesse visto, efetivamente, o mostrador do relógio – indo pontualmente a um compromisso marcado. Para Skinner, o significado para o falante e para o ouvinte não é o mesmo; ele afirma isso para enfatizar que o significado não é comunicado, tornado comum, entre um falante e ouvinte. A resposta verbal do falante, neste exemplo, é

controlada pelo mostrador do relógio (resposta verbal ensinada, através de contingências passadas, frente a mostradores de relógio) mas também por “aspectos possivelmente aversivos da questão”, sendo assim também uma resposta de esquiva (não responder a esta solicitação poderia ser encarado – e explicitado – como sendo uma grosseria ou falta de educação). O significado desta resposta, para o falante, envolveria estas variáveis. Por outro lado, o ouvinte deste exemplo estaria sob controle da resposta verbal (ele reage à resposta verbal do falante como reagiria caso tivesse visto o mostrador do relógio) e das contingências que estão relacionadas ao fato de chegar (ou não) pontualmente ao compromisso (o que o leva, primeiramente, a solicitar a informação sobre o horário); o significado da resposta¹⁹, para o ouvinte, envolveria estas outras variáveis. Observa-se, então, que variáveis de controle diferentes implicam “significados” diferentes.

O significado de uma resposta para o falante inclui o estímulo que o controla (no exemplo acima, a situação no mostrador de um relógio ou relógio de pulso) e aspectos possivelmente aversivos da questão, dos quais a resposta libera. *O significado para o ouvinte* está próximo ao significado que o mostrador do relógio teria caso lhe fosse visível, mas também inclui as contingências envolvendo o compromisso, que tornam uma resposta ao mostrador do relógio ou a uma resposta verbal provável em tal momento (Skinner, 1974, pp.91-92).

Ou então: “Não há significados que sejam os mesmos no falante e ouvinte. Significados não são entidades independentes” (Skinner, 1974, p.92).

Uma das objeções de Skinner ao tratamento do significado como sendo o mesmo para falantes e ouvintes, era que isto era feito apelando a conteúdos mentais que eram transmitidos de um para o outro. Isso também o levou a declarar que o significado não era encontrado nas palavras, vistas como uma ferramenta ou meio pelo qual o falante transmitia o significado ao ouvinte.

¹⁹ No caso, o que é uma resposta para o falante é um estímulo para o ouvinte.

Um referente pode ser definido como aquele aspecto do ambiente que exerce controle sobre a resposta da qual se diz ser o referente. Ele o faz devido às práticas reforçadoras de uma comunidade verbal. Em termos tradicionais, significados e referentes não são encontrados em palavras mas nas circunstâncias sob as quais as palavras são usadas por falantes e compreendidas por ouvintes, mas “usadas” e “compreensão” necessitam análises adicionais (Skinner, 1974, p.92).

Embora Skinner utilize em alguns momentos a expressão “uso de palavras”, como salientado anteriormente, esta não é uma expressão técnica. Sua reserva para com esta expressão decorre do fato de que é comum tomar as palavras como sendo “usadas” na expressão de conteúdos mentais de um falante para um ouvinte; além disso, costuma-se enfatizar o aspecto formal da resposta quando se diz que a “mesma” palavra é “usada”, quando uma análise funcional mostra que, apesar de formalmente similares, certas respostas fazem parte de classes distintas, visto serem unidades de relações de contingência diferentes.

Em 1989, Skinner aponta que a teoria tradicional do significado enfatiza os aspectos estruturais de um comportamento verbal. A concepção tradicional é descrita como se segue:

Na visão tradicional de um episódio da fala, mantida por filósofos por milhares de anos, o falante percebe alguma parte do mundo, no sentido literal de capturá-la ou assimilá-la (ou melhor, visto que não há lugar para o próprio mundo, assimilar uma cópia ou representação). O falante então coloca a cópia em palavras, cujos significados correspondem de algum modo com o que o falante percebeu. O ouvinte extrai os significados das palavras e compõe outra cópia ou representação. Assim, o ouvinte *recebe* ou *concebe* o que o falante *percebeu*. Alguma coisa foi comunicada, no sentido de ter se tornado comum ao falante e ao ouvinte. Uma mensagem foi enviada, cujo conteúdo é às vezes chamado de informação. Contudo, a teoria da

informação foi inventada para lidar apenas com as características estruturais de uma mensagem (quantos bits ou bytes podem ser enviados através de uma linha de telefone ou armazenados em um computador) (Skinner, 1989, p. 35).

Em seguida, Skinner indica como o comportamentalismo analisaria um episódio interativo entre falantes e ouvintes, sem recorrer a uma noção de algo que seja transmitido, “tornado comum”. Os falantes comportam-se frente ao mundo de um modo que foi reforçador fazê-lo, sendo que estes reforçadores são mediados por ouvintes. Os ouvintes, por seu lado, reagem às estimulações verbais geradas pelo falante de um modo como foram especialmente treinados.

A contingência tríplice e sua aplicação na distinção entre as funções de falante e ouvinte.

O instrumento usado por Skinner para explicar o comportamento é a contingência tríplice. Apelando à análise funcional, Skinner defende que se devem respeitar as diferentes variáveis que afetam os comportamentos de falantes e de ouvintes. Essa distinção pode parecer difícil, às vezes, porque um ouvinte pode reagir verbalmente ao comportamento do falante, atuando também como falante. Entretanto, seria possível preservar a distinção de quando uma pessoa está atuando como um ouvinte (fornecendo reforçamento para um falante) e quando está atuando como falante (sendo reforçado por outra pessoa), separando as funções de um e de outro. Essa distinção pode parecer mais difícil de ser feita, embora não impossível, quando o falante e o ouvinte são a mesma pessoa.

Às vezes Skinner faz algumas análises que poderiam ser interpretadas como correspondendo a discriminações condicionais. A questão principal, entretanto, é que a explicação do comportamento verbal requer que se recorra às contingências de reforçamento.

A PROPOSTA DE SIDMAN

A equivalência, conforme sugerida por Sidman, envolve mais do que meras discriminações condicionais (contingências de quatro termos). Embora a equivalência se derive de uma contingência de quatro termos, ela estaria relacionada à substitutabilidade entre estímulos. Assim, em um procedimento de pareamento ao modelo (matching-to-sample), um estímulo condicional (modelo) e um estímulo discriminativo (comparação “correta”) tornam-se equivalentes, podendo substituir-se em suas funções.

Supõe-se que uma discriminação condicional bem estabelecida demonstre não apenas relações condicionais entre estímulos, mas relações de equivalência também.... Quando todos os estímulos modelo e de comparação são fisicamente diferentes, a equivalência é sugerida chamando o desempenho de pareamento de “não identidade”, “arbitrário” ou “simbólico” (Sidman e Tailby, 1982, pp.5-6).

Sidman e Tailby (1982) tomam o significado (referencial) como uma classe de estímulos equivalentes. As relações semânticas, que se pretende verificar (através de testes apropriados) se existem entre estímulos, são relações de equivalência.

Apontar para uma figura em resposta a uma palavra impressa indica compreensão de leitura somente se a palavra e a figura estão relacionadas por equivalência e não somente por condicionalidade. *Classes de estímulos formadas por uma rede de relações de equivalência estabelecem a base para o significado referencial.* O paradigma da equivalência fornece exatamente o teste que é necessário para determinar se uma discriminação condicional envolve ou não relações semânticas (Sidman e Tailby, 1982, p.20).

Para Sidman e Tailby, os testes propostos para a verificação da equivalência (reflexividade, simetria e transitividade) indicam se os estímulos envolvidos possuem “significado”.

Em um texto de 1986, Sidman argumenta a favor da expansão da unidade de análise. Os estímulos apresentariam funções que justificariam uma análise que envolveria a existência de relações entre estímulos, sem a necessidade de respostas mediadoras. Propõe, assim, a existência de contingência de quatro ou mais termos.

Sidman (1986) afirma que um número e um nome possuem o mesmo significado caso sejam equivalentes; no caso, um estímulo é tomado como o significado do outro e vice-versa. Observe-se que Sidman identifica estímulos (pertencentes a uma mesma classe) como sendo o significado um do outro. “A formação de tais classes [de equivalência] permite-nos dizer que um número e um nome tem o mesmo significado, ou que um é o significado do outro.” (Sidman, 1986, pp.231).

Neste texto, de 1986, Sidman via a equivalência como emergindo de unidades de quatro termos (discriminação condicional) e, portanto, o significado também.

(...) nós vemos o significado emergindo de estruturas construídas a partir de unidades de quatro termos. É, na verdade, uma forma elementar de significado, no entanto é uma propriedade especial da linguagem. Nosso sujeito pode representar uma quantidade por meio de um símbolo numérico e pode reagir ao símbolo como se fosse uma quantidade sem ter sido ensinado explicitamente a relacionar os dois. A emergência das quatro novas unidades no teste justifica a afirmação de que as contingências não somente geraram discriminações condicionais mas também que ensinaram ao sujeito um vocabulário de duas palavras significativas (Sidman, 1986, p.235, itálico acrescentado).

Assim, um estímulo condicional e um estímulo discriminativo poderiam formar uma classe de equivalência, substituindo-se em suas funções (modelo e comparação).

No trecho abaixo, Sidman explicita que toma um estímulo equivalente como sendo o significado. Observa-se, então, que o significado da palavra é encontrado em seus estímulos equivalentes.

Reagindo a uma palavra como a um estímulo equivalente – *o significado da palavra* – uma pessoa pode comportar-se adaptativamente em um ambiente sem ter sido previamente exposto a ele. A emergência de equivalência da condicionalidade permite à Análise do Comportamento explicar o estabelecimento de pelo menos correspondências semânticas simples sem ter que postular uma história de reforçamento direto para cada instância. Ao invés de apelar a cognições, representações, e correspondências armazenadas para explicar a ocorrência inicial de um novo comportamento apropriado, pode-se encontrar uma explicação completa nas unidades de quatro termos que são os pré-requisitos para o comportamento emergente (Sidman, 1986, p.236, *itálico acrescentado*).

Sidman afirma que a equivalência emerge a partir de contingências de quatro termos, mas que ela também fica sob o controle de um contexto. Assim, possui-se um significado que é selecionado de acordo com o contexto (contingência de cinco termos).

A emergência da equivalência da unidade de quatro termos do controle condicional prepara o terreno para a análise da determinação contextual do significado.... Ao colocar as próprias contingências de quatro termos sob restrição ambiental, contudo, podemos colocar a própria emergência do significado sob controle contextual (Sidman, 1986, p.237).

Ou então:

Unidades de quatro termos, portanto, ainda não levam uma análise do comportamento longe o suficiente. Um quinto termo é necessário para descrever a habilidade do ambiente em selecionar discriminações condicionais de nosso repertório e influenciar os significados que são derivados de relações condicionais (Sidman, 1986, p.237).

Sidman toma como exemplo um comportamento em que o reforço é liberado na presença de um estímulo discriminativo (quadrado). Na presença do quadrado (SD) um

sujeito pressiona um botão e produz, assim, uma consequência reforçadora; ao pressionar o botão na presença de um círculo, nada acontece (a forma geométrica ficaria em cima do botão). Acontece que esta contingência tríplice pode ser colocada sob controle de estímulos. Então, o quadrado só é um estímulo discriminativo na presença de um estímulo de cor verde. Quando na presença de um estímulo verde, escolher o botão com um quadrado é reforçado, enquanto escolher o botão com um círculo em cima não produz reforçamento. Quando na presença de um estímulo de outra cor, o vermelho, a situação se inverte: escolher o botão com um quadrado não produz reforçamento, enquanto escolher o botão com um círculo em cima é reforçado. Isto é chamado de discriminação condicional. Caso se verifique, através de testes apropriados, que o “verde” e o “quadrado” são equivalentes, então pode-se afirmar que o “verde” *significa* “quadrado”. Se o mesmo for verificado em relação ao vermelho e ao círculo, então também se poderia afirmar que o “vermelho” *significa* “círculo”.

A unidade de cinco termos também descreve um tipo mais poderoso de controle contextual do que faz a unidade de quatro termos. Se nossa unidade de quatro termos original gera relações de equivalência, podemos dizer “*Verde* *significa* *quadrado*” e “*vermelho* *significa* *círculo*”. Controle condicional de segunda ordem – a unidade de cinco termos – agora fornece um mecanismo que explica a determinação contextual destes significados (Sidman, 1986, p.239).

No caso do controle contextual, Sidman acrescenta um novo termo à contingência, tornando-a uma contingência de cinco termos. Assim, o “quadrado” será equivalente ao “verde”, e o “círculo” será equivalente ao “vermelho”, apenas no contexto do estímulo *tom 1*. No contexto do *tom 2*, o “quadrado” será equivalente ao “vermelho”, e o “círculo” será equivalente ao “verde”. Como a equivalência de estímulos fica sob controle contextual, o significado, entendido como a própria equivalência, fica sob controle do contexto. “Os estímulos podem, portanto, pertencer a múltiplas classes, mudando de significado de

ocasião para ocasião” (Sidman, 1986, p.239).

Em outro texto, do mesmo ano, Sidman, Willson-Morris, e Kirk (1986) estabelecem uma relação entre “significado” e “compreensão” (das palavras). O interesse dos autores parece ser o de estabelecer critérios para verificar se houve ou não a “compreensão” das palavras, ou do significado delas, por parte dos sujeitos. Aqui também o significado envolve o estabelecimento de relações de equivalência.

Procedimentos de discriminação condicional, freqüentemente chamados de *pareamento ao modelo* [matching to sample], são geralmente usados para avaliar e até mesmo para ensinar compreensão. Por exemplo, se as crianças podem escolher cores, números, objetos, etc., apropriados, com base em palavras e frases que são ditas a elas, é mais provável que se atribua compreensão auditiva a elas, que se diga que elas compreendem o significado de palavras faladas. Se elas também podem fazer essas escolhas com base em palavras impressas ou escritas, é mais provável que se dê a elas o crédito pela compreensão de leitura, por compreender o significado do texto. A suposição que se está fazendo aqui é que as relações condicionais (por exemplo, se [a palavra é] *vermelho*, então [selecione] a cor vermelha; se *verde*, então verde, etc.) são também relações de equivalência; que as palavras são equivalentes aos seus “referentes” (Sidman, Willson-Morris, & Kirk, 1986, pp.1-2).

Sidman (1990) propõe que relações de equivalência estão presentes quando se fala da relação entre uma palavra e seu significado (que é seu sinônimo), entre uma palavra e seu referente (objetos ou propriedades de objetos e eventos), e entre um símbolo e uma substância que corresponde a ele.

No discurso cotidiano, as pessoas falam sobre os ‘significados’ de palavras. Às vezes elas falam sobre significados do dicionário (uma palavra e seu sinônimo); às vezes elas falam sobre uma palavra e seu referente (objeto, desenho, qualidade, etc.); ou elas falam sobre símbolo e substância (i.e. número e quantidade). A segunda parte de

minha teoria afirma simplesmente que em todos estes exemplos – quando as pessoas falam deste modo – os itens relacionados (palavra e sinônimo, palavra e referente, símbolo e substância) serão equivalentes uns aos outros. Esta é agora uma proposição testável.²⁰ (Sidman, 1990, p.97)

Há uma mudança aqui, em relação aos textos anteriores. Sidman (1990) afirma que a equivalência esclarece o uso que as pessoas fazem do termo “significado”.

Pode-se dizer que, dentro de uma classe, o dígito, o nome inglês e o nome francês possuem o mesmo significado. É sob estas circunstâncias – a formação de classes de equivalência – que as pessoas dizem tais coisas como “palavras são símbolos para números” e “two significa deux” e, à medida que outros estímulos tornam-se membros de cada classe, “números são símbolos para quantidades”, “objetos são referentes dos nomes”, etc.²¹ (Sidman, 1990, p.103)

Observe-se também que o significado é visto como estímulos que pertencem à mesma classe, as palavras ou outros símbolos são vistos como estímulos e é a relação entre estes estímulos que dá o significado desses estímulos; eventualmente, estímulos que constituem o mundo físico podem participar desta classe.

Sidman entende que os estímulos equivalentes formam um tipo de classe. Existiriam outras classes de estímulos formadas, por exemplo, por uma resposta mediadora em comum: a classe funcional (para Sidman, a equivalência não necessitaria de uma resposta mediadora).

Existem muitos diferentes tipos de classes; estímulos podem ser relacionados de outras maneiras a não ser a equivalência. Goldiamond (...) definiu uma classe de estímulos funcionais como um grupo de estímulos discriminativos que controlam o mesmo comportamento (ou, mais precisamente, a mesma contingência de dois

²⁰ Este trecho não foi reproduzido no livro de Sidman (1994).

²¹ Este trecho também não foi reproduzido no livro de Sidman (1994).

termos)... Com respeito ao comportamento que estes estímulos controlam em comum, eles são substituíveis uns pelos outros. Servindo à mesma função, eles formam uma classe funcional (Sidman, 1990, p.106).

Em um artigo de 1992, Sidman (1992) reafirma a noção de significado como equivalência. Ele utiliza um exemplo tomando como estímulos equivalentes o “1”, a palavra “one” e a palavra “um”. Todos os estímulos pertencentes a esta classe possuem o mesmo significado.

Podemos então dizer que as duas tarefas que ensinamos diretamente (...) envolveram compreensão de leitura. Podemos dizer que o dígito “1”, a palavra inglesa “One” e a palavra portuguesa “Um” significam a mesma coisa para o nosso sujeito; e poderíamos dizer o mesmo para o que poderíamos chamar de [classe de] “Dois” e [classe de] “Três”²² (Sidman, 1992, p.16).

Ao analisar o significado como equivalência, Sidman abre a possibilidade de se encontrar o significado em outros estímulos, incluindo as palavras de dicionários. Diferentemente das teorias tradicionais do significado, Sidman tenta analisar a correspondência enquanto uma classe de estímulos equivalentes, sem recorrer a conteúdos mentais.

Em 1992, Sidman afirma: “De acordo com esta teoria, é quando classes de equivalência existem que as pessoas dizem tais coisas como “numerais são símbolos para quantidades”, “números são os referentes de nomes de números”, ou “dois significa two”.” (Sidman, 1992, p.20). Novamente, o significado de uma palavra é encontrado em um estímulo equivalente. Basicamente, Sidman fala de palavras (ou outros símbolos) como estímulos que apresentam relações de equivalência com outros estímulos.

Para Sidman, o dicionário fornece o significado da palavra, pois ele indica um estímulo equivalente (que pode, junto com a palavra que está sendo procurada, fazer parte

²² Literalmente, “Twos” and the “Threes”.

de uma classe de relações de equivalência juntamente com outros estímulos, dentre os quais podem estar palavras, coisas, eventos, etc.).

Quando as pessoas falam sobre o significado de palavras no dicionário, ou sobre palavras e seus referentes, ou sobre símbolo e substância, ou sobre comportamento governado por regras versus governado por contingências, ou sobre outros tipos similares de relações entre estímulos de diferentes tipos, descobriremos que tais itens relatados são equivalentes entre si. De acordo com esta teoria, é quando classes de equivalência existem que as pessoas dizem tais coisas como “numerais são símbolos para quantidades”, “números são os referentes de nomes de números”, ou “dois significa two” (Sidman, 1992, p.20).

No trecho abaixo, Sidman parece tomar a equivalência como uma variável que determina o comportamento²³. A equivalência é apresentada como explicativa do comportamento verbal das pessoas, ao falarem sobre “significado”, etc.

Skinner (1957) afirmou que o significado de um comportamento verbal (ou qualquer comportamento, quanto a isso) situa-se nas variáveis que determinam esse comportamento. Relações de equivalência podem ser vistas como uma variável desse tipo, que ajuda a explicar o que as pessoas dizem e suas reações para o que outras pessoas dizem. Em particular, a existência de relações de equivalência pode explicar tais declarações como “significado”, “referente”, e “governado por regras” (Sidman, 1992, p.20).

Sidman esclarece um pouco mais sobre isto em outro trecho, quando trata as relações de equivalência como algo que poderia ajudar a “entender” o comportamento verbal.

Eu simplesmente tenho exposto o que parece ser um conjunto útil de testes para

²³ Horne e Lowe (1996) interpretam a posição de Sidman como tomando a equivalência como uma *variável determinante*. Embora Sidman tenha sugerido isso em 1992 (Sidman, 1992), ele deixa claro em seu livro (Sidman, 1994) que não considera a equivalência como determinante de comportamentos.

determinar se relações de equivalência existem ou não entre estímulos, e tenho indicado como relações de equivalência podem ajudar-nos a entender porque nós falamos sobre coisas como significados, referentes verbais ou símbolos (Sidman, 1992, p.20).

O modo como Sidman utiliza o termo “significado” nem sempre é muito claro, visto que às vezes trata a equivalência como sendo o “significado” e, em outros momentos, trata a equivalência como podendo explicar o uso que as pessoas fazem do termo “significado”.

Em seu livro de 1994, Sidman (1994) trata de esclarecer melhor o que entende por significado. Logo nas primeiras páginas, afirma que não toma o “significado” como explicação para o comportamento. Entretanto, ele vê termos como “significado”, referência, etc., como sendo uma maneira “resumida” de tratar observações reais.

Como Skinner destacou argumentando contra o que ele chamou teorias referenciais do significado (...), declarações sobre significados, símbolos e referentes não explicam o comportamento verbal. Tais declarações *são* comportamentos verbais e como tais elas mesmas requerem explicação. No entanto, elas resumem observações reais. Nós podemos especificar o referente de uma palavra ou outro símbolo – e o fazemos – dando ao referente outros nomes, apontando-o ou agindo de outras maneiras com respeito a ele, especificando seu oposto em um nome ou em outra ação, falando ou de outro modo atuando diferentemente na sua ausência e assim por diante (Sidman, 1994, pp.2-3).

A interpretação de Sidman não sofreria de algumas limitações encontradas nas teorias referenciais do significado, visto que as classes de equivalência não se restringem apenas a relações entre palavras e coisas. O referente é o nome usado para o significado quando se fala do significado em termos da relação entre a palavra e um estado de coisas, ou propriedade de um estado de coisas. O termo referente está relacionado à noção de estímulo equivalente. Assim, o significado de uma palavra é o seu referente, ou outras

palavras que participam dessa classe de estímulos equivalentes.

O tratamento de palavras como equivalentes aos seus referentes não é necessariamente desvantajoso ou ilusório. Grandes realizações surgem de nossa habilidade para manipular palavras na ausência de seus referentes e até mesmo manipular palavras que não têm referentes exceto outras palavras (Sidman, 1994, p.7).

Embora Sidman (1994) sugira, em seu livro, a possibilidade da emergência da equivalência a partir de contingências de menos de quatro termos (ao contrário do que afirmava anteriormente), ele continua a tratar o significado como sendo selecionado pelo contexto. Sidman (1994) afirma que o significado das palavras ou outros símbolos muda conforme o contexto. Ao falar em controle contextual, Sidman estaria referindo-se a uma contingência de cinco termos. Assim como um estímulo pode ser (ou não) discriminativo dependendo da presença de um estímulo antecedente (condicional) para produzir reforçamento, um estímulo pode (ou não) ser condicional dependendo da presença de um estímulo antecedente (contextual). Ele parece, portanto, continuar tratando o significado como emergindo através de contingências de quatro termos, sendo que o contexto indicaria o significado em vigor.

Controle contextual não é somente um fenômeno de laboratório. Nós podemos ver exemplos ao nosso redor, alguns particularmente relevantes para relações de equivalência e outros mais gerais. Coisas e eventos em nosso ambiente nos afetam de diferentes modos sob circunstâncias diferentes (...). Com respeito às relações de equivalência em particular, nós todos reconhecemos que condições variáveis podem mudar o significado de palavras e outros símbolos²⁴.... A experiência comum nos informa sobre controle contextual. A observação cotidiana nos diz que coisas,

²⁴ Logo em seguida, Sidman fornece alguns exemplos de controle contextual do significado.

eventos e símbolos podem ser classificados em mais de uma maneira, dependendo do que a situação requer. A comunidade leiga e a profissional ficarão justificadamente descontentes com (e provavelmente desconfiadas) da validade de qualquer formulação comportamental que falhe em levar em conta o controle contextual (Sidman, 1994, p.476).

Segundo Sidman, é a equivalência entre estímulos (palavras, coisas do mundo) que permite que as pessoas comportem-se frente a palavras de uma maneira apropriada, sem ter tido uma experiência direta com uma dada situação. Sidman parece estar colocando as palavras em uma situação de correspondência com coisas do mundo, já que as palavras substituem em alguma medida seus referentes. Sidman parece estar tratando também de uma correspondência que seria comum a falantes e ouvintes, já que o falante ao fornecer um estímulo verbal (p.ex., falado), que seria, para ele, equivalente a um dado estado de coisas do mundo, levaria o ouvinte a agir frente a este estado de coisas somente pelas palavras que lhe foram dirigidas, como se, para ele, estas palavras fossem equivalentes a esse estado de coisas. Sidman parece estar, portanto, tratando de classes de equivalência que seriam comuns a falantes e ouvintes.

Eu estou perfeitamente à vontade com a definição de Skinner para significado como as condições determinantes do comportamento verbal e com suas objeções a “referência” como uma explicação. E, no entanto, parece-me também verdadeiro que “significado”, em pelo menos um de seus sentidos tradicionais – significado semântico – é baseado em um dado real.... O termo “comportamento governado por regra” resume a observação de que com palavras você pode levar as pessoas a fazerem coisas mesmo sem elas terem experienciado as contingências relevantes. Neste sentido, palavras têm significados; elas se referem a coisas, ações e eventos. Como eu *faço* para lidar com essa observação? (Sidman, 1994, pp.562-563)

Neste outro trecho, Sidman indica que a equivalência seria uma maneira das palavras

adquirem significado: “Eu acho que o paradigma da equivalência demonstra uma maneira pela qual os símbolos estabelecem-se como tais, uma maneira por meio da qual as palavras podem vir a ‘significar’ aquilo que elas ‘representam’” (Sidman, 1994, p.563). Quais seriam as outras maneiras pelas quais as palavras viriam a “‘significar’ aquilo que elas ‘representam’”? É possível que estejam relacionadas às formulações por parte de Skinner.

Embora o paradigma da equivalência permita a formação de classes de estímulos que não tenham, necessariamente, um estímulo como parte das coisas do mundo, Sidman parece enfatizar mais as relações que envolvem coisas.

Eu ofereço uma contrapartida comportamental para cada elemento da definição matemática tripartida de uma relação de equivalência. Isto torna disponíveis testes comportamentais que nos permitem determinar em qualquer exemplo específico se a relação que chamamos de “significado” existe entre dois aspectos do ambiente – mas particularmente entre uma palavra e algum outro evento, objeto, ou característica ambiental (Sidman, 1994, p.567).

No trecho abaixo, Sidman afirma que concorda com a visão de Skinner para o significado, sendo que, para Sidman, Skinner não apontou todas as variáveis responsáveis pelo comportamento verbal. Aqui, ele parece sugerir, novamente, que a equivalência poderia ser uma variável.

Eu não atribuo uma existência independente a significados; Eu não dou ao significado qualquer status *explicativo*.... Skinner fez muito para esclarecer essa situação e sua definição de “significado” como as variáveis responsáveis por um discurso é algo que eu, não menos que você, tenho tomado como pressuposto. O que Skinner não fez, e que provavelmente nunca será feito completamente, é identificar todas as variáveis relevantes (Sidman, 1994, p.571).

Sidman afirma que nem todos os casos em que as pessoas falam em significado podem ser explicados como relações de equivalência. Ele não indica, porém, quais seriam

os outros casos e nem quais as outras possibilidades de interpretação.

Em seu artigo de 1997, Sidman (1997) continua a falar em significado, sendo que agora ele vê a equivalência como podendo fornecer informações para o significado como *correspondência*. Sugere também que a equivalência pode auxiliar a compreender os comportamentos tato e autoclítico.

A relação de equivalência, por exemplo, pode ser vista como um substituto rigoroso para o conceito popular de *correspondência* entre palavras e coisas, um conceito que, como Skinner argumentou convincentemente, não é esclarecedor (...). A relação de equivalência não fornece uma teoria de correspondência. O que ela fornece é uma descrição experimentalmente verificável de pelo menos alguns dos fenômenos que levam as pessoas a falar sobre correspondência. Eu acredito que sempre que as pessoas falam sobre *significado* como correspondência, relações de equivalência estão envolvidas (Sidman, 1997, p.144).

Falantes e ouvintes.

Algumas vezes, o interesse de Sidman parece concentrar-se nos aspectos formais da linguagem. As palavras, ou símbolos, são tratados em termos de estímulos aos quais se reage (no caso, um ouvinte reage): “(...) freqüentemente reagimos às palavras e outros símbolos como se eles *fossem* as coisas ou eventos às quais eles se referem.” (Sidman, 1994, p.3). Às vezes, o tratamento formal é bem explícito: “Este tratamento de formas lingüísticas [palavras ou outros símbolos] como equivalentes aos seus referentes (...)” (Sidman, 1994, p.3). Em outros momentos, Sidman aponta como a equivalência contribuiria na produção de comportamentos verbais, o que parece caracterizar a ação de um falante: “Grandes realizações surgem de nossa habilidade para manipular palavras na ausência de seus referentes e até mesmo manipular palavras que não têm referentes exceto outras palavras.” (Sidman, 1994, p.7). Neste trecho em particular, parece se tratar de um ouvinte reagindo verbalmente, agindo como um falante, em relação às palavras.

Ao comentar o artigo de Epstein, Lanza e Skinner (1980), Sidman fala de relações entre aspectos do ambiente (estímulos) controlando o comportamento verbal, sendo que estas relações poderiam ser meramente de condicionalidade ou então de equivalência (no caso dos pombos e dos chimpanzés, Sidman argumenta que era apenas de condicionalidade)

O significado das palavras é a relação de equivalência entre estímulos. Seu interesse sobre o significado parece convergir para como as pessoas compreendem as palavras. Compreender o significado das palavras é tê-las relacionadas por equivalência a outros estímulos. O modo como o mundo está organizado, as relações entre estímulos, afetam os comportamentos de ouvintes, de modo que estes freqüentemente reagem de maneira verbal a estes estímulos. Assim, uma pessoa pede a outra o significado de uma palavra, a pessoa que foi solicitada fornece estímulos que seriam equivalentes àquela palavra (outras palavras, ou apontando um objeto, por exemplo), esclarecendo a qual classe aquela palavra pertence, a primeira pessoa reage, então, a essa palavra, outrora desconhecida, como reagiria frente a outros estímulos da mesma classe.

Sidman parece estar tratando de correspondências entre palavras/símbolos e coisas sem estabelecer distinções entre falantes e ouvintes ou o que está mantendo o comportamento de um e de outro. Parece tratar mais freqüentemente de comportamentos de ouvintes, apesar deste ouvinte também poder ser um falante. Na verdade, Sidman não especifica se trata da distinção falante e ouvinte ao falar sobre o “significado”.

Sidman esclarece também que quando as pessoas falam acerca do significado das palavras estes discursos estariam sob o controle de observações de comportamentos que caracterizariam relações de equivalência: “Quando eu falo sobre ‘referente’ e ‘símbolo’, eu estou me referindo a unidades comportamentais que qualquer um pode facilmente observar.” (Sidman, 1994, p.566). E também: “Eu me aventuro a reivindicar que todas as vezes que falamos sobre palavra-significado-referente, será descoberta existir uma relação

de equivalência entre a palavra e seu referente” (Sidman, 1994, p.566).

Algumas considerações adicionais acerca das propostas de Skinner e Sidman

Uma diferença entre os discursos de Skinner e Sidman é que o primeiro entende o significado como aquilo que explica o comportamento e que deve, portanto, ser encontrado na história de reforçamento, enquanto o segundo trata o significado como relações entre estímulos equivalentes.

A diferença entre os dois fica mais evidente quando Skinner e Sidman discutem o significado das palavras do dicionário. Para Skinner, o dicionário não fornece o significado de uma palavra, ele fornece outras palavras com o mesmo significado; as pessoas já teriam que ir ao dicionário “providas de significados”. Para Sidman, o dicionário fornece o significado da palavra, pois ele indica um estímulo equivalente. Supostamente, esta palavra do dicionário pode, junto com a palavra que está sendo procurada, fazer parte de uma classe de relações de equivalência juntamente com outros estímulos, dentre os quais podem estar coisas, eventos, ou outras palavras.

A questão é que é sempre possível analisar o significado recorrendo à história de reforçamento que produziu o comportamento verbal, enquanto nem sempre é possível explicar o comportamento apelando para significado como classes de equivalência (como o próprio Sidman admite).

Sidman trata o significado (referencial) como sendo relações de equivalência entre estímulos. O contexto determinaria a equivalência em vigor e, portanto, também determinaria o significado de palavras e outros símbolos.

Quando Sidman trata a equivalência, particularmente quando discute “significado”, ele não faz nenhum tipo de distinção entre falante e ouvinte. Ele fala de relações entre estímulos, que podem ser palavras (como estímulos sonoros ou escritos) ou coisas/propriedades de coisas do mundo. Frequentemente, quando trata de palavras (ou outros símbolos quaisquer), parece estar falando destas enquanto estimulações e não como

respostas verbais (palavras “em uso”), enfatizando o aspecto formal. Embora seja possível postular a ocorrência de uma resposta verbal mediadora (como a nomeação) entre um estímulo-palavra e um estado de coisas – e, conseqüentemente, a existência de um falante – Sidman considera a possibilidade real de que esta não seja imprescindível para a ocorrência da equivalência, embora possa facilitá-la. Algumas vezes, a equivalência, conforme tratada por Sidman, parece mais uma questão de como o modo em que o ambiente é organizado afeta o comportamento do ouvinte. Entretanto, este tratamento nem sempre é muito nítido. Às vezes, Sidman refere-se a como a equivalência pode ajudar a compreender a produção do comportamento verbal (então, um falante estaria envolvido) e outras vezes refere-se a como as relações entre estímulos afetam as pessoas (então, um ouvinte estaria envolvido). Um ouvinte poderia, é claro, reagir ao modo como o ambiente está estruturado de uma maneira verbal, atuando como falante. Mas essa distinção entre falante e ouvinte não fica clara em Sidman.

Uma questão que aparece ao longo dos textos apresentados refere-se ao tipo de contingência necessária para se compreender o significado. A contingência tríplice é utilizada por Skinner, embora ocasionalmente pareça tratar de situações complexas de estímulo. A contingência de quatro ou mais termos é utilizada por Sidman; entretanto, as relações treinadas entre estímulos não seriam suficientes para se falar em “significado” ou “comportamento simbólico”; estas relações precisariam ser de equivalência. Para Skinner, contudo, o importante seria caracterizar o significado como aquilo que é responsável na determinação do comportamento verbal, observando as variáveis externas, e não as situações de controle atuais (embora sejam relevantes, não esgotam a análise): a maneira como uma pessoa reage à organização do ambiente, por mais complexa que seja, deve ser sempre explicada olhando-se para as variáveis que colocaram uma resposta de dada topografia sob controle dessas circunstâncias. Ao situar o “significado” de palavras em estímulos equivalentes, Sidman parece estar enfatizando mais aspectos formais e atuais das

respostas (embora esclareça – Sidman, 1994 – que a equivalência não é causa de comportamentos).

Pode-se dizer que Skinner enfatiza a importância na distinção entre falante e ouvinte enquanto em Sidman esta distinção não é clara. Separar as funções de falante e de ouvinte nem sempre é fácil, principalmente porque muitas vezes o falante atua como seu próprio ouvinte. Isso não é uma tarefa impossível, entretanto. A questão é se é importante fazê-lo. Skinner argumenta que é relevante manter esta distinção. Sidman não se manifesta a respeito, mas parece não tratar desta distinção em suas análises. A importância desta distinção para Skinner decorre de sua interpretação de significado como as variáveis determinantes do comportamento, como Sidman trata de significado de uma maneira diferente, talvez essa distinção não seja marcante para ele.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DA SUBSTITUTABILIDADE NA LINGUAGEM: FUNÇÃO E LIMITES.

A discussão sobre a substitutabilidade e o que ela representa para o fenômeno da linguagem aparece tanto em Skinner quanto em Sidman. Este capítulo pretende apresentar em que termos cada um trata a questão da substituição de estímulos. Embora Skinner apresente algumas restrições quanto à substitutabilidade, ele não a descarta de sua análise da linguagem; em particular, ele sugere que a possibilidade de ocorrer substituições garante o surgimento de novos comportamentos. Neste ponto, Sidman e Skinner estariam de acordo. Sidman, entretanto, quando trata o significado enquanto relações de equivalência, dá à substitutabilidade um papel central em suas interpretações da linguagem.

O signo, ou símbolo, e a substitutabilidade em Skinner.

Em 1945, Skinner critica a extensão do princípio do condicionamento respondente na tentativa de falar sobre o “simbolismo”; ele sugere que isso seria uma análise superficial. Skinner argumenta que o princípio do condicionamento respondente apenas se aplicaria a um conjunto restrito de respostas. Portanto, o modo como um signo poderia realmente substituir o seu “referente”, com base neste paradigma, seria possível apenas em casos limitados.

As tentativas de derivar uma função simbólica do princípio de condicionamento (ou associação) têm sido caracterizadas como uma análise muito superficial. Não é simplesmente verdade que um organismo reage a um signo “como faria ao objeto que o signo substitui” (...). Somente em uma área muito limitada (principalmente no caso de respostas autonômicas) é possível considerar o signo como um estímulo substituto simples no sentido pavloviano. A lógica moderna, como uma formalização de linguagens “reais”, retém e amplia esta teoria dualista de significado e dificilmente o psicólogo que reconhece sua própria responsabilidade em fornecer

uma descrição do comportamento verbal pode apelar a esta teoria (Skinner, 1945, pp.270-271).

A aplicação do paradigma do condicionamento respondente à interpretação da linguagem era vista como sendo de utilidade restrita por Skinner. Ele distingue os comportamentos operantes dos respondentes e, para ele, o paradigma do condicionamento respondente (ou pavloviano) poderia apenas explicar como os signos tornam-se estímulos eliciadores condicionados, produzindo as chamadas respostas “emocionais”, em substituição aos estímulos originais. Isso fica mais claro em 1957, onde ele também diz que os comportamentos práticos que se poderia ter em relação às palavras deveriam ser caracterizados como operantes.

Não nos comportamos em relação à palavra “raposa” como nos comportamos em relação a raposas, exceto em um caso limitado. Se temos medo de raposas, o estímulo verbal *raposa*, que ouvimos na presença de raposas reais, evocará uma reação emocional; se estamos caçando, ela criará a condição que chamamos de excitação ou deleite. Possivelmente o comportamento de “ver uma raposa” poderia ser enquadrado na mesma fórmula, como veremos posteriormente. Mas o estímulo verbal *raposa* não leva, devido a um simples condicionamento, a qualquer comportamento prático apropriado a raposas. Ele pode, como Russell diz, levar-nos a olhar ao redor, como o estímulo *lobo* ou *zebra* poderia fazer, mas não olhamos ao redor quando vemos uma raposa, olhamos para a raposa. Somente quando os conceitos de estímulo e resposta são usados muito imprecisamente, o princípio de condicionamento pode servir como um protótipo de simbolização (Skinner, 1957/1992, p.87).

No exemplo acima, Skinner afirma que o comportamento prático que ocorreria na presença da própria raposa seria diferente do que ocorreria frente à palavra “raposa”. O argumento de Skinner parece ser o de que a palavra “raposa” não seria um substituto da

raposa em si porque eles não controlariam a mesma resposta e, portanto, não pertenceriam à mesma classe (funcional) de estímulos. A presença da raposa poderia ser um estímulo discriminativo para certos comportamentos, como olhar em direção a ela, persegui-la ou fugir dela. A ocorrência da palavra verbalizada “raposa” poderia ser uma ocasião para olhar em redor, etc. Na citação abaixo, Skinner também esclarece que quando está falando de comportamento prático em relação a algum estímulo, está referindo-se aos comportamentos de ouvintes.

O comportamento prático do ouvinte com respeito ao estímulo verbal produzido por um tato segue a mesma relação de três termos que foi usada para analisar o comportamento do falante.... O estímulo auditivo *raposa* é a ocasião na qual virar-se e procurar [ao redor] é freqüentemente seguido pelo reforçamento de ver uma raposa. Tecnicamente, o comportamento de virar-se e procurar é um operante discriminado, e não um reflexo condicionado. A diferença é importante. O estímulo verbal *raposa* não é um substituto para uma raposa, mas uma ocasião na qual certas respostas foram, e provavelmente serão, reforçadas por ver uma raposa. O comportamento que é controlado pela própria raposa – olhar em direção a ou perseguir a galope [a raposa] – não pode ser evocado pelo estímulo verbal, e não há, portanto, possibilidade de uma substituição de estímulos como uma analogia de signo ou símbolo (Skinner, 1957/1992, pp.87-88).

O exemplo abaixo segue o mesmo raciocínio:

Quando uma cozinheira tateia um dado estado de coisas com o simples anúncio *Jantar!*, ela cria uma ocasião na qual pode-se sentar à mesa de modo bem sucedido. Mas o ouvinte não se senta, ou come, um estímulo verbal. O tipo de resposta que pode ser feita tanto ao jantar quanto ao estímulo verbal *Jantar!* é exemplificado pela resposta de salivação condicionada de acordo com a fórmula pavloviana. O comportamento prático do ouvinte (cujas conseqüências são, em última instância,

responsáveis pelo desenvolvimento da resposta verbal em primeiro lugar) deve ser formulado como um operante discriminado envolvendo três termos, os dois não fornecendo um paralelo para a noção de símbolo (Skinner, 1957/1992, p.88).

Em 1974, Skinner comenta algo similar. No caso, ele parece estar argumentando que os chamados “signos” ou “símbolos” seriam, na verdade, estímulos discriminativos.

Diz-se freqüentemente que respostas verbais são tomadas pelo ouvinte como signos ou símbolos da situação que elas descrevem, e um tratamento importante tem sido dado aos processos simbólicos (...). Certas condições atmosféricas podem ser um “sinal de chuva”, e respondemos a elas para evitarmos ficar molhados. Geralmente respondemos de uma maneira ligeiramente diferente ao escapar da própria chuva se não tivermos tido nenhum sinal dela de antemão. Podemos dizer a mesma coisa sobre as respostas verbais do meteorologista, que não são um signo ou símbolo mais do que a mudança atmosférica (Skinner, 1974, pp.92-93).

No exemplo acima, as mudanças atmosféricas e as respostas verbais de um meteorologista poderiam funcionar de um modo similar, servindo de ocasião para um ouvinte comportar-se de um modo a se esquivar de ficar molhado (como exemplo, levar um guarda-chuva ao sair de casa). Os comportamentos que ocorreriam na própria chuva seriam diferentes (como exemplo, correr para baixo de um toldo). Para Skinner, as palavras de um meteorologista poderiam funcionar como um estímulo discriminativo tanto quanto certas condições atmosféricas. O argumento parece ser o de que não há necessidade de uma análise especial aplicada para um caso e não para outro. O trecho também parece indicar que os comportamentos que ocorreriam frente a estas mudanças atmosféricas ou às palavras do meteorologista são (ligeiramente) diferentes dos que ocorreriam frente à própria chuva. Assim, faria sentido dizer que estas mudanças atmosféricas e as palavras do meteorologista poderiam pertencer a uma mesma classe funcional de estímulos (um poderia ser “substituído” pelo outro), mas estes dois não substituiriam a própria chuva.

Na verdade, a noção de substituição não é totalmente estranha a Skinner; ela parece estar implícita quando trata de classes funcionais de repostas. Pode-se dizer que a substitutabilidade ocorre como parte de classes funcionais de estímulos; nesse caso, as repostas de uma mesma classe funcional produzem conseqüências similares e poderiam substituir-se mutuamente na produção destas. Em 1989, Skinner afirma: “Quando perguntamos o que alguém disse, pode ser que nos dêem as mesmas palavras (o relato) ou outras palavras tendo o mesmo efeito sobre o ouvinte e que, portanto, ‘dizem a mesma coisa’.” (Skinner, 1989, p.37). Neste mesmo texto, Skinner apresenta um exemplo onde a resposta dada por um porteiro funcionaria como um substituto de uma estimulação visual para uma determinada resposta por parte do ouvinte.

“Se (...) solicitamos um táxi e estamos esperando por ele no vestíbulo [de um hotel], e o porteiro vem e diz *táxi* quando ele chega, isto é um tato, e respondemos a ele como se tivéssemos nós mesmos visto o táxi.... O tato substitui um estímulo discriminativo que controla uma resposta” (Skinner, 1989, p.38).

Este trecho parece diferir de trechos anteriores em alguns aspectos. Em 1957, no exemplo da raposa, Skinner argumenta que alguém dizer “raposa” não poderia substituir a raposa em si porque os comportamentos práticos que alguém poderia ter em relação ao animal seriam diferentes daqueles que poderiam ocorrer em relação à palavra. Em 1989, Skinner parece sugerir que existe a possibilidade de uma palavra dita a um ouvinte vir a substituir um estado de coisas do mundo, como um estímulo discriminativo para uma dada resposta. Entretanto, essa substituição não é vista como explicativa do comportamento verbal. Skinner continua utilizando a contingência tríplice para analisar o comportamento verbal, interpretando o caso como controle discriminativo por estímulos. A substituição não é entendida como podendo suprir um “significado” para o ouvinte ou para o falante. Para se entender esta substituição é necessário recorrer às contingências de reforçamento, assim, ela não é explicativa e sim explicada.

A substituição e a novidade comportamental em Skinner.

A substituição é tratada por Skinner em alguns momentos como algo que poderia ajudar na produção de novos comportamentos verbais. Skinner (1957/1992) comenta como – através de arranjos mecânicos – resultados, registros ou traços de respostas verbais poderiam ser substituídos por outras partes equivalentes (no caso, funcionalmente equivalentes).

A manipulação produtiva de respostas verbais é ilustrada pela substituição de termos. Se palavras são escritas em pedaços de papel, e se os pedaços que podem substituir-se mutuamente são assim marcados, então o ato de substituição consiste simplesmente em remover um pedaço e repor um substituto admissível. Riscar um conjunto de marcas em uma folha de papel e anotar outro conjunto é um exemplo mais comum. Mesmo quando o ato é mais difícil de ser observado, ele presumivelmente ocorre pelas mesmas razões e com as mesmas conseqüências. Outros exemplos de manipulação de respostas verbais consistem em escrever uma expressão “em uma estrutura lógica equivalente”, transpondo, removendo frações, e introduzindo valores em uma equação (Skinner, 1957/1992, pp.423-424).

Essa manipulação de respostas poderia, aproveitando-se da estrutura na qual um comportamento verbal se apresenta, dar origem a um novo comportamento verbal. Observe-se que Skinner relaciona a substituição com a estrutura. A novidade comportamental poderia estar relacionada, também, a regras para a substituição de partes do discurso.

Muitos problemas na semântica e na lógica dedutiva estão relacionados com regras para a substituição de termos. Isto é óbvio nas discussões de sinonímia, mas muitos outros tipos de respostas – autoclíticos quantificadores, por exemplo – também podem simplesmente especificar substitutabilidade.... *Todos os camundongos são mamíferos* não pode ser um tato, visto que ninguém nunca observou “*todos os*

camundongos”. Enfatizar a função autoclítica pela tradução *Sempre que você puder dizer “camundongo”, você pode dizer “mamífero”* não resolve o problema, visto que ninguém observou todos os casos em que se diz *camundongo*. Em vez disso, a resposta é construída a partir das definições de *camundongo* e *mamífero* e de uma regra unilateral para a substituição derivada destas [definições] (Skinner, 1957/1992, p.424).

Ou então:

“A construção de novo material verbal é habitualmente descrita por autoclíticos apropriados. Estes incluem comentários literais como *substituindo* ou *transpondo* bem como mandos explícitos sobre o ouvinte para engajar-se em uma ação particular (*Considere x igual ao número de tijolos que um homem pode colocar em um dia*).” (Skinner, 1957/1992, p.425)

Em outro momento, ele fala sobre uma regra de substituição podendo indicar a função discriminativa de um estímulo (substituindo um outro estímulo):

A auto-suplementação verbal possui um papel importante na tomada de decisão. Um homem escapa de uma indecisão aversiva atirando uma moeda [para o ar]. Tendo estabelecido a substitutabilidade de *Cara* por *Vá!* e de *Coroa* por *Fique!*, ele constrói um ou outro destes textos (atirando a moeda ao ar), ele a lê, faz a substituição apropriada, e responde ao mando resultante (Skinner, 1957/1992, pp.442-443).

Em um artigo de 1959, Skinner comenta alguns casos envolvendo substituição de partes de textos e a conseqüente produção de novos comportamentos:

O estudante pode emitir uma resposta pela primeira vez como o resultado de um processo de construção. Assim, ao aprender o vocabulário sistemático da química, ele pode emitir a resposta pentacloroeto de fósforo pela primeira vez combinando mecanicamente raízes e afixos sob controle dos símbolos PCl_5 .” (Skinner, 1959, p.65)

A aprendizagem de palavras envolvendo o controle de respostas verbais por partes menores poderia dar origem a uma transferência a outras situações, às quais um aluno não foi diretamente exposto. Colocando determinados prefixos gregos, como mono-, di-, tri-, tetra-, penta-, “sob o controle de aspectos numéricos de estímulos verbais e não-verbais” (Skinner, 1959, p.67), estas respostas verbais podem ser transferidas para situações novas recombina-se com outras partes e dando origem a novos comportamentos.

O estudante pode então completar expressões familiares e, posteriormente, não-familiares substituindo os prefixos gregos (...) como em “a construção de cinco lados em Washington, usada pelo Exército, é chamada de -----gono”, ou “Quem tem a prática de possuir somente uma esposa ou esposo é chamado de -----gamo”, ou “Um verso de poesia de seis pés é chamado de -----metro”. De tal material geral o estudante pode então ser transferido para uma aplicação específica – como sendo solicitado a compor os nomes técnicos para compostos químicos indicados com símbolos (“CF₄ é -----fluoreto de carbono”) ou a escrever os símbolos para nomes compostos, “Octafluoreto de ósmio é escrito -----” (Skinner, 1959, pp.67-68).

A ocorrência da substitutabilidade em Skinner.

A discussão sobre a substitutabilidade não é estranha a Skinner. Ele trata do assunto em contextos diferentes: um estímulo condicionado (uma palavra, por exemplo) pode substituir um estímulo incondicionado e eliciar um comportamento; respostas que produzam conseqüências similares fazem parte de uma mesma classe funcional e podem substituir-se em suas funções; a substituição pode ocorrer como parte de uma estrutura comportamental onde partes desta cedem lugar a outras partes, dando origem a comportamentos novos.

Entretanto, a substituição nunca é tratada como oferecendo uma explicação para o comportamento verbal. Embora Skinner tenha utilizado o termo, a substituição não é central para as análises que Skinner faz acerca do uso de “significado” ou “referência”.

Sidman e o papel da substitutabilidade na linguagem.

A substitutabilidade é estudada por Sidman através de um procedimento de pareamento de acordo com o modelo. Quando trata da equivalência de estímulos, a substitutabilidade deriva de suas observações experimentais de que estímulos podem ter suas funções (modelo/comparação) partilhadas entre si sem que estas novas relações tenham sido especificamente treinadas.

Em um desempenho de pareamento de acordo com o modelo [“matching-to-sample”], cada estímulo de comparação e o modelo ao qual ele é pareado tornam-se um par de estímulos equivalentes. Eles tornam-se substituíveis uns pelos outros, como está implicado pelo termo “pareamento” [“matching”] (Sidman, 1977, p.355).

Segundo Sidman, os membros de uma classe de equivalência são substituíveis entre si: “Estímulos equivalentes são por definição substituíveis uns pelos outros.” (Sidman, 1977, pp.355-356). A substitutabilidade entre estímulos permitiria falar que estes fornecem o significado um do outro. Mesmo sendo arbitrários entre si (não possuindo similaridade física), determinados estímulos poderiam tornar-se membros de uma mesma classe.

Quando relações condicionais possuem as três propriedades definidoras das relações de equivalência, os estímulos que foram relacionados uns aos outros tornam-se membros equivalentes de uma classe.... A formação de tais classes permite-nos dizer que um número e um nome tem o mesmo significado, ou que um é o significado do outro (Sidman, 1986, pp.231, 233).

Em 1990, Sidman indica o mesmo, argumentado que a equivalência (o fato dos estímulos poderem substituir-se) é que permite falar em símbolo ou significado.

Estímulos arbitrários, de um mesma modalidade ou de modalidades diferentes (estímulos sonoros, visuais, etc.), poderiam tornar-se equivalentes, sendo substituíveis entre si. Isso seria importante, segundo Sidman, para se entender como as pessoas poderiam reagir às palavras comportando-se frente ao mundo de maneiras apropriadas. Em

1992, Sidman explicita algumas situações cotidianas que seriam beneficiadas por essa substitutabilidade.

(...) é quando classes de equivalência existem que as pessoas dizem tais coisas como “numerais são símbolos para quantidades”, “números são os referentes de nomes de números”, ou “dois significa two”. As relações de equivalência nos tornam possíveis manipular numerais em um papel e desse modo determinar o número de caixas que deverão ir para um caminhão, dirigir em uma localidade estranha consultando um mapa, adquirir itens específicos em uma loja após dar uma olhada em uma lista de compras, operar um computador após ler um manual, ou ensinar uma pessoa qualquer coisa somente dando instruções. Com os procedimentos delineados acima, estas afirmações teóricas são agora diretamente testáveis (Sidman, 1992, p.20).

Em 1994, Sidman indica outros exemplos onde a substitutabilidade entre os estímulos poderia ajudar a explicar fenômenos cotidianos. Argumenta também que a substitutabilidade entre estímulos permitiria que as pessoas falassem sobre determinadas coisas na ausência destas. Isto seria possível porque, embora ausentes, os estímulos originais poderiam ser substituídos por outros estímulos presentes.

Este tratamento de formas lingüísticas como equivalentes aos seus referentes permite-nos ouvir e ler com compreensão, resolver problemas na ausência [destes referentes], instruir outros por meio da fala ou texto, planejar adiante, armazenar informação para uso no futuro e a pensar abstratamente – todos estes por meios de palavras que são faladas, escritas ou pensadas na ausência das coisas e eventos às quais elas se referem (Sidman, 1994, p.3).

A substitutabilidade seria central no que diz respeito a falar sobre correspondências entre palavras e coisas (Sidman, 1997). Observa-se que Sidman, ao tratar o significado como a própria substitutabilidade existente nas relações entre estímulos, dá a esta substituição um papel importante na linguagem.

A substituição e as classes de estímulos em Sidman.

Sidman esclarece que os membros de uma classe de estímulos são substituíveis em alguns aspectos, mas em outros não. Estes estímulos possuem algumas propriedades em comum e que os tornam substituíveis uns pelos outros.

Para mim, uma das mais fascinantes observações é que nós freqüentemente reagimos às palavras e outros símbolos como se eles *fossem* as coisas ou eventos às quais eles se referem. Mesmo que nós não tratemos a palavra e seu referente como iguais em todos os aspectos, nós atribuímos algumas das mesmas propriedades a ambos (Sidman, 1994, p.3).

Os estímulos de uma mesma classe seriam substituíveis no que diz respeito às propriedades que são comuns a estes estímulos. Assim, eles são substituíveis apenas no que diz respeito às características compartilhadas entre si e que os tornam membros da mesma classe.

Qualquer classe é definida por uma ou mais características que são comuns a todos os seus elementos. Membros de uma classe devem, por definição, ser substituíveis uns pelos outros. Entretanto, eles são substituíveis apenas no que diz respeito às propriedades que definem a classe – a base para a partição. Membros de uma classe que é definida, digamos, pela cor vermelha, não necessitam ser iguais em qualquer outro aspecto; objetos que são vermelhos são mais prováveis de diferirem uns dos outros na forma, no tamanho e muitas outras propriedades. Sem as características comuns, contudo, a classe não existe – não pode ser definida. Dizer que os membros de uma classe diferem em relação [uns aos outros], então, ou é uma contradição de termos ou deve se referir às diferenças em características outras que aquelas que definem a classe (Sidman, 1994, p.543).

Isso quer dizer que freqüentemente não se pode responder a um estímulo de todas as maneiras possíveis que se responderia a outros. Não se pode comer a palavra pão, nem

tampouco apagar um pedaço de pão com uma borracha, por exemplo.

Assim como a substitutabilidade entre estímulos poderia estar relacionada a muitos comportamentos produtivos, ela também poderia dar origem a comportamentos aparentemente estranhos: “(...) a substituição de palavras e outros símbolos pelos seus referentes pode causar alguma conduta extraordinária, até mesmo bizarra.” (Sidman, 1994, p.3). Sidman fornece dois casos, baseados em fatos reais, para exemplificar isto. O primeiro, refere-se a algumas pessoas, nos Estados Unidos, que fizeram protestos queimando a bandeira do país. Segundo Sidman, as pessoas reagiram a isto como se as próprias instituições americanas, o sistema de governo, tivessem sido atacados. O outro exemplo diz respeito a cidadãos russos que atacaram uma estátua de Lênin, como se fosse o próprio Lênin. Sidman (1994) comenta que “A estátua, obviamente, não estava viva – não era o próprio Lênin – mas ainda assim, as pessoas estavam tentando matá-la.” (p.4). Estes casos exemplificariam, de acordo com Sidman, a substitutabilidade que pode existir entre estímulos. Aparentemente, quando Sidman dá estes exemplos, ele não distingue entre os tipos de classes de estímulos. O caso da estátua, por exemplo, não exemplifica uma equivalência entre estímulos arbitrários, visto que a estátua do Lênin apresentaria similaridade física com a pessoa do Lênin.

A equivalência é investigada a partir de um procedimento de pareamento ao modelo e fornece dados de como estímulos podem substituir-se em suas funções de modelo/comparação. Com um treino prévio em algumas relações, outras relações se derivariam destas, mesmo sem um treino direto. Neste procedimento experimental, fica claro qual é a função que está sendo substituída por qual estímulo. Nos exemplos acima fica mais difícil determinar em que termos houve substituição de estímulos. Em quais aspectos a bandeira e a nação pertencem a uma mesma classe de equivalência? Como o próprio Sidman indica, os estímulos não precisam ser equivalentes em todos os aspectos, apenas naqueles que são a base para a constituição da classe. Qual é a base para a

constituição da classe da qual participam a bandeira e a nação/governo? Não se trata de questionar a possibilidade de ocorrerem substituições, pois o procedimento experimental demonstra isso com clareza. Trata-se de indagar em que medida pode-se estender essa noção de substitutabilidade a situações como a da bandeira.

Em outro momento, Sidman comenta que os símbolos poderiam produzir dor, como se de fato estivessem “ferindo” as pessoas. “O tratamento dos símbolos da linguagem como se eles fossem as coisas que eles representam está tão fortemente e profundamente estabelecido que nós freqüentemente reagimos a palavras com sentimentos de dor, e usamos palavras para infligir dor.” (Sidman, 1994, p.4)

Este é um tipo de exemplo que Skinner explicaria com base no condicionamento respondente, sendo que as palavras seriam estímulos condicionados que eliciaram certas respostas emocionais em substituição aos estímulos originais. Skinner concordaria que as palavras poderiam substituir certos eventos aversivos e produzir dor, embora tratasse isso como um comportamento respondente e não um comportamento operante.

Em outro momento, Sidman exemplifica a equivalência falando de como, em sua estadia no Brasil, reagiu a uma certa quantia da moeda brasileira como se correspondesse a um dólar, com base no que ele havia visto impresso (talvez se referindo a uma lista de câmbio). O outro exemplo, relaciona-se a um novo comportamento derivado da aprendizagem de outros comportamentos.

No caso mais simples, uma palavra torna-se equivalente à “coisa que representa”. É por isso que as pessoas chamam as palavras de “símbolos”. Quando eu estive no Brasil a última vez, eu reagi a 10.000 cruzeiros – que eu havia visto antes apenas como um termo impresso – como eu reagiria, em geral, a uma nota de um dólar. Meu neto, a quem ensinei somente a parear uma figura de uma vaca à palavra escrita vaca, agora diz “mu” quando vê a palavra [vaca], mesmo que ele nunca tenha feito isso antes (Sidman, 1994, p.563).

A substitutabilidade parece ser tratada por Sidman como sendo central na compreensão do significado, visto como correspondência entre palavras (ou outros signos) e um estado de coisas do mundo (Sidman, 1997). A substituição não precisa, entretanto, limitar-se a relações entre palavras e objetos ou eventos do mundo; pode ocorrer entre palavras, por exemplo. Em Sidman, a substitutabilidade estaria relacionada a novos comportamentos e à possibilidade de relações entre estímulos.

A substitutabilidade em Skinner e em Sidman.

Tanto Skinner quanto Sidman tratam, de alguma maneira, da substituição como podendo ocorrer na linguagem, inclusive dando origem a novos comportamentos. Sidman trata, contudo, da possibilidade de ocorrerem substituições sem a presença de respostas mediadoras entre estímulos (como nas classes funcionais), no que se diferenciaria de Skinner.

Outra distinção, entre os dois autores, refere-se ao papel que esta substituição teria na compreensão do uso que as pessoas fazem de termos como “significado”. Embora Skinner trate de algumas situações onde a substituição ocorra, esta não explicaria o comportamento verbal, tendo-se sempre que reportar às contingências de reforçamento para explicar o comportamento. Os processos “mecânicos” através dos quais os termos poderiam ser substituíveis deveriam ter sido aprendidos de alguma maneira antes, através do contato com as estruturas do comportamento; esta estrutura não explicaria o comportamento, ela deveria ser explicada a partir de contingências de reforçamento. O papel que Sidman dá a esta substitutabilidade parece ser central no que se refere à possibilidade de se poder reagir apropriadamente às coisas do mundo a partir do contato com as palavras; os símbolos efetivamente substituiriam as coisas do mundo e o significado dos símbolos, enquanto uma correspondência, dependeria disto.

Tratar sobre a substitutabilidade entre estímulos como base para a noção de significado é problemática porque leva as pessoas a procurarem um estímulo equivalente e

não as contingências de reforçamento responsáveis pelo comportamento verbal. Embora isso possa ser suficiente em várias situações, principalmente no cotidiano, onde se procuram os sinônimos para as palavras, uma análise do comportamento verbal deve ser comprometida em descobrir as variáveis que explicam esse comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, neste capítulo, abordar algumas questões que aparecem na literatura da análise do comportamento acerca da equivalência e sua relação com a proposta de Skinner. Em seguida, segue-se um breve sumário sobre o que foi tratado ao longo da dissertação com algumas considerações adicionais.

Existem inúmeros trabalhos abordando a equivalência de estímulos. Nem sempre, porém, estes estudos relacionam a equivalência com a proposta skinneriana de comportamento verbal. Dentre esses trabalhos, existem alguns posicionamentos como: os que procuram combinar as análises da equivalência com as análises skinnerianas, os que tomam a equivalência como o estudo de um fenômeno já antevisto por Skinner, ou então os que criticam a equivalência como se afastando da tradição da AEC. Serão apresentadas, abaixo, algumas interpretações oferecidas por alguns analistas do comportamento acerca da questão.

Catania (1998) trata a equivalência como fornecendo novos subsídios para a análise do comportamento verbal, tomando aquela como complementar a esta. Esta complementariedade não se daria, contudo, sem envolver algumas modificações nas análises de Skinner - por exemplo, o modo como Catania trata o significado difere do de Skinner.

Stemmer (1995) vê a equivalência como um efeito de transferência no qual Skinner estava interessado. Para ele, a equivalência seria propícia para explicar como uma pessoa, tendo aprendido palavras como ouvinte possa ter passado a usá-las como falante, ou vice-versa. “A equivalência de estímulos também tem um papel importante no comportamento verbal (...) quando ela gera os efeitos de transferência que capacitam um ouvinte de uma linguagem a também tornar-se falante da linguagem” (Stemmer, 1995, p.361). É possível que a equivalência auxilie nas interpretações de alguns fenômenos que Skinner estivesse interessado, mas isso não significa que a equivalência, com todos os seus desdobramentos,

tenham sido antevistos por Skinner, como Stemmer (1995) pode querer por vezes indicar.

Hall & Chase (1991) parecem tratar a equivalência como podendo ser interpretada sem que se recorra a princípios novos. Segundo eles, todos os casos de equivalência podem ser, aparentemente, interpretados como comportamentos verbais. Ribeiro (1995) segue um raciocínio similar ao de Hall & Chase (1991), mas parece ir além, ao sugerir que o tipo de análise favorecida pela equivalência se afasta da tradição da Análise do Comportamento, tomando o comportamento verbal como se fosse uma “coisa”.

Certamente, Skinner tenta lidar com o surgimento de novos comportamentos. Ele o faz quando, por exemplo, sugere que a recombinação de unidades mínimas do comportamento verbal ou os quadros autoclíticos podem explicar o aparecimento de novos comportamentos (Skinner, 1957/1992). Contudo, essa questão não é tratada por Skinner de maneira sistemática e, principalmente, de maneira empírica. Ainda que Skinner procure lidar com o surgimento de novos comportamentos verbais, ele ainda o trata de maneira incipiente. A área da equivalência forneceu à Análise Experimental do Comportamento uma maneira de se estudar comportamentos novos de um modo original.

O fato de Skinner não se haver manifestado categoricamente acerca da área da equivalência, apesar de sua contemporaneidade com essas pesquisas, pode ter favorecido uma certa confusão dentro da comunidade científica dos analistas do comportamento de como os dados desta área deveriam ser analisados à luz da teoria comportamental já existente, especialmente em relação ao comportamento verbal. Contudo, o silêncio de Skinner acerca da questão pode ser de certa maneira revelador: não se pronunciar acerca de uma área de estudo que crescia dentro da tradição empírica que ele mesmo fundou parece ser mais um posicionamento de discordância do que de concordância. Isto é, contudo, apenas uma especulação. Skinner não viveu, contudo, para avaliar algumas mudanças que Sidman efetuou ao longo dos últimos anos.

Freqüentemente, as críticas feitas à equivalência de estímulos parecem envolver a

questão da origem dela. De maneira geral, parte-se de uma constatação de que o fenômeno do qual a área da equivalência se ocupa é relevante. A maneira com que este fenômeno é interpretado e a aplicação desta noção à linguagem são, contudo, objetos de controvérsias. Alguns autores sugerem a possibilidade da equivalência ser um retorno às concepções tradicionais de linguagem (De Rose, 1994; Ribeiro, 1995), em especial, uma concepção de significado como referência²⁵. Ribeiro (1995) argumenta que Sidman se aproxima de concepções tradicionais da linguagem, vistas como “referência” e uso de palavras. De Rose (1994) também aponta a possibilidade das análises de Sidman serem um retorno a uma teoria referencial do significado. É necessário salientar, contudo, que estes artigos não tomam como base o livro de Sidman (1994). Neste livro, Sidman é um pouco mais claro ao abordar o que entende por “significado” e “referência”.

Embora De Rose (1994) aponte que a problemática envolvida pela equivalência pode ser um retorno a uma teoria referencial do significado, em um artigo mais recente, De Rose, Souza & Hanna, (1996) utilizam tanto as análises de Skinner quanto as de Sidman, sem comentar, contudo, sobre a relação da equivalência com as teorias do significado, até porque esse não era o objetivo do trabalho. Entretanto, este trabalho é um bom exemplo da aplicabilidade da equivalência a problemas relacionados à linguagem e da possibilidade de um uso em conjunto com a teoria do comportamento verbal de Skinner.

Uma discussão de como as pesquisas em equivalência podem afetar a teoria skinneriana de comportamento verbal é feita por Hayes e Wilson (1993), em relação ao operante verbal tato. Estes autores fornecem o seguinte exemplo: Se uma criança é

²⁵ Hayes (1991) argumenta que, apesar das críticas de Skinner à noção de referência, esta estaria implícita, contudo, nas análises skinnerianas do comportamento governado por regras. Afirma, com base nisso, que a referência, devidamente interpretada dentro da análise do comportamento, seria tão importante que seria imprescindível a uma análise do comportamento verbal. Não cabe aqui expor todos os argumentos oferecidos por Hayes; entretanto, é bom observar que, tentar argumentar em favor da referência (mesmo traduzida para uma linguagem da análise do comportamento) não implicaria, necessariamente, em defender que o significado é encontrado em um referente da palavra.

ensinada a falar “cachorro” na presença da palavra escrita “cachorro” (relação A-B) e depois é ensinada a apontar para um cachorro na presença da palavra escrita “cachorro” (relação A-C), ela poderia ser capaz de, na presença do cachorro, falar “cachorro” (relação B-C)? Hayes e Wilson argumentam que, se ela fosse capaz de fazê-lo, isso seria um exemplo de equivalência, entretanto, isso não se caracterizaria como um tato porque a verbalização da criança não teria sido ensinada diretamente, tendo surgido indiretamente através do treino de outras relações. Segundo Hayes e Wilson (1993) isso demonstraria uma fraqueza na teoria skinneriana do comportamento verbal. Estes autores propõem que mudanças radicais deveriam ser efetuadas na própria definição de comportamento verbal. Acerca do exemplo fornecido e das conclusões de ambos os autores cabe fazer alguns comentários: primeiro, se o exemplo dado é um caso de equivalência, ela é uma equivalência funcional, com uma resposta mediadora em comum, o que não seria estranho às análises de Skinner; segundo, se existe a possibilidade de ocorrer um comportamento novo (o que é possível), baseado em treinos de relações anteriores e que são estudados na área da equivalência, isso pode indicar que a relação de tato pode beneficiar-se destes estudos e que precise de uma reformulação em sua definição que leve em conta esses comportamentos novos. Isso não implicaria, necessariamente, que o conceito de tato seja ineficaz. Não se pretende aqui, fazer uma exposição detalhada da proposta destes autores, até porque ela mereceria um tratamento igual ao dado a Skinner e a Sidman. Entretanto, suas observações sobre a importância de utilizar-se do conhecimento gerado pelas pesquisas em equivalência para se pensar sobre a natureza do tato são interessantes e merecem atenção.

Ainda relacionado à noção de referência e ao operante verbal tato, existe um outro aspecto que merece reflexão. Garrett (1984) argumenta, ao comentar o artigo de Skinner (1945) publicado novamente em 1984 na revista *The Behavioral and Brain Sciences*, que, apesar de Skinner discutir a noção de referência como algo relativo ao tato, esta referência

(uma “resposta referencial”) pode aparecer em outros comportamentos verbais, como o ecóico e o intraverbal. Garrett indica, como exemplo, uma mulher que liga para o marido e o informa que “um gambá entrou no porão”, e o marido (após atender a chamada) diz para a sua secretária que “um gambá entrou no porão” da casa: o comportamento verbal da esposa é um tato e o do marido, ao repetir o que a mulher disse, é um ecóico; entretanto, afirma Garrett, ambos estão referindo-se ao gambá. Em seguida, Garrett oferece um exemplo similar, só que desta vez o marido comporta-se intraverbalmente, utilizando sinônimos para “gambá” e para “porão”, e Garrett afirma que, novamente, tanto a mulher quanto o marido estariam referindo-se ao mesmo gambá. Garrett (1984) conclui, através destes exemplos, que

“(…) os referentes de [comportamentos] intraverbais e ecóicos são os mesmos que os referentes dos tatos para os quais eles podem ser traçados. Visto que o referente, ou algum objeto ou evento causalmente ligado com o referente, é responsável pelo tato e o tato por sua vez é responsável pelo ecóico ou o intraverbal, o referente, ou algum objeto ou evento causalmente ligado com ele, é, afinal de contas, responsável pelo ecóico e textual também.” (Garrett, 1984, p.557).

Em sua réplica a este comentário, Skinner (1984b) afirma que “A análise de Garrett da função de referência do comportamento intraverbal e ecóico é (...) útil” (p.575)²⁶. O comentário de Garrett assemelha-se ao que Skinner afirma de forma quase casual em 1957, quando diz que a ligação entre o comportamento verbal sob controle de um estado relevante de coisas pode ser simplesmente “mais longa quando o comportamento do falante é controlado pelo comportamento verbal de outra pessoa” (Skinner, 1957/1992, p.89). Com isso, Skinner parece reconhecer que comportamentos como o intraverbal e o

²⁶ Este texto não foi selecionado entre as obras fichadas por não atender aos critérios adotados no método. Entretanto, ele aparece aqui por Skinner reconhecer a análise de Garrett e também para introduzir um assunto indicado brevemente por Skinner no livro “O comportamento verbal” (1957/1992) como se verá em seguida.

ecóico podem estar “vinculados” a “referentes”. Entretanto, Skinner nunca tratou da questão com profundidade, talvez por não achar que a noção de referência fosse imprescindível para uma análise do comportamento verbal, apesar de utilizar-se deste termo várias vezes. A questão aqui, contudo, é que a equivalência poderia ser vista como uma maneira resumida de se estudar esta “ligação mais longa”. Entretanto, deve-se levar em conta que, para Skinner, a referência continua sendo uma questão de controle de estímulos e ela não é identificada como sendo o significado (significado referencial).

Em relação a Sidman, especificamente, restam ainda alguns comentários adicionais, em parte baseados em Baptista (2000). Sobre o exemplo dado por Sidman (1994), acerca do ataque à estátua de Lênin, Baptista (2000) o interpreta da seguinte maneira:

Lenine [sic] já tinha morrido muito antes da queda do regime. Contudo, permanecia, enquanto representado por sua estátua, como se fosse um membro vivo, na mesma classe de equivalência que envolvia o regime que ele tinha inaugurado. O símbolo “estátua” tinha em Lenine o seu referente. Igualmente, tinha um outro referente, o regime. Lenine era o significado da estátua. O regime também o era. Daí que depredar a estátua era um ato realizado como se fosse “matar” o líder e impedir o retorno do regime. (Baptista, 2000)

Isso incluiria na mesma classe de equivalência: 1) a estátua de Lênin; 2) o próprio Lênin; e 3) o regime inaugurado por ele. Embora os dois primeiros não sejam estímulos arbitrários (pois possuem propriedades físicas em comum), o terceiro exemplo é um estímulo arbitrário em relação aos dois anteriores. Isso bastaria para que este exemplo fosse considerado como uma relação de equivalência, necessitando de princípios novos? Talvez, mas retome-se a discussão feita anteriormente no capítulo 3, onde argumentou-se que este não seria um bom exemplo de uma equivalência entre estímulos, conforme sugerido por Sidman. Obviamente, se dois estímulos que apresentam similaridade física controlam a mesma resposta, pode-se dizer que são “equivalentes”, mas não seria preciso,

necessariamente, dispor de princípios “novos” para explicar isto: poderia ser, meramente, um caso de generalização de estímulos. Mas o povo que atacou a estátua nunca teve oportunidade de fazê-lo diretamente ao próprio Lênin; este era um comportamento *novo*. Como relacionar isso com o conceito de generalização, visto que “é incorreto dizer que uma pessoa generaliza entre estímulos porque eles são semelhantes. Pelo contrário, eles são semelhantes porque controlam os mesmos comportamentos, isto é, porque uma pessoa reage de modo igual diante desses estímulos” (Matos, 1981). Visto desta maneira, como explicar a reação que as pessoas tiveram em relação à estátua, mesmo ela apresentando similaridade física com o Lênin? Uma solução possível é a de afirmar que tenha ocorrido uma resposta de nomeação para a estátua e que também ocorria para Lênin e/ou para fotos de Lênin e isso poderia ser suficiente para incluir ambos em uma mesma classe, através de uma generalização. Será que isso é suficiente para explicar a reação do povo à estátua? Estaria o povo atacando a estátua para “matar” o regime ou o povo estaria eliminando um estímulo aversivo, que também controlava discriminativamente respostas como “falar ou pensar sobre o regime repressor” (relacionados ao “lembrar”)? Não se pretende dar aqui uma resposta final a esta questão. Não se trata de questionar a relevância dos estudos de equivalência ou sua aplicabilidade à linguagem, mas de indagar o seguinte: mesmo que este caso fosse um exemplo de equivalência, o que justifica tratá-lo em termos de “significado” ou “referência”?

Um sumário das posições de Skinner e Sidman acerca do significado e comentários adicionais.

Skinner pretende elaborar uma análise que seja explicativa da totalidade do comportamento verbal e que não esteja comprometida com uma concepção internalista ou estruturalista do comportamento. Em contraposição a visões tradicionais, Skinner propõe uma análise funcional do comportamento verbal.

Dentro da concepção tradicional, o “significado” é visto como relacionado àquilo

que *explica* o comportamento verbal. Levando isso em conta, Skinner argumenta que o “significado” do comportamento verbal (ou de qualquer outro comportamento) está nas variáveis que controlam o comportamento. Estas variáveis estão presentes na atualidade, na manutenção do comportamento, e esse controle atual depende de contingências passadas, históricas, que o tenham estabelecido. Skinner indica a direção para onde se deve olhar ao tentar explicar o comportamento verbal: as variáveis externas das quais o comportamento é função.

Diferentemente de Skinner, Sidman elabora uma concepção de “significado” que não o toma como explicativo do comportamento. Embora Sidman afirme concordar com a interpretação skinneriana de analisar o significado como as variáveis que determinam o comportamento, ele elabora uma noção de significado a partir de suas considerações sobre a equivalência de estímulos: o uso do termo significado não explica nada, é apenas uma maneira de resumir um conjunto de observações acerca do comportamento (Sidman, 1994). O significado é tratado como relações de equivalência entre estímulos, indagar sobre o significado de uma palavra é indagar sobre um estímulo equivalente.

Tanto Skinner quanto Sidman reconhecem que no cotidiano é comum indagar sobre o significado e ter acesso a um estímulo “equivalente” (um sinônimo) como resposta. Skinner sugere que fornecer sinônimos ou parafrasear palavras não se constitui no significado de palavras pois não são explicativos. Sidman, por outro lado, argumenta que existem muitos significados para a palavra “significado” e que, no cotidiano, “dar o significado” consiste em indicar um estímulo equivalente, como por exemplo, indicar o correspondente não-verbal de uma palavra. Sidman relaciona este tipo de uso de “significado” com o trabalho que desenvolveu na área da equivalência e propõe que quando as pessoas falam acerca do significado neste sentido, existiriam relações de equivalência envolvidas entre os estímulos. Ao contrário de Skinner, Sidman (1994) não tem nenhuma pretensão de situar suas análises em relação às concepções tradicionais da

linguagem, em especial sobre o significado. Apenas trata de esclarecer que não toma significado como uma entidade independente e explicativa do comportamento. Sidman (1997) considera que os trabalhos que desenvolveu na área da equivalência são propícios para analisar exatamente os fenômenos que estão em jogo quando as pessoas falam acerca do significado como correspondência. Sidman desenvolveu uma maneira de verificar empiricamente se as pessoas “compreenderam” realmente o “significado” de palavras, avaliando os desempenhos das pessoas em situações de “pareamento de acordo com o modelo”. Ao tratar de significado deste modo, Sidman afasta-se da maneira tradicional de discutir significado; entretanto, utilizando-se dos termos “significado” e “referência” do modo como faz, identificando o “significado” com o “referente”, Sidman compromete-se com uma concepção que foi alvo de inúmeras críticas dentro da lingüística. Sobre este aspecto, Marr (1991) comenta: “O conceito de referência como significado não tem sido defendido desde, pelo menos, o segundo Wittgenstein, por muitos daqueles que se auto-intitulam lingüistas ou, mais recentemente, psico-lingüistas” (p.17). Apesar de Sidman (1994) esclarecer que os termos “significado” e “referência” não são conceitos-chave dentro de suas análises, seria interessante averiguar a repercussão destes conceitos entre analistas do comportamento. A utilização destes termos pode dar a falsa impressão de que houve um intercâmbio ou um diálogo com a Lingüística por parte de Sidman, o que não é verdade.

As análises de Sidman parecem ser explicativas das circunstâncias nas quais há substitutabilidade de estímulos no comportamento verbal (em relações de *tato*, por exemplo). Aparentemente, a equivalência poderia ser aplicada a vários casos de comportamentos verbais, mas não necessariamente todos. Por exemplo, um comportamento *textual*, conforme Skinner, é um comportamento verbal sob controle de estímulos escritos ou impressos, mas não implica necessariamente uma “compreensão de leitura”, como na concepção de Sidman: o comportamento textual poderia simplesmente

envolver uma mera verbalização apropriada frente aos estímulos, sem a ocorrência de outros desempenhos que indicariam uma equivalência de estímulos. Nem todo exemplo de comportamento verbal precisaria, necessariamente, ter um “significado” (um estímulo equivalente) conforme a concepção de Sidman. Portanto, a noção de “significado”, vista como relações de equivalência, não seria aplicável a todas as instâncias de comportamento verbal, embora seja possível aplicar a noção de “significado”, vista como as variáveis que determinam o comportamento (contingências de reforçamento), a toda instância de comportamento verbal.

Observe-se, entretanto, que Sidman não propõe uma revisão da definição skinneriana de comportamento verbal, baseado nas pesquisas com a equivalência. Autores como Hayes (1994) e Hayes e Wilson (1993) também pretendem utilizar-se dos dados produzidos na área da equivalência na interpretação da linguagem; entretanto, diferentemente de Sidman, eles propõem uma redefinição do comportamento verbal, argumentando, entre outras coisas, que a definição skinneriana de comportamento verbal é ampla demais (Hayes, 1994; Hayes e Wilson, 1993). Existem outros autores, como Horne e Lowe (1996), que também se baseiam nos estudos sobre a equivalência de estímulos para produzir alguma análise relativa à linguagem e que pretendem expandir a noção de comportamento verbal. Horne e Lowe (1996) sugerem, por exemplo, que a unidade básica do comportamento verbal é a *nomeação*.

Uma característica que poderia distinguir o enfoque de Skinner do de Sidman é que o primeiro está interessado em indicar as variáveis para as quais se deveria olhar para *explicar* o comportamento verbal, enquanto o segundo, em explorar os tipos de relações que se estabelecem na produção dos repertórios verbais (não diretamente treinados).

As análises de Sidman apontam para uma compreensão de como o modo como o ambiente está estruturado (relações entre estímulos) afeta o comportamento. A maneira como uma pessoa pode reagir frente a estas relações entre estímulos pode ser tanto como

um ouvinte, comportando-se de maneira adequada frente à estimulação verbal, quanto como um falante, demonstrando um desempenho que não foi diretamente treinado. A distinção falante-ouvinte não é clara quando Sidman discute a equivalência entre estímulos, até pelo fato de que um ouvinte pode reagir de maneira verbal às estimulações do ambiente (nomeando, por exemplo). É difícil fazer esta distinção em relação à equivalência, especialmente porque ainda não há consenso sobre o papel da nomeação na formação das classes de equivalência. Sidman (1994), em particular, sugere que a nomeação possa ser suficiente mas não necessária para a formação de classes de equivalência. Talvez a distinção falante-ouvinte, no âmbito das relações de equivalência, tenha que esperar por uma elucidação empírica mais consistente sobre o papel da nomeação na formação das classes de equivalência. Entretanto, existem outras considerações a serem feitas adiante sobre esta distinção.

Segundo Ribeiro (1995), a terminologia da equivalência favorece uma interpretação que toma o comportamento verbal como uma “coisa” e não como comportamento. Em certo sentido, isso se assemelha a quando Sidman (1994) sugere a possibilidade de respostas virem a fazer parte de classes de equivalência; respostas e estímulos seriam tomados indistintamente, podendo ser membros de uma mesma classe de equivalência²⁷.

Catania argumenta que a linguagem em termos de “palavras” não distingue se são estímulos ou respostas, pelo fato das relações serem simétricas: “(...) a linguagem de significado é independente de se as palavras funcionam como estímulos ou como respostas. Esta pode ser a maneira mais importante na qual a equivalência entra no comportamento verbal” (Catania, 1998, p.274). Catania (1998) ressalta, entretanto, que

²⁷ Esta afirmação de Sidman soa estranha, visto que estímulos e respostas são definidos um em relação ao outro. Não fica claro como uma resposta em si poderia pertencer a uma mesma classe que os estímulos, na medida em que a resposta somente existe enquanto ocorre. Estaria Sidman tomando não a resposta em si, mas alguma estimulação gerada durante ou após o próprio responder como vindo a pertencer à mesma classe que os estímulos? O responder de uma pessoa pode ser uma estimulação para alguém que esteja em contato com ela, e pode ser também um estímulo para si mesma.

nem sempre se deve ignorar a distinção existente entre (palavras como) estímulos verbais e (palavras como) respostas verbais, principalmente quando isso diz respeito a uma situação de ensino. Dizer que ocorre a “equivalenciação” entre palavras como estímulos e como respostas parece conduzir a um tratamento indistinto a falantes e a ouvintes. Ou seja, as funções de falantes não são distinguidas das funções de ouvintes, que é um aspecto criticado por Skinner nas formulações tradicionais. Catania (1998), entretanto, alerta exatamente para essa falta de distinção:

Parte do problema é que a produção do comportamento verbal por um falante ou ouvinte deve ser distinguido de sua compreensão por um ouvinte ou leitor (...). O curso ordinário do desenvolvimento da linguagem cria correspondências entre a produção da linguagem e a compreensão da linguagem, mas não devemos tomá-las como certas (Catania, 1998, p.287).

Assim, parece haver momentos em que o tratamento indistinto entre as funções de falante e de ouvinte não seria apropriado.

Um ponto de convergência entre Skinner e Sidman é o de que a substituição pode servir para compreender a ocorrência de novos comportamentos. Em relação a isso, o ponto de divergência está em que Sidman (1994) defende a possibilidade de ocorrência de relações entre estímulos, formando classes, sem a necessidade de respostas mediadoras. Para Sidman, a substituição poderia ocorrer tanto como parte de classe funcionais (como Skinner defende) quanto como parte de classes de equivalência. Em relação à interpretação que Skinner dá à noção de significado, a substituição não ocupa um papel importante, visto que a substituição não explica o comportamento verbal. Sidman, por outro lado, toma os estímulos equivalentes como substituíveis entre si, e, dentro de sua interpretação, o significado de uma palavra encontra-se em seu equivalente (palavra ou coisa); sendo assim, a substituição ocupa um papel importante em sua interpretação acerca do uso do termo significado.

É interessante observar que a mudança no modo como Sidman lidava com a noção de significado, passando a considerar que a equivalência poderia ajudar a compreender o *uso* que as pessoas faziam do termo “significado”. Essa mudança ocorreu em seu artigo de 1990 (Sidman, 1990), que foi publicado após uma série de correspondências que manteve com Willard Day²⁸ (Sidman, 1994). Como foi mencionado anteriormente, Day (1969) era um estudioso que apontou as similaridades que existiam entre algumas análises de Skinner e de Wittgenstein (em sua segunda fase). Wittgenstein (1953/1988), um filósofo da linguagem, sugeria que não se deveria procurar pelo significado e sim pelo *uso* da palavra. Aparentemente, Sidman mudou seu modo de falar sobre “significado” em virtude do seu contato com Day, passando a afirmar que estava interessado no *uso* do termo significado.

Outro aspecto a ser notado é que Sidman (1994) interpreta o “significado” como algo que resume um conjunto de observações. O interessante é que ele trata a equivalência do mesmo modo (Sidman, 1997; 2000), interpretando a equivalência como resumindo um conjunto de observações empíricas. Isto é consistente com sua interpretação de significado como relações de equivalência.

A posição de Sidman sobre o que é a equivalência nem sempre é muito clara. Às vezes, afirma que a equivalência pode ser uma função primordial do estímulo, embora saliente a importância das contingências de reforçamento (Sidman, 1992, 1994). Indica, entretanto, que falar em equivalência é uma maneira resumida de tratar de observações de comportamentos (Sidman, 1994, 1997). A equivalência, sendo vista como uma maneira resumida de descrever certos desempenhos e treinar um número maior de relações (de maneira bem mais “econômica”, pois demonstra que não é necessário treinar todas as relações), não parece ser necessariamente antagônica à concepção skinneriana de comportamento verbal. Em relação à concepção de significado, não deveria haver problemas, supostamente, visto que Sidman afirma concordar com aquela concepção de

²⁸ Essa correspondência transcorreu de 1986 a 1988 (Sidman, 1994)

Skinner; ao mesmo tempo, porém, sugere uma outra concepção de significado que parece não ser compatível com aquela de Skinner. Aparentemente, não deveria haver algum problema, visto que “significado” e “referência” “não são, em nenhum sentido, ‘conceitos chave’ que tenham que ser ‘esclarecidos’” (Sidman, 1994, p.566). A utilização que Sidman faz destes termos, embora apresente diferenças em relação às teorias tradicionais, parece identificar, desnecessariamente, a proposta de Sidman com estas teorias.

Em geral, reconhece-se a importância que a equivalência pode ter na análise da linguagem, embora o que esteja em discussão seja, muitas vezes, qual a origem da equivalência (aparentemente, trata-se da preocupação em preservar um recorte externalista) e também em que medida ela poderia ser aplicada na (re)elaboração de termos como “significado” e “referência”.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1994a). A atualidade do livro *Verbal Behavior* de B. F. Skinner: Um comentário. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *10*, 467-472.
- Abib, J. A. D. (1994b). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *10*, 473-487.
- Andresen, J. (1991). Skinner and Chomsky 30 years later or: The return of the repressed. *The Behavior Analyst*, *14*, 49-60.
- Baptista, M. Q. G. (2000). Equivalência de estímulos: referência, significado e implicações para a linguagem e compreensão de leitura. Em R. R. Kerbauy (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição. Volume 5*. São Paulo / Santo André: ABPMC/Set.
- Bush, K. M., Sidman, M., & de Rose, T. (1989). Contextual control of emergent equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *51*, 29-45
- Catania, A. C. (1998). *Learning*. 4.ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall.
- Clayton, M. C. & Hayes, L. J. (1999). Conceptual differences in the analysis of stimulus equivalence. *The Psychological Record*, *49*, 145-161.
- Day, W. F. (1969). On certain similarities between the philosophical investigations of Ludwig Wittgenstein and the Operationism of B. F. Skinner. *Journal of the*

Experimental Analysis of Behavior, 12, 489-506.

de Rose, J. C. (1994). O livro *Verbal Behavior* de Skinner e a pesquisa empírica sobre comportamento verbal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, 495-510.

de Rose, J. C., Souza, D. G., & Hanna, E. S. (1996). Teaching reading and spelling: exclusion and stimulus equivalence. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 29 (4), 451-469.

Epstein, R., Lanza, R. P., & Skinner, B. F. (1980). Symbolic communication between two pigeons. *Science*, 207, 543-545.

Garrett, K. R. (1984). Private reference. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 557-558.

Hall, G. A., & Chase, P. N. (1991). The relationship between stimulus equivalence and verbal behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 9, 107-119.

Hayes, L. J. (1991). Substitution and referent. Em L. J. Hayes & P. N. Chase (Eds.), *Dialogues on Verbal Behavior* (pp. 3-14). Reno, NV: Context Press.

Hayes, S. C. (1994). Relation frame theory: A functional approach to verbal events. Em S. C. Hayes, L. J. Hayes, M. Sato, & K. Ono (Eds.), *Behavior Analysis of language and cognition*. Reno, NV: Context Press.

Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1993). Some applied implications of a contemporary behavior-analytic account of verbal events. *The Behavior Analyst*, 16, 283-301.

- Horne, P. J., & Lowe, C. F. (1996). On the origins of naming and other symbolic behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 65, 185-241.
- MacCorquodale, K. (1969). B. F. Skinner's Verbal Behavior: A retrospective appreciation. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 831-841.
- MacCorquodale, K. (1970). On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 13, 83-99.
- Matos, M. A. (1981). O controle de estímulos sobre o comportamento. *Psicologia*, 7, 1-15.
- Ribeiro, A. F. (1995). Relações de equivalência: Um novo princípio? *Temas em Psicologia*, 3, 59-64.
- Richards, A. & Skinner, B. F. (1962). Verbal Behavior. *Encounter*, 42-44.
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research*, 14, 5-13.
- Sidman, M. (1973). Reading and crossmodal transfer of stimulus equivalences in severe retardation. *American Journal of Mental Deficiency*, 77, 515-523.
- Sidman, M. (1977). Teaching some basic prerequisites for reading. Em P. Mittler (Ed.), *Research to practice in mental retardation. Education and training. Volume II* (pp.353-360). Baltimore, MD: University Park Press.

- Sidman, M. (1981). Remarks. *Behaviorism*, 9, 127-129.
- Sidman, M. (1986). Functional analysis of emergent verbal classes. Em T. Thompson & M. D. Zeiler (Orgs.), *Analysis and integration of behavioral units* (pp.231-245). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sidman, M. (1990). Equivalence relations: Where do they come from? In D. E. Blackman & H. Lejeune (Eds.), *Behavior analysis in theory and practice: Contributions and controversies* (pp.93-114). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sidman, M. (1992) Equivalence relations: some basic considerations. Em S. C. Hayes e L. J. Hayes (Eds.), *Understanding verbal relations* (pp.15-27). Reno, Nevada: Context Press.
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Sidman, M. (1997). Equivalence: A theoretical or a descriptive model? *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 23, 125-145.
- Sidman, M. (2000). Equivalence relations and the reinforcement contingency. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 74, 127-146.
- Sidman, M., Cresson, O., Jr., & Willson-Morris, M. (1974). Acquisition matching to sample via mediated transfer. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 22,

261-273.

Sidman, M., Kirk, B., & Willson-Morris, M. (1985). Six-member stimulus classes generated by conditional-discrimination procedures. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *43*, 21-42.

Sidman, M., Rauzin, R., Lazar, R., Cunningham, S., Tailby, W., & Carrigan, P. (1982). A search for symmetry in the conditional discriminations of rhesus monkeys, baboons, and children. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *37*, 23-44.

Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *37*, 5-22.

Sidman, M., Willson-Morris, M., & Kirk, B. (1986). Matching-to-sample procedures and the development of equivalence relations: The role of naming. *Analysis and Intervention in Developmental Disabilities*, *6*, 1-19

Sidman, M., Wynne, C. K., Maguire, R. W., & Barnes, T. (1989). Functional classes and equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *51*, 29-45.

Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, *52*, 270-277/291-294.

Skinner, B. F. (1959). The programming of verbal knowledge. Em E. Galanter (Ed.), *Automatic teaching: The state of the art* (pp. 63-68). New York: John Wiley.

Skinner, B. F. (1960). Special problems in programming language instruction for teaching machines. Em F. J. Oinas (Ed.), *Language teaching today* (pp. 167-174). Bloomington, Indiana: Indiana University Research Center in Anthropology, Folklore, and Linguistics.

Skinner, B. F. (1973). Reflections on meaning and structure. Em R. Brower, H. Vendler & J. Hollander (Eds.), *I. A. Richards: Essays in his honor* (pp.199-209). New York: Oxford University Press.

Skinner, B. F. (1974). Verbal Behavior. Em B. F. Skinner (1974). *About Behaviorism* (pp.88-101). New York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1984a). Selection by consequences. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 477-510.

Skinner, B. F. (1984b). Coming to terms with private events. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 572-581.

Skinner, B. F. (1985). Reply to Place: "Three senses of the word 'tact'". *Behaviorism*, 13, 75-76.

Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 45, 115-122.

Skinner, B. F. (1988). Signs and countersigns. *Behavioral and Brain Sciences*, 11, 466-

467.

Skinner, B. F. (1989). The listener. Em B. F. Skinner (1989), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 35-47). Columbus, OH: Merrill. Publicado originalmente em 1988.

Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Acton, MA: Copley Publishing Group. Publicado originalmente em 1957.

Stemmer, N. (1995). Do we need an alternative theory of verbal behavior?: A reply to Hayes and Wilson. *The Behavior Analyst*, 18, 357-362.

Todorov, J. C. (1985). O conceito de contingência tríplice na análise do comportamento humano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1, 75-88.

Tourinho, E. Z. (1994). *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Wittgenstein, L. (1988). *Philosophical Investigations*. Oxford, UK: Basil Blackwell. Tradução: G. E. M. Anscombe. Publicado originalmente em 1953.